

Platô

REVISTA DO INSTITUTO INTERNACIONAL DA LÍNGUA PORTUGUESA

número
06
volume 3
2 0 1 8



POLÍTICAS LINGUÍSTICAS NA GUINÉ EQUATORIAL

Rosângela Morello e Susana Castillo-Rodríguez Organizadoras



Pede-se permuta

Coopération attendue

We ask for exchange

Se pide intercambio

Contato:

Instituto internacional da Língua Portuguesa (IILP)
Av Andrade Corvo, nº 8
Plateau, Cidade da Praia - Cabo Verde
Telefone: (238) 261 95 04
www.iilp.org.cv
www.riilp.org
e-mail: revistariilp@gmail.com

Políticas Linguísticas na Guiné Equatorial

Rosângela Morello
Susana Castillo-Rodriguez
(organizadoras)

Revista do Instituto Internacional da Língua Portuguesa - PLATÔ

Editores

Gilvan Müller de Oliveira
Rosângela Morello

Secretaria Executiva

Denise Fonseca

Comitê editorial

Ana Isabel Soares (Instituto Camões, Portugal)
António Branco (Universidade de Lisboa, Portugal)

Clémence Jouët-Pastré (Universidade de Harvard, Estados Unidos da América)

Emir José Suaiden (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia/IBICT, Brasil)

Gregório Firmino (Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique)

Guadelupe Teresinha Bertusse (Universidade Pedagógica do México, México)

Manuel Monteiro da Veiga (Universidade de Cabo Verde, Cabo Verde)

Maria José Grosso (Universidade de Macau, Macau)

Equipe Técnica

Rosângela Morello: supervisão técnica

Rosângela Morello e Denise Fonseca: revisão

Ana Paula Seiffert: divulgação

Felipe de Almeida: design gráfico

Vanessa de Luca Bortolato: design gráfico

Ficha catalográfica (em tramitação)

Revista do Instituto Internacional da Língua Portuguesa - PLATÔ - Instituto
Internacional da Língua Portuguesa (IILP) - V.3, N.6 (2016), Cidade da Praia,
Cabo Verde: Editora do IILP, 2016.

Semestral

ISSN 2311-6625 on line

Arte da capa: Felipe Almeida e Vanessa de Luca

ÍNDICE

- 04** Apresentação - Políticas Linguísticas na Guiné Equatorial

Rosângela Morello

- 06** La colonización lingüística de España en Guinea Ecuatorial

Susana Castillo Rodríguez

- 20** O estatuto do pichi na Guiné Equatorial

Kofi Yakpo

- 42** La situación lingüística de Guinea Ecuatorial: obstáculos para la implantación de una política lingüística exitosa.

Mikel Larre Muñoz

- 60** La lengua bubi: ¿desaparición o rehabilitación?

Justo Bolekia Boleka

- 74** Os primeiros passos do português no mais novo país lusófono da CPLP.

Emmanuel R. Laureano

- 82** Políticas linguísticas e multilinguismo: usos e circulação do fá d'ambô nas redes das línguas da Guiné Equatorial

Rosângela Morello

Apresentação

Políticas Linguísticas na Guiné Equatorial

Rosângela Morello

A Guiné Equatorial é reconhecida por suas muitas e distintas línguas que entretecem uma rica história linguística e cultural, foco de atenção desse número 06 da Revista Platô.

Contando com línguas nacionais amplamente faladas como o fang, o pichi, o fá d'ambô, o bubi, entre outras, a Guiné Equatorial é o único país africano onde se tem o espanhol como língua oficial do Estado, fruto da colonização do país pela Espanha a partir de 1777.

É também um dos poucos países africanos onde sobrevive a histórica presença da língua portuguesa, fruto dessa mesma colonização. Em meados do século XV, os portugueses começaram a tomar posse de territórios no golfo de Benin e de Biafra, entre eles, as ilhas de Fernando Pó (hoje Bioko) e Annobón. Mas essa era uma época de ocupação e disputas das terras da África e América pelas metrópoles europeias, e em 1777, para retomar a posse da Colônia do Sacramento e da Ilha de Santa Catarina, ocupada pelos espanhóis, Portugal cede à Espanha suas possessões no referido golfo. No entanto, a presença da língua portuguesa perdurou na Ilha de Annobón, derivando para o fá d'ambô, língua hoje falada pelos annoboneses. Por essa razão, ao lado de São Tomé e Príncipe, Guiné Bissau e Cabo Verde, a Guiné Equatorial está entre os países crioulófonos de língua portuguesa do Atlântico.

Mas a relação com a língua portuguesa não está apenas nessa herança. Em 2011, o governo oficializou o Português como língua do Estado, ao lado do Espanhol e do Francês, em decorrência do interesse do país por tornar-se membro pleno da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), objetivo atingido em 2014, na Cimeira de Dilli.

Com a oficialização do português, a Guiné Equatorial passa a ser o único país do mundo a ter como idiomas oficiais as três grandes línguas românicas, faladas em seu conjunto por mais de 800 milhões de pessoas em 56 países. Reúne, assim, condições para protagonizar ações inovadoras para o um mundo mais plurilíngue.

Esse conjunto de fatos alicerça as reflexões em cada um dos textos. Desde a perspectiva das políticas linguísticas, os autores nos fazem conhecer as condições históricas, ideológicas e políticas que afetam as línguas no contexto equatoguineano, mas também nos colocam diante de questionamentos que atravessam as fronteiras daquele país, retratando situações presentes também em outras partes, outros países, outros continentes.

No texto **La colonización lingüística de España en Guinea Ecuatorial**, que abre o número, Susana Castillo Rodríguez apresenta um panorama da colonização linguística empreendida pela Espanha nos territórios que atualmente formam a Guiné Equatorial. Adotando uma perspectiva histórica, a autora caracteriza a atual situação linguística do país e argumenta que o imperialismo linguístico espanhol, articulando as ideologias da espanholidade, no início, e

mais tarde a da hispanidade, é marcado por três momentos: a batalha contra o inglês, o monopólio do espanhol, língua colonial, como língua oficial e a obliteração das línguas nativas.

É justamente a relação entre as políticas e as ideologias linguísticas relacionadas ao pichi, o crioulo de base lexical inglesa da Guiné Equatorial e a segunda língua nacional mais amplamente falada do país, que constitui o foco das análises de Kofi Yakpo, em **O estatuto do pichi na Guiné Equatorial**. Denunciando a ausência de políticas governamentais de apoio e fomento do pichi, o autor demonstra, no entanto, a crescente ampliação das funções dessa língua e a necessidade de questionar os valores negativos que a circundam, advindos dos processos de colonização.

Para Muñoz, a questão central é como conceber e implantar uma política linguística integradora, que considere as distintas línguas do país, em especial, as línguas autóctones, de modo a modificar a atual situação. Em **La situación lingüística de Guinea Ecuatorial: obstáculos para la implantación de una política lingüística exitosa**, o autor sinaliza alguns passos que poderiam ser dados, apresentando seus pontos positivos e negativos.

Justo Bolekia Boleka, em **La lengua bubi: ¿desaparición o rehabilitación?** detalha os processos de instrumentalização da língua bubi para questionar o fato de que, embora esteja hoje amplamente descrita, essa língua não entrou em nenhum programa de ensino governamental. Para o autor, as investigações sobre o bubi não têm conduzido a políticas linguísticas e educacionais destinadas a promovê-la. Urge, então, segundo Bolekia, reconhecer a "oficialidade territorial" dessa e de outras línguas nacionais e propor programas educativos consistentes e ajustados à realidade multilíngue do país.

Os primeiros passos do português no mais novo país lusófono da CPLP, de Emmanuel R. Laureano, constitui um relato circunstanciado das ações voltadas a promoção da língua portuguesa no país. O autor mostra o crescente interesse pela língua portuguesa impulsionado por sua recente oficialização e pelo fato da Guiné Equatorial integrar, desde 2014, a Comunidade de Países de Língua Portuguesa – CPLP. Para Laureano, trata-se de um processo que tanto contribui para a expansão do português, uma das sete línguas mais faladas no mundo, quanto beneficia a Guiné Equatorial, que, com uma nova língua, abre mais portas para o desenvolvimento e oportunidades, para o crescimento pessoal de sua população e para a diversidade.

Fechando o número, temos o texto **Políticas linguísticas e multilinguismo: usos e circulação do fá d'ambô nas redes das línguas da Guiné Equatorial** em que Rosângela Morello apresenta e discute os resultados de um diagnóstico sociolinguístico sobre a língua fá d'ambô, realizado em Malabo e Annobón no âmbito de um protocolo de cooperação técnica assinado entre o Governo da Guiné Equatorial e o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP). Considerando a relação histórica entre o fá d'ambô e o português, a autora traça o perfil sociolinguístico de grupos de annoboneses e discute o funcionamento das línguas nas situações pesquisadas, visando a contribuir para gestão do fá d'ambô e demais línguas equatoguineanas.

Acreditamos que o conjunto dos trabalhos proporciona uma compreensão sobre o multilinguismo equatoguineano, e possibilita a abertura de novas indagações para futuras investigações.

La colonización lingüística de España en Guinea Ecuatorial

Susana Castillo Rodríguez

Sobre o autor

Susana Castillo Rodríguez
Saint Anselm College, NH
Contato: scastillorodriguez@anselm.edu

Resumo

La historia de España en Guinea Ecuatorial fue un caso de 'colonialismo en competencia' no sólo con potencias europeas como Gran Bretaña o Francia sino también con los poderes locales. Desde 1827 y hasta la independencia de la República de Guinea Ecuatorial en 1968, el imperialismo lingüístico español pasó por diversos momentos caracterizados por una primera batalla contra el inglés, el monopolio de la lengua colonial, el español, como lengua oficial, y la obliteration de las lenguas nativas.

Este artículo tiene como objetivo principal el presentar, desde una panorámica general, la historia de la colonización lingüística española en los territorios que forman actualmente la República de Guinea Ecuatorial. Entiendo esta historia como un ejercicio de poder, donde los agentes sociales (en este caso, misioneros y administración colonial) pusieron en juego no sólo ideologemas sobre la jerarquización de las razas y las lenguas sino, de manera particular, la ideología de la españolidad y de la hispanidad como medios para conquistar el ser y conocimiento de los nativos. Por consiguiente, como objetivo secundario, me planteo poner de relieve los ideologemas que sustentaron las acciones sobre las lenguas durante el periodo colonial español.

El desarrollo del artículo es el siguiente: tras un breve marco teórico, presento la historia lingüística colonial donde contextualizar glotopolíticamente las acciones sobre las lenguas (Del Valle y Narvaja de Arnoux, 2010; Narvaja de Arnoux, 2010; Marcelesi y Guespin, 1986). Posteriormente, analizo las etapas de la colonización lingüística desde 1827 y hasta el momento presente. Cierro este artículo con una breve conclusión.

Palavras-chave

Colonização lingüística. Glotopolítica. Guiné Equatorial.

1. Marco Teórico

Con ideologema hago referencia a lo que según Bakhtin (1981, *the dialogic imagination*) constituye “a set of social beliefs, fused with its own discourse, with its own language” independientes de juicios de verdad o falsedad. La aplicación de este concepto a la antropología, la lingüística o la política fue configurando la rama de estudio de las ideologías lingüísticas. Éstas han sido definidas como nociones de sentido común sobre la naturaleza de la lengua y la estructura lingüística además de los intereses políticos y morales que se hallan insertos en las relaciones sociales y lingüísticas¹. O de manera más precisa, como “sistemas de ideas que integran nociones generales del lenguaje, el habla o la comunicación con visiones y acciones concretas que afectan la identidad lingüística de una determinada comunidad” (DEL VALLE, 2007: 9). De forma más clara y resumida, son tres los factores que justifican la conceptualización de un sistema de ideas sobre la lengua como ideología lingüística: su contextualización, esto es, el que esté inscrito en un orden cultural, social y político; su función naturalizadora, es decir, que dentro de un orden extra – lingüístico concreto tenga un efecto normalizador, y por último, su institucionalidad, entendida como la producción y reproducción de este sistema de ideas en prácticas institucionalmente organizadas de formas de poder y autoridad específicas²³. Estos tres componentes (contextualización, naturalización e institucionalización) han dado cuerpo a la ideología de la españiolización de los nativos, primero, y de la hispanización, después. Co-sustancial a los procesos de cambios sociales y culturales, el idioma se erige como fundamental para explicar las distintas y múltiples funciones que asumieron estas dos ideologías en la historia colonial. Me alejo aquí de un concepto de ideología sinónimo de ideas abstractas que no tienen una evidencia empírica. Más bien lo contrario, las representaciones e ideas sobre la lengua son prácticas, acciones discursivas (con eficacia simbólica pero a su vez real, efectiva y concreta en leyes, por ejemplo) y objetos ‘materiales’ (como *capital* dentro del mercado lingüístico (Bourdieu, qué significa hablar) en la forma de documentos, leyes, decretos, etc.,). Tanto las unas como los otros decidirán la lucha por el control lingüístico.

2. Encuadre histórico-lingüístico

En 1471, el portugués Juan de Santarém le dio el nombre de Anno bõ a la isla más remota de la actual República de Guinea Ecuatorial. Las islas de Santo Tomé y Príncipe separan esta pequeña isla de origen volcánico – situada a 580 Km de Bata y al otro lado del ecuador –, de la capital del país, Malabo. El colonista portugués fue poblando la isla con esclavos de São Tomé y Príncipe y de la costa oeste africana. Como consecuencia, se fue desarrollando un pidgin formado con elementos de esas lenguas africanas y con base lexical portuguesa y española. Ese pidgin ha evolucionado en la actual lengua criolla fá d'ambô o annobonés.

La isla de Fernando Poo (hoy Bioko), colonizada primero por los portugueses en el siglo

¹ WOOLARD, 1998. Esta visión coincide con la posición teórica de Canagarajah (2011: 123) si entendemos los géneros discursivos como una acción lingüística, esto es, una forma de pensar, comunicar y comportarse informada por las diferentes maneras de representarse y de interpretar la realidad que son intrínsecas a cada individuo. Canagarajah sigue a Kress y Hodge en su planteamiento sobre *Language as Ideology* (1979), precisando, igualmente, que estos constructos (lengua, discurso, ideología) están en permanente tensión aún siendo interdependientes.

² DEL VALLE, 2007; 2011.

³ R. Gilmour, con otra denominación, pero con el mismo trasfondo teórico, habla de ‘representations of languages’ para poner de relieve tanto las imágenes, las actitudes y las opiniones sobre la lengua y sus hablantes, como las prácticas lingüísticas, indivisibles de sus correspondientes ramificaciones políticas y materiales (2006: 3).

XV aunque apenas se asentaron, fue posteriormente ocupada por los británicos en 1827. Además del bubi como lengua nativa de sus oriundos (llamados Adeeyah, Bubi o Ediya en la literatura), el poblamiento con esclavos liberados de Nigeria, Camerún y Sierra Leona, dio lugar a un Pidgin English, criollizado hoy en el pichi. El bubi es una lengua bantú que, debido a su particular insularidad y consecuente mantenimiento, ha conservado elementos proto bantúes como por ejemplo la vocal inicial de los sustantivos. No obstante, la influencia exterior en la forma de préstamos léxicos del español y el inglés, es notoria. A nivel diatópico, encontramos variantes regionales (norte, noreste, sur, sureste) relacionadas con el léxico (Bolekia en este volumen). Se calcula que unos 60.000 habitantes hablan el bubi⁴. Annobón y Bioko pasaron a la corona española en 1778, aunque la colonización efectiva no tuvo lugar hasta mediados de 1800.

En el archipiélago de Mandji, formado por las islas de Corisco y los Elobeyes, situados en el suroeste de la desembocadura del Río Muni, tenían el benga como lengua nativa. Corisco fue poblada por presbiterianos americanos a principios del siglo XIX, quedando los islotes de los Elobeyes (Elobey Grande y Elobey Chico) casi inhabitados. El benga, también denominado ndowé es, al igual que el bubi, una lengua bantú. El benga se habla en Corisco, Cabo San Juan (zona costera de Rio Muni) y Gabón. Clasificada dentro de la familia lingüística Niger-Congo, Atlantic-Congo, Volta-Congo, Bube-Benga, el benga cuenta con aproximadamente unos 3.900 hablantes⁵.

Por último, la zona continental de Río Muni, colonizada por los españoles a principios del siglo XX, forma parte del continuo de las lenguas bantúes de la zona ecuatorial africana. Allí se habla el fang, el cual, al igual que el benga, se clasifica dentro de la familia Niger-Congo, Atlantic-Congo. El fang se habla en Camerún, Congo y Gabón, y en la zona interior de Guinea Ecuatorial se dan dos de sus variedades, el ntumu y el okak, entre el medio millón de habitantes que lo hablan. Es, asimismo, la lengua de la etnia que está en el poder desde la independencia de la colonia española. Estos territorios, junto con los islotes de los Elobeyes pasaron a ser territorios españoles con el tratado de París firmado en 1900. De norte a sur, en la zona costera continental de Río Muni, se extienden lenguas pertenecientes a distintas ramas lingüísticas tales al mahara, buiko, mari, baseke, one, kombe o balengue. Estas lenguas están en firme peligro de extinción, y algunos de sus hablantes daban la voz de alarma (en conversación con Práxedes Rabat).

El español actúa como una lengua franca entre los distintos grupos étnicos puesto que prácticamente todos los ecuatoguineanos son bilingües en su lengua nativa y en español. Los casos de plurilingüismo son más abundantes en la capital, Malabo, donde los cambios de códigos (code switching) entre el español, el bubi, el pichi y otras lenguas maternas (de ecuatoguineanos de Annobón que han emigrado a la capital, por ejemplo) son constantes, sobre todo entre la población joven y escolarizada. En la actualidad, el artículo 4º de la Constitución promulgada el 16 de febrero de 2012 establece que las lenguas de la República de Guinea Ecuatorial son el español, el francés y las que la ley determine⁶. Hasta 1986 el español era la única lengua oficial. Este hecho parecía ir en detrimento de las potenciales relaciones internacionales con los vecinos africanos, hasta que cambió la situación. Varios acontecimientos (entre ellos la acuñación de moneda nacional y el petróleo) contribuyeron a ello, y ahora el país ocupa una posición fuerte dentro de las relaciones económicas y políticas con los países centroafricanos⁷. Antes del descubrimiento de los pozos petrolíferos (finales de 1980), el por entonces Ministro

4 RURANGWA, 1985.

5 Ethnologue, 2014.

6 Más adelante veremos el caso del portugués.

7 El 24 de junio de 2011, se inauguraba la Cumbre de la Unión Africana con la 22ª Sesión Ordinaria del Comité de los Representantes Permanentes (COREP) en Sipopo, siendo Guinea Ecuatorial el país organizador.

de economía, Felipe Hinestrosa instauró el francés como lengua oficial en Guinea Ecuatorial⁸. El hecho fue debido al giro económico y político del país, que se preparaba para unirse a la francofonía africana, y a la adopción del franco CFA (de la comunidad francesa africana). El francés ocupa una función pragmática a nivel macropolítico orientada hacia el posicionamiento de Guinea Ecuatorial dentro de la africanía francófona y de las instituciones que de ella dependen, tales al CEMAC (Commission de la Communauté Économique et Monétaire de l'Afrique Centrale) y el BEAC (Banque des Etats de l'Afrique Centrale). La fuerte presencia del banco Société Générale así lo corrobora. Sin embargo, más allá de esta función, el francés ocupa un papel simbólico como '*lengua oficial no de facto*' dentro de Guinea Ecuatorial e incluso la página web del l'Institut Culturel d'Expression Française (ICEF) traduce sus noticias al español⁹. Esta situación puede ir cambiando puesto que la Televisión de Guinea Ecuatorial (TVGE) emite actualmente algunos programas en francés. La fuerte presencia de migrantes de Malí, Camerún y Senegal está transformando la demografía de Malabo, como también se espera que transforme las relaciones lingüísticas y que éstas den pie al florecimiento de variedades de contacto urbanas, '*transported languages*' (Hickey, R., 2004) o variedades pluricéntricas de las lenguas estándar¹⁰.

Respecto al portugués, y acogiéndose a la flexibilidad/indefinición del artículo 4º de la Constitución ("las que la ley determine"), el 3 de noviembre de 2011 se había firmado una modificación de la ley para incluirlo como lengua oficial. Las razones estaban motivadas en "la dimensión afro – ibérica soberana y el lazo histórico luxo-hispánico" que constituyen para Guinea Ecuatorial "una base fundamental de cooperación en los campos económicos, social, cultural, jurídico – diplomático y técnico – científico con los Países del referido espectro tridimensional". Continúa el texto oficial indicando que además de la cooperación, el portugués como idioma oficial "reforzaría en gran medida las relaciones de acercamiento, buena vecindad y hermandad que Guinea Ecuatorial mantiene con un gran número de Estados luxo – hispánicos (sic), miembros fundadores de la Comunidad de Países de la Lengua Portuguesa (CPLP)". Aunque no se ha modificado la Constitución en este aspecto, la oficialidad del portugués y su ingreso en la CPLP está generando todo tipo de reacciones que apuntan a turbios intereses políticos y económicos y poco crédito democrático de Guinea Ecuatorial como motivos para negarle la entrada en la comunidad de los países de la lusofonía¹¹. Unir la naturaleza y el reclamo de ser un país lusófono junto al hecho de que el fá d'ambô sea un criollo de base portuguesa¹², no parece ni ser justificativo ni convencer a los guineanos o a quienes emiten críticamente su discrepancia con esta iniciativa¹³.

En otros artículos de este volumen se analiza la relación que tiene el fá d'ambô con las demás lenguas nativas y las actitudes de los guineanos respecto a la misma. Brevemente,

⁸ Agradezco a Benita Sampedro esta información.

⁹ Durante el trabajo de campo que realicé en Malabo en 2011 y 2013 observé cómo las actividades abiertas al público del ICEF discurrían en español; hubo incluso un momento cuando una persona del público increpó al presentador por hablar en francés y le instó a hablar en español. No sucedió lo mismo cuando en unas jornadas culturales sobre la tradición oral de Annobón casi todas las intervenciones fueron en fá d'ambô.

¹⁰ MORGENTHALER, 2012.

¹¹ Véanse las ponencias de Ana Lúcia Sáá y de Gerhard Seibert en la international conference celebrada en Hofstra en 2009: Between Three Continents: Rethinking Equatorial Guinea on the Fortieth Anniversary of its Independence from Spain. http://www.hofstra.edu/Community/culctr/culctr_events_Guinea0409_papers.html.

¹² (o, rechazando esta tipología, "la modalidad de lengua portuguesa de Annobón", según propone Armando Zamora 2010),

¹³ En noticia de 27 de febrero varios periódicos online se hacían eco de las reacciones de la "deputada Helena Pinto em plenário, na Assembleia da República, numa intervenção em que defendeu que Portugal, em nome dos direitos humanos, "pode e deve exercer o seu direito de voto" à entrada da Guiné Equatorial como membro de pleno direito da CPLP". <http://www.noticiasaoiminuto.com/politica/181186/bloco-associa-guine-no-cplp-a-dinheiro-no-baif#.Uw-8CUJdWCZ>. Ver también: http://rr.sapo.pt/informacao_detalhe.aspx?fid=26&did=140540

apuntaré que el hecho de no ser una lengua africana (bantú como el resto de lenguas de Guinea Ecuatorial) sino indoeuropea, de raíces románicas junto al aislamiento geográfico, político y económico de Annobón y el fuerte sentido de identidad que caracteriza a sus habitantes, ha favorecido la preservación de la lengua. No obstante, según mis observaciones y entrevistas, los annoboneses declaran una cierta vergüenza por hablar este ‘portugués corrompido’, que – según dicen – a duras penas alcanzaría el estatus de lengua. Por el contrario, lingüistas, antropólogos e historiadores como Tjerk Hagmeijer, Armando Zamora o Gabriel Araújo, et al., han dedicado esfuerzo e investigación para dar a conocer en medios académicos la gramática de esta lengua así como sus fundamentos históricos y socioculturales (ver bibliografía).

En cuestión de planificación lingüística, desde 2012, el portugués se enseña en el Centro Ecuatoguineano (oficial, adscrito al Ministerio de Cultura) junto con las lenguas autóctonas, ya que ni Portugal ni Brasil tienen Centros culturales como el español o el francés donde aprender estas lenguas¹⁴.

3. Las etapas de la colonización lingüística española

La historia de la colonización lingüística española en Guinea Ecuatorial pasó por tres momentos bien definidos.

1. Una primera etapa de poblamiento misionero baptista y católico se extendió principalmente desde 1843 y hasta 1868, momento culmen en los enfrentamientos por el control religioso, aunque estos fueron una constante hasta principios del siglo veinte. Tras la batalla por el poder religioso se escondían dos motivos fundamentales: de un lado, el peligro observado por los misioneros españoles al ver cómo ‘lo británico’ se había instalado en la colonia española; de otro, la necesidad de desplazar el inglés (language shift) e imponer el español. En estos años, el ideologema de la españolidación echó raíces de la mano de los misioneros.

2. La segunda etapa, de transición, se extiende desde principios del siglo veinte y hasta la Guerra Civil Española. Es el momento de la oficialización del español como lengua en la colonia. Aquí, las relaciones entre los misioneros y la administración colonial pasan por altibajos, poniéndose esto de relieve en sus diferentes posiciones ideológicas sobre la educación y la lengua. Los misioneros mantienen en la práctica una política lingüística doble, y mientras que abanderan la ideología del monolingüismo en la escuela, continúan con sus producciones lingüísticas en las lenguas nativas.

3. Desde el régimen de Franco y hasta la independencia de la colonia se extiende la tercera etapa. Durante estos años hay que destacar cómo la ideología de la hispanidad permea todas capas de control político, social y sobre todo lingüístico. Administración, gobierno en la península y misiones componen una sola agencia al servicio de la Patria y la ‘hispanización’ de los nativos que se extiende más allá de las fronteras de la colonia.

4. En la última etapa que va desde la independencia de la República de Guinea Ecuatorial y hasta la actualidad, se distinguen dos momentos: uno, con la dictadura de Macías su política de ‘africanización’. Otro, con el actual discurso institucional del Presidente de la República, Teodoro Obiang Nguema Mbasogo, resaltando a Guinea Ecuatorial como el único país

14 En ambos centros se ofrecen los diplomas de adquisición de la lengua; el Test de Connaissance en Français (TCF) y el Diploma del Español como Lengua Extranjera (DELE). Si bien tanto guineanos como expatriados (según denominan allí a los migrantes de costas africanas vecinas) acuden al ICEF para la obtención del título del francés, no sucede lo mismo con el centro español, cuyas clases se ofertan para expatriados (tanto de cooperantes como de migrantes).

africano de lengua española y reclamando parte del pastel en el pan-hispanismo.

Entro a analizar en detalle las etapas:

1. El idioma patrio como sinónimo y mecanismo de legitimación del poder colonial.

En 1827, los territorios españoles en el África ecuatorial estaban ocupados por los británicos. El Ministro de Exteriores Aberdeen había apelado a los motivos humanitarios de Gran Bretaña para el establecimiento de la Comisión sobre el tráfico de esclavos en Fernando Poo¹⁵. España, por su parte y según consta en la nota de 10 de septiembre de 1827 enviada por el Conde de Ofalía a Lord Dudley, manifestaba “que el Gobierno español estaría siempre dispuesto a entrar en negociaciones con el Gobierno británico para cederle las islas de Fernando Poo y Annobón, bajo condiciones justas y razonables”¹⁶. No obstante, la reacción de los gobiernos francés y holandés ante el temor del monopolio británico de la zona africana ralentizó las negociaciones y desembocó en un acuerdo sin salidas. Las bases del mismo murieron en el tira y afloja entre España y Gran Bretaña, demandando ésta que el establecimiento de la Comisión sobre el tráfico de esclavos se hiciera gratuitamente y aquélla que constara la abolición de la deuda contraída con los británicos¹⁷. Esta situación derivó en conflictos diplomáticos que se resolvieron con el envío inmediato de españoles para controlar la zona. Los primeros jesuitas y claretianos que llegaron a Clarence (hispanizada en 1858 como Santa Isabel, y guineanizada en 1973 con el nombre de Malabo) se encontraron con una ciudad donde, – se quejaba el padre Coll –, “el espíritu dominante en todo era el inglés: el comercio, las costumbres, y sobre todo el idioma, todo era inglés”. Los ingleses habían llevado a esclavos libres de las costas africanas de la bahía de Biafra y a negros emancipados que fueron expatriados a Jamaica y que hacían ahora el viaje de vuelta a sus tierras de origen. La mezcla de etnias y lenguas condujo a la pidgnización del inglés y a su extensión. Era obvio que “la hermosa lengua de Castilla estaba desterrada de la colonia” según el misionero Coll. Sin embargo, la cuestión del idioma había quedado en un segundo plano ante la perentoria necesidad de los religiosos españoles por tomar control de la hegemonía apostólica (ahora en manos de los baptistas). La corona española proclamaba que la Religión Católica Apostólica y Romana era la única reconocida en todos los territorios españoles y expulsó a los británicos¹⁸. La llegada de la Septembrina y las corrientes democratizadoras que se dieron en la península desde 1868, hizo extensiva la libertad de cultos en la colonia. Los británicos regresaron, aprovechando los resquicios legales que permitían la celebración privada de otros cultos. El inglés por tanto volvía revitalizado a las calles y aulas de Santa Isabel. Los misioneros, que habían jugado la baza de la religión tuvieron pues que buscar otra estrategia para defender sus intereses en el vicariato de Fernando Poo.

Frente a la adversidad, los religiosos españoles se refugiaron alternativamente en sus servicios administrativos para el Estado, esto es, en la elaboración de informes coloniales. En estos presentaban a la ciudad de Santa Isabel como el exponente de los inconvenientes para la colonización: los británicos la habían incluido en sus mapas cartográficos, habían instalado allí sus buques para el comercio exterior, y el inglés era la lengua vehicular de sus habitantes. Por

15 Robert T. BROWN, 1972: 249.

16 Archivo General de Simancas, legajo 8191, fol.2, citado en De Castro y de la Calle, 1992.

17 Mary H. Kingsley comenta esta situación: “The history of the English occupation of Fernando Po seems often misunderstood and now and then one hears our Government reviled for handing it over to the Spaniards. But this was unavoidable, for we had it as a loan from Spain in 1827 as a naval station for our ships, at that time energetically commencing to suppress the slave trade in the Bights” (1897: 53).

18 El gobierno español, escribe Mary H. Kingsley en 1897, reclamó Fernando Po en 1858 ante “the horror of the Baptist missionaries who had settled in Clarence apparently under the erroneous idea that the island had been definitely taken over by the English” (pg. 53)

consiguiente, ya que los misioneros españoles no podían ir contra el Estado en su lucha por la legitimidad y el control religioso, se aliaron con éste. Así, pusieron en juego el ideologema de la españolización de los nativos como única salida a la 'britanización' de la colonia. En 'españolización' confluyan dos semas: el español como sinónimo del idioma patrio y la evangelización como sinónimo de la asimilación cultural. Los misioneros tenían en sus manos los dos espacios donde poner en práctica esta política de españolización: la iglesia y la escuela. Así pues, con la llegada de los Hijos del Inmaculado Corazón de María en 1885 se sentaron las bases para que la colonización del saber, el conocimiento y la lengua de los nativos surtiera efecto. Es imposible saber cuán rápido se produjo la expansión del español entre los nativos si no es acudiendo a las escasas referencias que encontramos en la literatura. En el escenario lingüístico de Fernando Poo y Annobón, el cambio de códigos (*code switching*), la convivencia de múltiples lenguas y la progresiva criollización del Pidgin English parecían ser la norma. Así lo recoge Mary H. Kingsley en sus impresiones sobre su viaje a la isla cuando se hace eco de varias conversaciones con nativos y otros habitantes de la isla:

"‘Señora, you’ll see more bare skin on this island than in a regiment of grenadiers.’ He said in Spanish, and I had to look it up in a dictionary and then think about it afterwards, so the statement irritated me, for I felt that the man knew enough English to be aware that it must work out as a bad pun". (1897: 57).

"‘You go shoot thing with gun. Berrah well-but you no get him thing for sure. No sah. Dem gun make nize. Berrah well. You fren hear dem nize and come look him, and you hab to go share what you done kill. Or bad man hear him nize, and he come look him, and you no fit to get share-you fit to get kill yussel. Chii! chii! traps be best’ I urged that the traps might also be robbed. ‘No, sah’, says he, ‘them bian (charm) he look after them traps, he fit to make man who go tief swell up and bust” (1897: 61)

Ante este Babel y, urgiendo las autoridades españolas a que la colonia española fuera transformada para su explotación económica y dominio colonial, los misioneros lideraron el camino hacia la oficialización del español. Por consiguiente, y abriendo la segunda etapa, el gobierno promulgó en 1904 un Estatuto Orgánico de la Administración local en los territorios españoles africanos legislando sobre el culto y la instrucción pública. En esta se regulaba que el culto católico estaba en manos de las misiones autorizadas por el gobierno y que la enseñanza debería darse en castellano y, en su caso, en los idiomas del país. Esto, leído en términos sociolingüísticos, supondría un desplazamiento del inglés.

2) Etapa de oficialización. Durante esta segunda fase, los misioneros no parecían estar contentos con la ley promulgada en 1904, ya que abría la puerta a la creación de escuelas públicas donde, como fue el caso, maestros indígenas, solicitaron enseñar. Estos maestros habían sido formados en las misiones protestantes, quienes sabiendo entrar en el juego del sistema político educativo de los españoles, conociendo sus prácticas y sus discursos, les mandaron a España para que aprendieran el español. Evidentemente, la respuesta de los religiosos españoles no se hizo esperar, y denunciaron por todos los medios la falta de competencia en español de los solicitantes o la no adecuación de sus titulaciones. Por poner un ejemplo, en el caso de Barleycorn, un maestro indígena fernandino muy bien considerado, se alegaba que el aspirante había presentado un certificado y no un diploma de sus estudios en Barcelona. En la guerra por el español se libraban otras batallas que tenían lugar en la sacristía de la iglesia o en el patio de la escuela.

La oficialización del español como lengua de educación y religión se concretó en la ley de

1907¹⁹. Las bases para el imperialismo lingüístico estaban dadas y todo apuntaba a su éxito. Las lenguas nativas no suponían ninguna amenaza puesto que, según la ideológica jerarquía de las lenguas mantenida por misioneros y administración colonial, el bubi, el fang, el benga o el fá d'ambô no eran lenguas escritas, eran 'incompletas', sin tradición literaria, se desconocía su fonética y su estructura, y por tanto caían bajo la dominación del español como lengua desarrollada. No obstante, en este momento, las acciones encaminadas al imperialismo en español no fueron sinónimo de obliteración de las lenguas nativas sino de exclusión del inglés; el conocimiento de las lenguas nativas era no solo un mandato de Propaganda Fide para las misiones en ultramar, sino un medio necesario para la comunicación con los nativos. De ahí la producción misionera de gramáticas, diccionarios, misales, himnos y evangelios en bubi, benga o fang. La labor lingüística de los misioneros respecto a las lenguas nativas, como no podía ser de otra forma, se centraba en una aproximación de traducción literal desde el español, en tanto que lengua modelo, reduciendo la complejidad de las lenguas nativas a una estructura simplificada, adaptando la fonética a la fonología del español, e inventando, en definitiva, allí donde la evidencia denotativa no parecía una posibilidad²⁰.

La administración fue el tercer espacio de poder donde se imponía el español. En 1926 se exigía a los indígenas que prestaban servicio al Estado el dominio del idioma, invocando a los Jefes de las distintas dependencias, a cesar a quienes no lo dominaran. De forma paralela, los comandantes de la guardia colonial indígena eran impelidos a enseñar español a los miembros de sus ejércitos durante dos horas semanales en las cuales, además, les inculcarían sentimientos de amor a la Patria y al Rey y las ventajas que les proporcionaba el trabajo. Se esperaba así, que al regresar a sus pueblos y tribus una vez cumplido su tiempo de servicio, los indígenas que habían sido formados militarmente serían los primeros en proclamar entre sus connaturales los beneficios que habían recibido de la Madre Patria España, y que alabarían lo que trae consigo la civilización. En línea continuista con la ideología de la españolidad iniciada anteriormente, se insistía en que la transformación de los sujetos indígenas en súbditos españoles, y su identificación con la Madre Patria, pasaba inevitablemente, por adquirir el idioma español.

3) En la tercera etapa, coincidente con el franquismo, la anterior ideología de la españolidad se mutó en el proyecto de la hispanidad vis a vis con la filosofía del Estado nacional católico. Dos cuestiones son importantes a tener en cuenta en la puesta en práctica de este ideologema de la hispanidad. En primer lugar, el español ya no es solo el medio para el imperialismo y la colonización del ser de los nativos; el gobierno quiere convertirlo en elemento de identificación de los guineanos, proyectando esta victoria como el lazo que une los países hispanos a través del Atlántico. En segundo lugar, se retoma la cruzada contra el inglés, ahora con el objetivo puesto en el Pidgin English, el *Broken English* que desde principios del siglo diecinueve había echado raíces en la colonia.

Respecto al primer aspecto, administración, escuela, religión y opinión pública unieron sus fuerzas para hacer de la colonia el espacio propicio donde poner en práctica el ideologema

¹⁹ En el bando firmado por D. Luis Ramos Izquierdo y Vivar, Gobernador General Interino de los Territorios Españoles del Golfo de Guinea en 1907 se decía lo siguiente: "al objeto de que se difunda y propague nuestro hermoso idioma Castellano entre los naturales de estos Territorios, vengo en disponer:

Art 1º. Será obligatoria la enseñanza del idioma Español en todos estos Territorios.

Art. 2º. En las misiones protestantes establecidas en los mismos les serán leídos en idioma español los pasajes de la Biblia a los indígenas que concurren a ellas, debiendo haber en dichas misiones un intérprete español al referido objeto.

Art. 3º. Queda prohibido terminantemente se redacten los contratos que se celebren con los indígenas y demás documentos públicos y oficiales en otro idioma que no sea el español.

²⁰ Véase Castillo Rodríguez 2014

de la hispanidad. Se trataba pues de sacar un doble partido a este proyecto. De un lado, se presentaba la Guinea Española como éxito de la política franquista, que unía una España desquebrajada, arruinada y sin poder hacia el exterior. De otro, Guinea ejemplarizaba la capacidad de aumentar humana y económicamente el proyecto de la hispanidad. El objetivo estaba, según Heriberto Ramón Álvarez en:

procurar crear en el indígena una conciencia patriótica, difundiendo el idioma y virtudes de la raza hispana con su carácter humanista, evitando el desarraigo del nativo mediante las mejoras de las condiciones de su vida y consiguiendo de este modo la adhesión perfecta con España y con los ideales de la Hispanidad" (ÁLVAREZ, 1948: 133).

En la escuela, los manuales así lo presentaban, y se ponía en práctica un sistema de vigilancia y castigo sobre el uso del español, sobre los ideales y los símbolos hispanos, que resultaría en un proceso de asimilación cultural.

Donato Ndongo-Bidyogo lo recuerda así: "¿Somos españoles?" -preguntaba el maestro a la clase- "¡¡Soomos españoles por la Gracia de Dioooos!!". "¿Por qué somos españoles?" -volvía a preguntar- "¡¡Soomos españolees por haber tenido la dicha de nacer en un país llamado Españaaaa!!". Al entrar en la escuela había que formar, hacer cinco o diez minutos de gimnasia militar, cantar el "Cara al Sol", brazo en alto, el "Lleno de ferviente ardor", el "Falangista soy, falangista hasta morir o vencer" y, al fin, el "Viva España". Los sábados se cantaba el "Yo tenía un camarada" y el "¡Salve Franco!". (NDONGO-BIDYOGO, 1977: 66)

Esta comunión con el régimen era unos de los pilares de la hispanidad africana. Los artículos publicados en *Ébano*, el periódico publicado por Falange Española Tradicionalista y de las Juntas de Ofensiva Nacional Sindicalista (JONS), resaltaban cómo la Guinea Española (llamada así entonces) tenía el papel ejemplificador de "sembrar por todos los ámbitos del mundo", "las ideas sublimes", "la bella lengua de Cervantes", "el tesoro inapreciable de nuestra cultura desparramada a raudales". No obstante, la colonización española no resultó en una dialéctica hegeliana, sino en una simbiosis de naturaleza antagónica y plural caracterizada por la hibridación cultural. Anacleto Oló en su poema *Hispania* escribía en 1951:

"Somos guineanos
De amores frágiles
Ecuatoriales,
Y bastardías hispanas.
Somos los que dicen
Tres palabras en bantú
Y dos en celta latino
Somos irremediablemente
Las sendas del destino
Híbridos con pasión y nostalgia"

En relación con la segunda cuestión, la política imperialista y monoglósica del idioma nacional llevaba a que desde todos los resortes coactivos del Estado se denunciase la incómoda presencia del inglés 'corrupto', 'bastardeado' del Pidgin English. El Inspector de Enseñanza en la colonia, Heriberto Ramón Alvarez, estableció en el reglamento del internado de la Escuela Superior Indígena, que el idioma español era el único permitido en todos los actos oficiales, siendo tolerado el uso de la lengua vernácula en los actos no oficiales, pero que "jamás podrá ser empleado el *broken english*". Los ideologemas sobre el primitivismo de las lenguas nativas, su jerarquización bajo las europeas, su poco desarrollo e incapacidad para comunicar pensa-

mientos complejos²¹ sustentaban las acciones para el rechazo del criollo inglés-africano: no era una lengua ‘pura’ y la hablaban los inmigrantes braceros de la costa africana así como los fernandinos, la clase alta que amenazaba con disputar el poder a los colonistas españoles, sobre todo en los asuntos económicos. En este sentido, hay que añadir que la falta de braceros fue siempre un asunto central en la economía de la colonia; en el siglo diecinueve fueron traídos desde Cuba, y desde principios del siglo veinte y durante el franquismo, llegaban desde el golfo de Biafra. Por tanto, había que tomar medidas:

una labor de limpieza y saneamiento, o como ahora se dice, “de depuración”, – escribía Cordero Torres en 1941– es inexcusable para que la capital y sus alrededores dejen de ser el asilo de los *indeseables* de las Colonias vecinas y un centro de propagación del “pichinglis”.

La política de prohibición del inglés y de obligatoriedad del español alcanzó también el debate en la esfera pública. En el periódico Ébano se loaba la importancia del monolingüismo como instrumento para la construcción de la hispanidad en la colonia. De entre todas las arenagas, una muestra: “Nunca hables públicamente otro idioma, ni otro dialecto que el Español, con ello harás para España la labor que España necesita” “ESPAÑOL, al hablar tu idioma te reconoces hijo de España” o “indigena, eres buen español?....pues, usa siempre este idioma” (*sic*).

Ser hijo de España, unirse a la comunidad panhispánica, identificarse con la Madre Patria y su idioma, fueron los intereses que movieron la política imperialista del español durante el franquismo.

4) La independencia colonial no tardó en llegar una vez que las corrientes panafricanistas y de independentismo habían sacudido todo el continente africano. Macías se proclamó Presidente del país y emprendió una cruzada contra aquello que rezumara a España. Los misioneros fueron expulsados y acusados de ser agentes del neocolonialismo y del imperialismo, las escuelas privadas fueron clausuradas y los desafectos al régimen perseguidos y ejecutados. La filosofía cultural de la ‘africanización’ se tradujo en el proyecto de la ‘guineización’, a modo de búsqueda de la propia identidad cultural que liberara al pueblo guineano de la política, economía y cultura con vestigios coloniales. En 1975 se dictaron varios decretos – leyes que castigaban el uso de expresiones religiosas y limitaba los nombres de los bautizados a nombres propios africanos como Nguema, Mbá, Ndong, prohibiendo los nombres ‘importados por los colonizadores’ como Luis, Anselmo, Benito (F. I. Ondo Ndjeng 1996: 338). La etapa antiespañolista de Macías fue seguida por una ‘reespañolización cultural’ (Nerín 1998: 19). Tras el derrocamiento de Macías el 3 de agosto de 1979 a manos de su sobrino Teodoro Obiang Nguema Mbasogo, se abrió el segundo periodo de la República de Guinea Ecuatorial que continúa hasta la fecha. Los cambios en política internacional y lingüística estuvieron inicialmente propulsados por una revitalización del ‘afro-ibero-americanismo’ con el que Guinea Ecuatorial trataba de rentabilizar su peculiaridad hispánica ante sus países vecinos, según hemos visto al inicio de este artículo.

Su primer acercamiento a la comunidad panhispánica tuvo lugar en Valladolid en 2001 durante la celebración del II Congreso Internacional de la Lengua Española donde el presidente de la república Teodoro Obiang Nguema MBasogo fue invitado a pronunciar el discurso inaugural. Abría el presidente su discurso manifestando que era un día histórico para el pueblo y el gobierno guineano, y agradecía a sus Majestades los reyes de España y al pueblo español – (y cito) “con el que Guinea Ecuatorial se siente estrechamente vinculado por indisolubles lazos históricos y culturales”– la invitación. Sin señalar a nadie, y entonando un medido ‘mea culpa’, Teodoro Obiang dejaba entrever un cierto resentimiento por haber estado alejado de estos encuentros, que, según decía, significaban el reconocimiento de la pertenencia al mundo hispánico y servían como antesala a la participación en las cumbres iberoamericanas; uno de

²¹ ENGELBERG, 2013,

los intereses, (si no el verdadero), de esta pataleta. El hermano menor de la familia hispánica reivindicaba su papel protagónico entre las naciones hermanas, unidas por una cultura, un pasado común y un idioma. Asimismo, el presidente enseñaba sus cartas en la partida del Afro-ibero-americanismo que se estaba librando en el Congreso de la lengua española. Guinea Ecuatorial, insistía Obiang, está estratégicamente situada en el vértice del triángulo, dispuesta, si la ocasión lo requiere, a alargar la sombra y mano del pan-hispanismo. La importancia del país africano no residía solamente en ser uno de los vértices este proyecto Transatlántico, sino que como país de lengua española, y – sobre todo, claro está, como potencia económica desde que en 1991 se descubrieran los pozos petrolíferos –, tenía y tiene una voz en los foros africanos, donde, según relataba el susodicho en su discurso, propició la introducción del español como una de las lenguas oficiales de la Organización de la Unidad Africana celebrada en Zambia en julio de 2001. Obiang no perdía la oportunidad para mostrar los réditos de ser el presidente del secreto mejor guardado de la hispanidad, según escribiera Lipski en el año 2000. Tras esta aparición en el año 2001, el presidente de Guinea Ecuatorial, a comienzos de 2014 materializó las demandas de un grupo de intelectuales en su país quienes le pedían la creación de una academia de la lengua española. Los miembros correspondientes de la “academia ecuatoguineana de la lengua española” fueron elegidos y deben ser refrendados por la Real Academia Española (RAE) y de la Asociación de Academias de la Lengua Española. A pesar del escollo que Guinea Ecuatorial supone dentro de las relaciones internacionales, simbolizando alianzas inaceptables con un dictador que no respeta los derechos humanos y que basa su fortuna en las riquezas del petróleo, la RAE y el gobierno de España tienen sendos intereses en estrechar lazos con el país. Según el director de la RAE, José Manuel Blecua, a pesar de ser un “un problema político importante” los intereses de la Academia en la difusión del español en África como medida de presión frente a la “francofonía” justifican la creación de la academia ecuatoguineana de la lengua española (la informacion.com, 20 de enero de 2014) y la reciente invitación a impartir una conferencia en el Instituto Cervantes de Bruselas²².

4. A modo de cierre

Misioneros y administración colonial fueron los primeros agentes sociales en poner en práctica acciones sobre las lenguas, así fueran las colonizadoras como las nativas. A las lenguas europeas imperialistas se les fue sumando el Pidgin English que derivó en el actual pichi de Guinea Ecuatorial. Este “inglés negro” fue el centro de las dianas en la política monoglósica de la administración colonial española. Frente a la necesidad de crear entre los nativos una conciencia lingüística basada en la unidad política y cultural y de afianzar – España - su proyecto de españolización primero y de hispanización después, el pichi ‘arruinaba’ esta proyección. Los nativos se veían más inclinados, según Cordero Torres (1941), a hablar este “pichinglis”, que se alimentaba de la migración de los países vecinos, que el español. Desde 1900, la revista *La Guinea Española* y posteriormente *Ébano* (1939) articularon los ideologemas que sostenían el proyecto colonial de aculturación de los nativos. El español se impuso como lengua oficial y la colonización del ser fue dando forma a una hibridación cultural que se plasma visiblemente en la literatura actual de Guinea Ecuatorial²³.

La cuestión del idioma fue, igualmente, la piedra angular en la construcción de la Patria Española Nacional Católica y en la reinención del imperio con su proyección hispanoamericana.

22 Este hecho desató una polémica que obligó al gabinete de prensa de Zarzuela a manifestar públicamente que el Monarca no había influido o intervenido para facilitar la presencia de Obiang ni en el acto del Cervantes (El País, 1 de abril de 2014).

23 NDONGO, 1984; Donato NDONGO Y MBARÉ N'GOM, 2000; CARRASCO, 2000; N'GOM 2011.

na; al español se le dotó ideológicamente de una *naturaleza nutricia* que se expandía en África y Latinoamérica, y que, según hemos visto, continúa ideológicamente en el discurso de la RAE.

Bibliografía

ÁLVAREZ GARCÍA, Heriberto Ramón. 1948. *Historia de la acción cultural en la Guinea Española Con notas sobre la Enseñanza en el África Negra* Madrid: Instituto de Estudios Africanos. Consejo Superior de Investigaciones Científicas.

ARAÚJO, Gabriel; Ana Lívia AGOSTINHO, Alfredo CHRISTOFOLETTI; Shirley FREITAS & Manuele BANDEIRA. 2013. Fa d ambô: língua crioula de base portuguesa de Ano Bom. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, 55, 25-44.

BAKHTIN, Mikhail. 1986. "The Problem of Speech Genres." *Speech Genres, and Other Late Essays*. Trans. Vern W. McGee. Ed. Caryl Emerson and Michael Holquist. Austin: U of Texas, 60-102.

BARRENA, Natalio. 1957. *Gramatica anobonesa*. Madrid: Consejo de Investigaciones Científicas.

BROWN, Robert T. 1972. *William Fitzwilliam Owen. Hydrographer of the African Coast, 1774 – 1857*. PhD. Diss. Syracuse.

CASTILLO BARRIL, M. 1966..*La influencia de las lenguas nativas en el español de la Guinea Ecuatorial*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.

COLL, Armengol. 1995. *Misión de María Cristina*. Vic: Ceiba.

CORDERO TORRES, J. M. 1941. *La misión africana de España*. Madrid: Vicesecretaría de Educación Popular.

CORDERO TORRES, J. M. 1949. "Viejas y nuevas formas políticas de la colonización". *Cuadernos de Estudios africanos*. Vol. 6: 35 – 58.

CORDERO TORRES, J. M. 1950. "¿Independencia colonial o evolución colonizadora?". *Cuadernos de Estudios Africanos*. Vol. 11: 21 – 32.

DE CASTRO, M. L. & Mª L. de LA CALLE. 1992. *Origen de la colonización española de Guinea Ecuatorial 1777 – 1860* Valladolid: Universidad de Valladolid.

DEL VALLE, José. 2007 "Glotopolítica, ideología y discurso. Categorías para el estudio del estatus político del español" en Valle, José (ed). *La Lengua, ¿patria Común?: Ideas E Ideologías Del Español*. Frankfurt am Main: Vervuert.

DEL VALLE, José. 2010. "Las representaciones ideológicas del lenguaje: discurso glotopolítico y panhispanismo." En José del Valle y Elvira Narvaja de Arnoux (eds.,) *Special Issue of Spanish in Context*. 71: 1 – 24.

DEL VALLE, José. 2011. Panhispanismo e hispanofonía: breve historia de dos ideologías siamesas [Panhispanism and hispanofonía: brief history of siamese ideologies]. *Sociolinguistic Studies*, Vol 5, No 3): Language beyond the nation: a comparative approach to policies and

discourses.

DE GRANDA, German. 1984. "Perfil lingüístico de Guinea Ecuatorial". *Homenaje a Luis Flórez [texto impreso]: estudios de historia cultural, dialectología, geografía lingüística, sociolingüística, fonética, gramática y lexicografía*. Bogotá: Publicaciones del Instituto Caro y Cuervo.

DE GRANDA, German. 1985. *Estudios de lingüística afro-románica*. Valladolid: Universidad de Valladolid.

ENGELBERG, Stefan. 2013. *Germany and the South Pacific: The role of language ideologies in language politics*. International Conference on Colonial and Postcolonial Linguistics 2013. Bremen, 3-8.

GILMOUR, Rachel. 2006. *Grammars of Colonialism. Representing Languages in Colonial South Africa*. Palgrave.

GONZÁLEZ ECHEGARAY, Carlos. 1959. *Estudios Guineos*. Volúmenes I y II. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.

GUESPIN Louis & Jean Baptiste MARCELLESI. 1986. "Pour la glottopolitique". *Langages*, 21e année, n° 83, pp 5 – 34 .

HAGEMEIJER, Tjerk. 2011. The Gulf of Guinea creoles: Genetic and typological relations. *Journal of Pidgin and Creole Languages* 26(1): 111-154.

HICKEY, R. 2004. Legacies of colonial English: studies in transported dialects. Cambridge, England, Cambridge University Press.

KINGSLEY, Mary H. 1897. *Travels in West Africa. Congo Français, Corisco and Cameroons*. London: Macmillan and Co.

KRESS, Gunther R. & Bob HODGE. 1979. *Language as Ideology*. London; Boston: Routledge & Kegan Paul.

LIPSKI, John, 2000. "The Spanish of Equatorial Guinea: research on la hispanidad's best – kept secret". *Afro Hispanic Review*. Columbia. Vol. 19. Iss 1:11 – 28.

LIPSKI, John. 2004. "The Spanish Language of Equatorial Guinea". *Arizona Journal of Hispanic Cultural Studies*. Vol. 8:115 – 130.

LIPSKI, John. 2007 . (after) thoughts on the state of Hispanic linguistics. Hispanic Issues On Line. v. 2 <http://spanport.cla.umn.edu/publications/HispanicIssues/hispanic – issuesonline/Debates/Debate%20docs/Lipski.pdf> . (accedido el 18 de octubre de 2012)

LIPSKI, John. 2008. "El español de Guinea Ecuatorial en el contexto del español mundial". En Gloria Nistal Rosique and Guillermo Pié Jahn (ed.) *La situación actual del español en África*. Madrid: Casa de África/SIAL pp. 79 – 117.

MIGNOLO, Walter. 2010. *Desobediencia epistémica: Retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad*. Ediciones del Signo.

MORGENTHALER García, Laura. 2012. "Variedades franco – africanas en el continuo del francés pluricéntrico" en Muhr, Rudolf (ed.) *Non – Dominant Varieties of Pluricentric Languages. Getting*

the Picture. In Memory of Michael Clyne. In Collaboration with Catrin

NARVAJA DE ARNOUX, Elvira. 2000. "La Glotopolítica: transformaciones de un campo disciplinario". En AAVV. *Lenguajes: teorías y prácticas*. Buenos Aires, Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires e Instituto Superior del Profesorado.

N'GOM FAYE, M'bare. 2011. *La literatura africana en español*. Biblioteca Africana – Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes.

NDONGO-BIDYOGO, Donato. 1984. *Antología de la literatura guineana*. Madrid: Editora Nacional.

NDONGO-BIDYOGO, D. 1977. *Historia y tragedia de Guinea Ecuatorial*. Madrid: Editorial Cambio.

NERÍN, Gustau. 1998. *Guinea Ecuatorial: historia en blanco y negro: hombres blancos y mujeres negras en Guinea Ecuatorial, 1843-1968*. Barcelona: Península.

NORRBY, Leo Kretzenbacher & Carla AMORÓS. Volume 14. Frankfurt am Main, Berlin, Bern, Bruxelles, New York, Oxford, Wien.

OLÓ, Anacleto Hispania & Donato NDONGO-BIDYOGO. 1084. *Antología de la literatura guineana*. Madrid: Editora Nacional.

POST, Marike. 1998. La situación lingüística del fa d'ambô. *Foro Hispánico, 13 (Sociolingüística: Lenguas en Contacto)*. Amsterdam, Rodopi.

QUILIS, Antonio & Cecilia CASADO-FRESNILLO. 1995. *La lengua española en Guinea Ecuatorial*. Madrid, Universidad Nacional de Educación a Distancia.

RABAT MAKAMBO, Práxedes. *Costumbres bengas y de los pueblos vecinos. Ibia D'ykengue*. Mbangwe – Corisco, [1872]. (s/f)

ZAMORA, Armando. 2010. *Gramática descriptiva del fá d'ambô*. Madrid: Ceiba Ediciones.

ZAMORA, Armando. 2009. Breve aproximación a la sociolingüística del Fá d'Ambô en Guinea Ecuatorial. *Oráfrica*, 5: 71-112.

ZAMORA-LOBOCH, Miguel. 1962. *Noticia de Annobón. Su geografía, historia y costumbres*. Madrid: Papelaria Madrileña Mayor.



O estatuto do pichi na Guiné Equatorial

Kofi Yakpo

Sobre o autor

Kofi Yakpo
Universidade de Hong Kong.
Contato: kofi@hku.hk

Resumo

Este artigo¹ explora a relação entre as políticas e as ideologias linguísticas relacionadas ao pichi, o crioulo de base lexical inglesa da Guiné Equatorial e a segunda língua nacional mais amplamente falada do país. Forneço explicações para a ausência de compromisso do Estado com o pichi, assim como a omissão do mesmo nos discursos públicos. Sugiro que as ideologias linguísticas que circundam o pichi estabelecem, em grande medida, valores negativos sobre a língua e têm contribuído para inibir as oportunidades de elevação de seu *status* e expansão de seu uso na Guiné Equatorial. Concluo que o pichi continuará, portanto, a ampliar suas funções sociais informalmente, pela conquista gradual de domínios adicionais de uso.

Palavras-chaves

Crioulo. Espanhol. Discurso. Ideologia linguística. Política linguística.

¹ Texto traduzido do inglês por Cintia Vilanova e Rosângela Morello.

1. Introdução

As duas línguas crioulas da Guiné Equatorial, pichi e fa d'ambô, têm importantes representações em comunidades nativas. O fato destas duas línguas terem suas raízes no colonialismo e na escravização dos africanos por europeus as expõem, mais que a outras línguas africanas, às contradições que estes eventos cataclísmicos deixaram na África atual. Os obstáculos políticos e ideológicos para dar às línguas africanas seu lugar de direito nos assuntos das nações africanas são imensos. Mas a respeito da língua pichi, estes obstáculos parecem intransponíveis. Nos discursos escritos e falados, desde a colonização até o presente, há profundas raízes nas continuidades da representação negativa do pichi. E estas coincidem com uma ausência geral de vontade política para promover uma expansão das funções de todas as outras línguas africanas da Guiné Equatorial.

Neste artigo, exploro as ideologias linguísticas sobre o pichi e, ao fazê-lo, tento prover uma explicação para a falta de qualquer compromisso do Estado, assim como sua omissão em todo e qualquer discurso público formal no que diz respeito à promoção dessa língua. Concluo que as ideologias linguísticas existentes relacionadas ao pichi tornam improváveis mudanças em abordagens oficiais. Paralelamente, uma constelação de fatores internos e externos à Guiné Equatorial provavelmente contribuirão para a expansão das funções sociais do pichi no futuro.

Na seção 2 deste artigo, forneço uma visão geral do papel de pichi na Guiné Equatorial, sua relação com outras línguas na África Ocidental e arredores e as características da família linguística a que pertence. Abordo, na seção 3, as políticas linguísticas na Guiné Equatorial e o lugar do pichi neste contexto. Na seção 4, parte principal deste artigo, focalizo as ideologias linguísticas tais como elas se manifestam no discurso escrito e falado sobre o pichi. A seção 5 conclui este artigo.

2. O pichi no contexto nacional e internacional

O pichi é uma ramificação direta da língua krio de Serra Leoa. O ancestral do pichi chegou em Bioko, então conhecida pela sua designação colonial de Fernando Pó (cf. Mapa 1), com colonos africanos de Freetown, Serra Leoa, em 1827². A ilha de Bioko é uma das três entidades geográficas que compõem a nação da Guiné Equatorial, a segunda é a Ilha de Annobón, e a terceira é Río Muni, no continente Africano.

Para o pichi são também encontradas, na literatura linguística, as seguintes denominações: Fernando Po Krio (e.g. Berry, 1970), Fernandino Creole English (e.g. Holm, 1988), Pidgin (English) (e.g. Morgades Bessari, 2004), Broken English (Zarco, 1938) e Pichinglis (e.g. Lipski, v1992). No entanto, todas as denominações acima, exceto a última, são atribuídas desde fora e não têm valor mais amplo na própria Guiné Equatorial. A maioria dos atuais falantes referem-se à língua como Pichinglis, Pichin (pit[ĩ] pronunciado com a vogal final anasalada) ou mais comumente, Pichi. Os falantes mais antigos, às vezes também se referem à língua como Krio.

O pichi é falado principalmente em Malabo, capital da Guiné Equatorial localizada na ilha de Bioko, e é usada como língua franca em toda a ilha. Não há dados de censo linguístico específico na Guiné Equatorial. De acordo com minhas estimativas, pode-se assumir que ao

² FYFE, 1962:165.

menos 70% da população da ilha de Bioko, portanto mais de 150.000 habitantes, usam o pichi regularmente como língua principal ou secundária. Dentro da Guiné Equatorial, esse é um bom motivo para assumir que o pichi é a segunda língua africana mais falada do país, ficando atrás do fang, com suas variações dialéticas distintas³ e na frente do bubi, a qual também é dialeiticamente muito diferenciada⁴.

Em termos de número de falantes, o pichi é a menor língua da família de crioulos e pidgins afrocaribenhos de base lexical inglesa (abreviada daqui para frente como AECs, derivado do termo "Afro-Caribbean English-lexifier Creoles") depois do aku (falada na Gâmbia). O pichi pertence a uma imensa família linguística que se estende da costa da América Central no Caribe, passa pela bacia do Atlântico e segue até a África ocidental. Há evidências convincentes de que estas línguas devem suas similaridades à ancestralidade comum em uma proto-língua falada no Caribe oriental e possivelmente ao longo de toda a costa da África Ocidental, no início do século XVII⁵.

A partir de minha experiência, posso afirmar que a intercompreensão mútua no ramo africano dessa família (compreendendo o Nigerian Pidgin (pidgin nigeriano), Cameroon Pidgin (pidgin camaronês), Ghanaian Pidgin English (inglês pidgin ganês), o krio, o pichi e o aku) é muito alta. Igualmente alta é a intercompreensão mútua no ramo caribenho da família, com exceção notável dos AECs do Suriname, que em muitos aspectos, parecem estar mais próximos dos AECs da África Ocidental (Hancock, 1987).

A família de crioulos de base lexical inglesa alcança seu maior número de falantes na África Ocidental. A tabela a seguir fornece o número estimado de falantes das seis principais variedades dos AECs na África Ocidental e no Caribe, respectivamente. As fontes para a estimativa do número de falantes são apresentadas na última coluna da direita.

Idioma	País Falado	Falantes estimados	Idioma
Nigerian Pidgin	Nigeria	80 milhões	Ihemere 2006
Cameroon Pidgin	Camarões	10 milhões	Lewis, Simons & Fennig 2013
Krio	Serra Leoa	5 milhões	Finney 2011
Ghanaian Pidgin English	Gana	5 milhões	Huber 2012
Pichi	Guiné Equatorial	150 mil	Yakpo 2013a
Jamaican Creole	Jamaica	3 milhões	Farquharson, p.c.
Trinidadian Creole	Trinidad	1 milhão	Lewis, Simons & Fennig 2013
Creolese	Guiana	800 mil	Devonish & Thompson 2010
Crioulos de Suriname (Sranan, Ndyuka, Saamaka)	Suriname	700 mil	Carlin & Arends 2002; Migge 2009; Migge & Léglise 2012
Total de falantes		~106 milhões	

Tabela 1. Número de falantes de crioulos afrocaribenhos de base lexical inglesa selecionados.

O número estimado de falantes das maiores línguas da família, acima listadas, mostra que, juntas, as diferentes variedades de AECs formam um dos maiores grupos linguísticos do hemisfério ocidental. Note que a lista não contém as numerosas variedades de AECs faladas

³ HOMBERT, 1991.

⁴ BOLEKIA BOLEKÁ, 2008: 21ff.

⁵ SMITH, 1987; HANCOCK, 1986; 1987.

nas ilhas e costa caribenhas. Considerando igualmente que, em estatísticas demolinguísticas, diversos dialetos são agrupados sob o nome de um único idioma (por exemplo, variedades mutuamente não compreensíveis como o árabe marroquino e o árabe iemenita são contados como “árabe”, ou então conta-se como “alemão” os dialetos suíços e saxões, incompreensíveis entre si), há justificativa suficiente para fazer o mesmo com as variedades agrupadas sob o título de “crioulos afro-caribenhos de base lexical inglesa”. Uma constelação de fatores ideológicos, que tem conduzido a uma falta de consenso sobre a classificação genealógica dessas línguas – fatores que se refletem parcialmente nas ideologias dominantes sobre o pichi (cf. seção 4) – faz com que os AECs, no entanto, não figurem como uma variedade ou grupo de variedade(s) coerente(s) nas estatísticas demolinguísticas. Apesar disso, as estimativas sobre o número de falantes de AECs nos vários países e territórios colocariam este continuum de línguas entre as dez primeiras posições das línguas mais faladas no mundo, atrás do chinês mandarim (~840 milhões), inglês (~330 milhões), espanhol (~460 milhões) e árabe (~220 milhões), mas à frente do alemão (~84 milhões) e do francês (~69 milhões) (Lewis, Simons & Fennig 2013, fonte para estatística linguística). Portanto, o pichi pode ser visto como uma autêntica variedade equatoguineana de uma das maiores continuidades linguísticas do mundo, que permite a comunicação em um imenso espaço geográfico abrangendo dois continentes, a África e a América.

Estes fatos sobre os AECs são importantes quando avaliamos a atual situação do pichi na Guiné Equatorial e os discursos que o envolvem. Veremos, na próxima seção, que a política e prática do Estado na Guiné Equatorial não aproveitam as oportunidades oferecidas pelo fato do pichi ser parte do “capital” linguístico do país.

3. Política e realidade linguística na Guiné Equatorial

Nesta seção, comparo as políticas linguísticas oficiais com as realidades do uso das línguas na Guiné Equatorial. Concluo que há uma discrepância significante entre as abordagens oficiais e a significação real das línguas particulares para a comunicação nacional e internacional e para a vida econômica.

A Guiné Equatorial não tem um enquadramento legislativo ou quadro político que defina os detalhes da relação entre as várias línguas faladas no país. No entanto, a Constituição do país contém uma afirmação explícita sobre a condição e funções de línguas particulares. O artigo 4 da Constituição declara o espanhol, o francês e o português como idiomas oficiais, enquanto que os idiomas indígenas são reconhecidos como uma parte integral da cultura nacional (Constituição da Guiné Equatorial, 2011).

A Constituição, portanto, cria uma relação hierárquica entre três línguas europeias de um lado, e as línguas africanas faladas pela maioria dos equatoguineanos, de outro. Tais combinações de fortalecimento constitucional dos idiomas dos antigos colonizadores e afirmações declaratórias relativas aos idiomas africanos sem desdobramentos legais concretos são comuns nas constituições africanas pós-independência⁶.

Paralelamente, a Guiné Equatorial dispõe de formulações “difusas” sobre as políticas linguísticas (Skutnabb-Kangas, Phillipson & Rannut 1994). Por exemplo, no sistema educacional,

⁶ Outro exemplo é a Constituição do Gabão (2003), artigo 2, que afirma que “a República do Gabão adota o francês como sua língua oficial em funcionamento, enquanto que “trabalha pela proteção e promoção das línguas nacionais” (“La République gabonaise adopte le français comme langue officielle de travail. En outre elle oeuvre pour la protection et la promotion des langues nationales”). O artigo 2 da Constituição da República Democrática do Congo (2006) declara o francês como língua oficial enquanto que “assegura a promoção” (“assure la promotion”) das quatro línguas mais amplamente faladas do país, Kikongo, Lingala, Swahili e Tshiluba.

do primeiro até o terceiro nível, a educação é feita unicamente por meio do espanhol e não há ainda nenhum papel adequadamente definido para a instrução nas línguas maternas africanas da maioria das crianças (Yakpo 2011). No entanto, o projeto revisado da educação nacional (República de Guiné Ecuatorial 2007) oferece o uso “facultativo” dos idiomas indígenas na educação, embora sem mais especificações (Olo Fernandes 2012: 4).

O contexto político e jurídico difere marcadamente das realidades do uso da língua na Guiné Equatorial. Três aspectos devem ser destacados nesse contexto. Por uma parte, o francês e o português, línguas cooficiais, não desempenham um papel significante na comunicação entre os equatoguineanos, nem deles com os cidadãos de países vizinhos. Em segundo lugar, a única língua não-indígena a registrar crescimento significativo de usuários dentro da Guiné Equatorial e importância para as relações regionais e internacionais é o inglês, que não é uma língua cooficial. Em terceiro lugar, as línguas internacionais mais amplamente faladas da Guiné Equatorial são o pichi e o fang, ambas indígenas e sem reconhecimento legal.

As observações a seguir são a respeito das línguas cooficiais, o francês e o português. Politicamente, a Guiné Equatorial é fortemente integrada na Comunidade Econômica dos Estados da África Central (acrônimo francês CEAAC “Communauté Économique des États d’Afrique Centrale”). A maioria dos estados membros do CEAAC tem o francês como língua oficial e não há dúvida que esta se tornou uma língua importante na diplomacia regional para funcionários do Estado da Guiné Equatorial. No entanto, é difícil determinar o quanto o francês se enraizou nas práticas linguísticas cotidianas dos equatoguineanos⁷. Minhas observações indicam que há exposição esporádica de partes da população ao francês, em particular os habitantes da fronteira de Río Muni, e os dos centros urbanos de Malabo e Bata. Há também certo grau de exposição da população ao francês através da mídia e da música popular de Camarões e do Gabão.

No entanto, a impressão geral é que o francês está longe de ser (ou se tornar) a língua de maior ocorrência no país. Um desempenho na língua, para além da comunicação rudimentar, parece estar limitado a membros da elite universitária do país, a grupos especializados tais como pessoas de negócios e comerciantes que lidam com Camarões e Gabão, e a indivíduos que vivem e trabalham em países francófonos, vizinhos da Guiné Equatorial.

Além desse quadro, parece não haver um multilinguismo social envolvendo o português, língua cujo conhecimento está limitado a indivíduos que, em virtude de suas histórias pessoais, conseguem adquiri-la em algum momento de suas vidas.

Dada a ausência de números oficiais sobre o uso das línguas na Guiné Equatorial, a natureza e a intensidade das relações econômicas entre a Guiné Equatorial e outros países parecem orientar tais usos. Na economia formal, dados referentes ao comércio mostraram uma preponderância de parceiros comerciais não-africanos, com a Espanha liderando a lista com 15% da exportação. Mas a França (5%) está muito aquém de outras nações, enquanto que os números para Portugal e outros países de língua portuguesa da África são muito baixos para aparecer separadamente nas estatísticas (United States, Central Intelligence Agency, 2012).

Em áreas de economia tradicional classificadas como “informais”, torna-se importante o

⁷ Um relatório de 2010 da OIF (Organização Internacional da Francofonia) lista 7% de equatoguineanos como “francófonos” (o que inclui a capacidade de falar, ler e escrever em francês) e 22% como “parcialmente francófono” (o que significa ser capaz de falar francês). A OIF admite que estes números foram fornecidos pelo governo da Guiné Equatorial em resposta a um questionário apresentado pela OIF. De acordo com o que temos conhecimento, nenhuma pesquisa linguística nacional sistemática até agora tem sido conduzida na Guiné Equatorial, nem mesmo para as línguas individuais. Os números oficiais, sejam os fornecidos pelo governo da Guiné Equatorial ou pela OIF devem, portanto, serem tomados com extrema cautela. A página da Guiné Equatorial no site da OIF (<http://www.francophonie.org/Guinee-Equatoriale.html>) vai tão longe a ponto de declarar 200.000 equatoguineanos falantes de francês, portanto, um terço da população oficial. Tais números inflacionados devem ser considerados em relação a propósitos políticos.

comércio de alimentos básicos como o peixe, tubérculos, vegetais e frutas para consumo local, na fronteira com Nigéria, Camarões e Gabão⁸. Por sua vez, comerciantes e artesãos da China, Mali, Senegal, Nigéria, Gana e Camarões possuem e trabalham em muitas pequenas lojas e oficinas em Bioko e Río Muni, fornecendo serviços aos equatoguineanos. Os contatos comerciais desta natureza são dominados por produtores locais e pequenos comerciantes, frequentemente com nível básico de instrução, os quais negociam em fang, pichi e espanhol, além do francês.

O inglês parece ter ultrapassado o espanhol como língua na condução dos negócios no setor de petróleo e gás, o mais importante da economia. Em resposta, o ensino de inglês tem aumentado fortemente na Guiné Equatorial a fim de atender a crescente demanda desse setor petroleiro. O crescimento do prestígio e dos usos práticos do inglês está também refletido na emergência de Gana como um destino regional para equatoguineanos em busca de educação média terciária e de formação em inglês. Fora da África, os Estados Unidos da América parecem ultrapassar a Espanha e a França como o principal país para onde as parcelas mais ricas da elite equatoquineana enviam seus filhos para uma educação terciária. Em seu conjunto, estes fatores colocam em marcha dinâmicas através das quais podemos esperar, em futuro próximo, a consolidação e expansão do inglês na Guiné Equatorial.

Finalmente, o crescimento exponencial da interação econômica entre a Guiné Equatorial e a China, bem como a presença de cidadãos chineses na Guiné Equatorial tem proporcionalmente aumentado o contato dos equatoguineanos com a cultura e a língua chinesas.

O terceiro e último aspecto relacionado ao uso de línguas na Guiné Equatorial é o fato de somente duas línguas faladas por comunidades nativas serem qualificadas como verdadeiras línguas internacionais na ampla área geográfica de que a Guiné Equatorial faz parte. Essas duas línguas são o fang e o pichi, portanto, duas línguas indígenas⁹. Defendi o alcance internacional de pichi na seção 2. O conjunto de variedades comumente designadas como língua fang (que inclui dialetos como ntumu, mvaï, okak, mekè, nzaman, betsi), por sua vez, pertence ao grande contínuo dialetal que se estende por grande parte do Sul de Camarões, toda a Guiné Equatorial, grande parte do Gabão e a fronteira da República do Congo (Perrois 1972: 102ff.). Não há censos recentes, mas pela estimativa dos números da população, o número de falantes de fang e suas variedades próximas, abarcando as variedades do beti e bulu, compreensíveis entre si, facilmente atinge a cifra de quatro milhões de falantes nesses países (cf. as estimativas de falantes em Lewis, Simons & Fennig, 2013).

Para um observador neutro, é, portanto, surpreendente que nem o pichi nem o fang apresentem um reconhecimento legal adequado, enquanto que duas línguas legalmente reconhecidas (francês e português) não se representam em comunidades indígenas falantes, e a outra (espanhol) não seja de uso prático na comunicação internacional na região leste e central da África, à qual a Guiné Equatorial pertence. Na Guiné Equatorial, assim como em outros países africanos, um complexo conjunto de fatores ligados à dependência sociocultural do colonizador, ao elitismo, a uma ausência de visão política das elites dirigentes, a instituições públicas fracas e à falta de conhecimento técnico e administrativo, é responsável pela negligência oficial das línguas africanas e a concomitante continuidade das políticas linguísticas coloniais (cf. Muthwii & Kioko 2004; Baldauf & Kaplan 2007; Bambose 2000).

No entanto, no caso do pichi, parece ser particularmente gritante a discrepância entre sua importância como língua nacional e internacional, e sua ausência nas mais pragmáticas funções oficiais (cf. also Lipski 2002: 79). Mais que outras línguas africanas da Guiné Equato-

⁸ cf. NKENDAH et al., 2011.

⁹ Fui informado por falantes nativos do fa d'ambô e iungwa santomé, a maior língua do vizinho da Guiné Equatorial, República de São Tomé, que a compreensão entre essas duas línguas é mínima. Portanto, o fa d'ambô não pode ser contabilizado como uma língua internacional.

rial, o pichi é invisível na esfera pública. Enquanto que outras línguas são frequentes e espontaneamente produzidas nos discursos públicos, possuem espaço na Rádio Nacional da Guiné Equatorial e são fortemente ouvidas no contexto semiformal, o pichi está altamente ausente da mídia audiovisual digital e impressa. O pichi também não é comumente empregado na igreja, em grandes encontros sociais particulares (como casamentos) ou em qualquer outra situação semiformal. O pichi está largamente ausente da música popular da Guiné Equatorial, o que é surpreendente em vista da proeminência da música cantada em Nigerian Pidgin (pidgin nigeriano) e Ghanian Pidgin English (pidgin inglês de Gana), no cenário musical de Malabo¹⁰. Interações em pichi são, portanto, totalmente relegadas ao domínio interpessoal. O silêncio sobre o pichi se estende à academia. Além do trabalho de Morgades Bessari (2004, 2011) e Lipski (1992, 2002) sobre os aspectos sociohistóricos da língua, e meu trabalho sobre a gramática e léxico do pichi¹¹ não há, até o momento, esforços para documentar a literatura oral da língua, que está rapidamente caindo no esquecimento¹², e não há tentativas de explorar mais profundamente os aspectos estruturais do pichi, seus diferentes registros e variedades regionais, ou características sociolinguísticas tais como a relação triangular entre o pichi, o bubi e o espanhol em Bioko.

Uma razão para esse paradoxo pode ser encontrada nas ideologias linguísticas prevalecentes e nas atitudes sobre o pichi. Exploro algumas delas na próxima seção.

4. Ideologias linguísticas em relação ao pichi

A seguir, apresentarei e analisarei ideologias e atitudes diretamente ligadas ao pichi, considerando como elas se manifestam no discurso escrito e falado. Para o presente propósito, defino ideologias linguísticas como o sistema de ideias (sentimentos, valores, crenças) sobre as relações entre a língua e a estrutura social¹³. As ideologias linguísticas englobam pontos de vista sobre o valor relativo de uma língua ou variedades em uma sociedade, ideias sobre como determinadas línguas funcionam e como elas são estruturadas, crenças sobre a adequação de línguas particulares, variedades e registros a situações específicas ou a grupos sociais particulares¹⁴. Uma função social importante das ideologias linguísticas é, portanto, criar e representar identidades e entidades sociais tais como etnia, classe, nacionalidade ou gênero¹⁵. As ideologias linguísticas envolvendo o pichi, em grande parte, criam valores negativos sobre essa língua e assim, contribuem para inibir as possibilidades de elevação do seu *status* e de expansão de seus usos na Guiné Equatorial.

Os discursos sobre o pichi e as representações ideológicas deles resultantes podem ser agrupados em três temas gerais. Um primeiro se refere ao estado do pichi como uma língua de pleno direito. Um segundo tema trata da questão do hibridismo do pichi. Um terceiro envolve a questão de propriedade: o pichi possui falantes nativos e é um veículo para transmissão de sua cultura e para constituição da identidade do grupo, ou é somente uma ferramenta para

¹⁰ A exceção mais notável desta tendência, de que eu estou ciente, é música “mi tierra”, um rap sobre a situação dos emigrantes na Espanha feita por Meko – compositor guineatoriano pioneiro de hip hop. Embora o refrão seja cantado em espanhol, os versos são falados inteiramente em pichi. “Mi tierra” foi oficialmente lançado no álbum do Meko “Lo que dan los años (2009)”, mas ele me deu uma cópia de pré-lançamento do álbum em 2007.

¹¹ YAKPO 2009a, 2009b, 2010, 2012a, 2012b, 2013a, 2013b.

¹² MORGADES BESSARI, p.c.

¹³ cf. IRVINE 1989.

¹⁴ MIGGE & LÉGLISE 2012: 116–117.

¹⁵ KROSKRITY 2004.

comunicação?

O domínio colonial espanhol, como o de outros colonizadores europeus, se apoiou no fundamento ideológico do racismo. A crença de que as línguas europeias, assim como seus cidadãos e culturas, eram intrinsecamente superiores àqueles da África permeou o pensamento científico e o imaginário popular da Europa na era colonial¹⁶.

No entanto, as visões existentes sobre a inferioridade das línguas africanas foram ampliadas em relação ao pichi devido a sua similaridade léxica com o inglês e a suposta simplificação da estrutura desta língua, que observadores europeus acreditaram reconhecer em uma língua que eles não dominavam. O pichi foi considerado uma forma empobrecida do inglês pelos administradores, missionários e acadêmicos coloniais espanhóis, um idioma que não merecia o *status* de língua real. O "Dialecto inglês-africano" de De Zarco (1938), até recentemente a única visão geral da gramática e do léxico do pichi, traz um aviso ao leitor no primeiro parágrafo da seção do dicionário do livro (com minha ênfase em sublinhado e negrito nos trechos a seguir):

Trecho 1.

"Siendo tan reducido el caudal de términos del inglés africano por tratarse de una lengua tan imperfecta en comparación con las nuestras, no se puede hablar propiamente de Diccionario, sino de un simple Vocabulario (...)"(ZARCO 1938: 107)¹⁷.

Como todas as línguas da África, e as crioulas em particular, o pichi ainda tem que lutar contra o legado ideológico do colonialismo e do racismo sobre os seus aspectos linguísticos. Até hoje, visões sobre a suposta inferioridade do pichi perduram e são explícita e implicitamente manifestadas em fontes escritas e faladas nos discursos sobre essa língua. Estas visões podem ser reagrupadas sob três temas discursivos gerais, que invariavelmente constroem a imagem de inferioridade do pichi: o pichi é considerado uma variedade subpadrão e não uma língua; o pichi é excessivamente misturado e tem pouca ou nenhuma norma gramatical; o pichi é "língua de ninguém", ou seja, não tem verdadeira comunidade nativa falante. A seguir, irei aos detalhes nesses três *topoi* ou argumentos do discurso.

Um aspecto que discursivamente subjuga o pichi é sua classificação como um "dialeto" em vez de uma língua. A próxima citação de um espanhol que colabora em um fórum digital de discussões na Guiné Equatorial caracteriza esta visão. Ele mostra que o "dialeto" oposto à "língua" não é somente usado como uma forma de opor o pichi e o espanhol. É também aplicado para outras línguas africanas faladas na Guiné Equatorial. Enquanto que o espanhol é referido como uma língua ("idioma"), o pichi e outras línguas indígenas são reagrupadas sob o título de dialetos ("dialectos"), portanto, variedades subpadrões, sem as características de línguas de grande escala:

Trecho 2.

¹⁶ Uma exposição contundente desse clima ideológico no campo da linguística pode ser encontrada na seguinte afirmação na "Gramática da língua bubi" de Juanola (1898:6) "Es tan simple esta lengua en sus reglas, que no se guía por terminaciones en los variados accidentes que en el discurso sufren las diferentes partes de la oración, como sucede en nuestra lengua española y en tantas otras europeas, que por su cultura con razón se las llama sabias." ["Esta língua [ou seja Bubi] é tão simples em suas regras que não é dotada de terminações em várias inflecções que as diferentes partes sofrem no discurso, como ocorre em nossa língua espanhola e em tantas outras línguas europeias que são, com razão, chamadas de eruditas"].

"Sendo tão reduzida a lista de termos do inglês africano, por tratar-se uma língua imperfeita, se comparada à nossa (i. e. o espanhol), não se pode falar propriamente de um dicionário e sim de um simples vocabulário."

"El idioma oficial de Guinea es el español, Guinea fue colonia española, y además del español lo que suelen hablar es en su dialecto "Pidgin" pero además creo que se hablan como 5 ó 6 dialectos más..."¹⁸ (<http://www.spaniards.es/foros/2009/11/16/trabajar-en-guinea>)

Exageros sobre a característica híbrida do pichi também são muito difundidos em fontes escritas sobre esta língua. O trecho a seguir, retirado de um blog particular de um professor de espanhol de uma escola, em uma postagem em Malabo, é representativa desse topoi discursivo. Ali, o excesso de hibridismo é assinalado pela referência ao pichi como mistura ("mezcolanza"), com suas conotações de desordem e estranheza, em oposição a mistura ("mezcla"):

Trecho 3.

"En Malabo (llevo ya semana y media en la escuela El Buen Pastor) el ritmo es otro, en una ciudad de ritmo africano (en todos los sentidos) y mezcla de bubis, fang, kombes, criollos y con el pidgin (esa mezcolanza de inglés con español y lenguas locales) como lengua tan común como el castellano."¹⁹ (http://cronicasguineanas.blogspot.hk/2012_09_01_archive.html)

Observadores europeus parecem achar o hibridismo do pichi particularmente desconcertante, uma vez que este aspecto do caráter construído do pichi vai profundamente contra as preferências ideológicas pela homogeneidade étnica e linguística herdada do Estado-Nação europeu a partir do século XIX .

Na realidade, o léxico do pichi é esmagadoramente derivado do inglês e, provavelmente, não é mais misturado do que o espanhol com seu substancial léxico derivado do árabe (cerca de 8% do léxico atual, de acordo com Quintana & Mora 2003).

O que parece ser problemático, no entanto, é a combinação desconhecida de um léxico familiar (isto é, palavras em inglês) com uma estrutura gramatical desconhecida. A desmontagem e a autoiniciativa de reconstrução de uma língua europeia por "súditos coloniais" são ameaças, pois o agenciamento e a evidente autodeterminação linguística deste processo implicitamente retiram línguas como o pichi do controle normativo hegemônico europeu. O discurso do hibridismo também engloba noções sobre a suposta ausência de estrutura sistemática, com entendimento explícito ou implícito de que o pichi tem pouca ou nenhuma norma gramatical. Esta visão é apropriadamente resumida pelo próximo trecho de um grupo de notícias em espanhol frequentado por falantes de espanhol ibérico e latino-americano:

Trecho 4.

"El pichinglis es una jerga dialectal guineana del inglés que incorpora palabras de las lenguas locales. Es una lengua franca de gramática muy rudimentaria y escaso vocabulario, que se parece a la manera de hablar de los jefes indios en las películas del Oeste."²⁰ (<http://soc.culture.argentina.narkive.com/sNNPCFib/el-nuevo-reino-de-leon.4>)

Trechos como o acima citado mostram que os discursos sobre a inferioridade das línguas

¹⁸ "A língua oficial da Guiné [Equatorial] é o espanhol, a Guiné [Equatorial] foi uma colônia espanhola, e eles também falam seu dialeto "pidgin" além do espanhol, mas também 5 ou 6 outros dialetos."

¹⁹ "Em Malabo (Estive na escola El Buen Pastor por uma semana e meia) o ritmo é diferente, em uma cidade de ritmo africano (em todos os sentidos) e uma mistura de Bubis, Fangs, Kombes, Crioulos e com Pidgin (aquele misturação de inglês, espanhol e línguas locais) sendo tão comum quanto o castelhano."

²⁰ "O Pichinglis é um dialeto do inglês que incorpora palavras de línguas locais. É uma língua com uma gramática muito rudimentar e vocabulário escasso que se assemelha ao jeito de falar de chefes indígenas de filmes de faroeste."

crioulas (e outras línguas e variedades que surgiram no contexto da colonização europeia) estão frequentemente ancorados em discursos racistas e elitistas sobre a aplicação e imposição das normas linguísticas definidas unicamente por essas mesmas elites²¹.

Um último *topos* do discurso sobre o Pichi é a visão de que a língua não tem uma comunidade substancial de falantes nativos, e, portanto só ou predominantemente serve como uma língua franca. Consequentemente, seus usos são vistos como sendo principalmente pragmático, isto é, facilitando a comunicação entre equatoguineanos sem outra língua comum, ou como um *xenolect*, uma variedade de fala para comunicação com “estrangeiros” do oeste africano (que são implícita e erradamente assumidos como incapazes de se comunicar em espanhol ou em línguas africanas da Guiné Equatorial). Neste sentido, a descrição, a seguir, da situação linguística na Guiné Equatorial se refere ao uso do pichi somente no contexto dos negócios. Ainda assim, há uma forte redução discursiva, uma vez que esta função do pichi aparece limitada ao “pequeno comércio” e, por implicação, não inclui os grandes negócios propriamente ditos.

Trecho 5.

“Much petty commerce is conducted in pidgin English (Pichinglis)”²².

(http://www.encyclopedia.com/topic/Equatorial_Guinea.aspx)

O discurso sobre o uso exclusivamente prático do pichi contesta a legitimidade do pichi como uma língua de uma comunidade, um povo, uma sociedade, uma língua de uma cultura na qual normas e valores sociais são transmitidos. O trecho a seguir vai além disso, e constrói a ideia que o pichi não é uma língua indígena de Bioko, pois teria tido como função *primordial* servir como um *xenolect* ao invés de servir como uma língua comunitária dos próprios guine-quatorianos:

Trecho 6.

“Además, se utiliza el “pidgin English” o inglés africanizado en Bioko, que era utilizado activamente cuando la isla contrataba trabajadores nigerianos.²³

(<http://www.afrol.com/es/especiales/13276>)

Parte do discurso sobre o pichi como uma “língua de ninguém” gira em torno da suposta ameaça que dele emana para a manutenção dos “próprios padrões” do espanhol (ibérico) no país. O imaginário por detrás desse argumento é o de uma “influência corruptora” do pichi, devido exatamente àquelas visões delineadas acima, ou seja, de uma língua percebida como anárquica, sem forma e de caráter puramente pragmático:

Trecho 7.

“Asimismo, el español ha encontrado en el pidgin-english un enemigo como lengua interétnica. Ante este panorama, en principio, tan desolador, la labor de instituciones tales

²¹ O mesmo autor do trecho acima continua: “Es en efecto una lengua pueril o gaga, que no permite la fina arista del razonamiento. Es una lengua sin luz ni temperatura, sin evidencia y sin calor de alma, una lengua triste que avanza a tientas. Es un insulto pidgin de esclavos, al que quereis exportar al mundo hispano como si fuera el no va más del vanguardismo.” [“Essa é, na verdade, uma língua jovem que não permite bom raciocínio. É uma língua sem luz ou temperatura, sem certeza e sem o calor da alma, uma língua que avança por tentativa e erro. É um pidgin de escravos, que vocês querem exportar para o mundo espanhol como se fosse uma vanguarda.”]

²² Muito do pequeno comércio é realizado em inglês pidgin (pichinglis).

²³ “Além disso, o “inglês pidgin”, ou inglês africanizado é usado em Bioko, o qual foi usado ativamente quando a ilha contratou trabalhadores nigerianos.”

como la UNED, la UNGE (Universidad Nacional de Guinea Ecuatorial) o el Centro Cultural Español es vital, a la espera de la implantación del Instituto Cervantes en el territorio”²⁴.

(<http://www.divagacionesbabelicas.eu/2010/12/guinea-ecuatorial-en-el-contexto.html>)

Uma tese de doutorado sobre o espanhol equatoguineano realizada por um estudioso também equatoguineano reitera a visão de que o pichi representa uma ameaça à “pureza” do espanhol na Guiné Equatorial, mesmo admitindo que o pichi possa ser a fonte de neologismos espanhóis.

Trecho 8.

“El pichinglis especialmente representa una potente amenaza para la pureza de la lengua española, al mismo tiempo que es un gran suministrador de neologismos, lo cual contribuye al enriquecimiento del léxico español local y global”²⁵ (DJO TIOGANG 2007: 337).

Estas visões com seus paternalismos e persistente perspectiva colonial tendem a ser reproduzidas mais frequentemente pelos observadores com uma posição externa, que empregam uma linguagem depreciativa ligada a tradições discursivas colonialmente inspiradas sobre a África²⁶. As atitudes e ideologias dos próprios falantes do pichi sobre a situação, função e características linguísticas de sua língua falam por si mesmas, embora tendam a ser mais modalizadas que as apresentadas acima.

Se atitudes internas sobre o pichi frequentemente refletem avaliações mais positivas sobre o seu papel, elas não estão livres da perspectiva colonial herdada e frequentemente mostram uma combinação entre autodepreciação e afirmação positiva, fato típico da qualificação pós-colonial das línguas na África²⁷. A ambivalência resultante sobre o valor das línguas africanas é evidente na citação a seguir, recorte da avaliação de uma de minhas consultoras sobre o pichi. Primeiro, ela expressa a opinião de que as crianças do continente (Río Muni), diferente daquelas em sua comunidade bubi, são criadas primeiramente em sua língua materna, o fang (em vez do espanhol). Ela então continua explicando a vantagem percebida em criar uma criança em espanhol durante seus primeiros anos, em vez de usar sua língua mãe, como praticado pelas famílias Bubi em Malabo²⁸.

Trecho 9.

“Bàtà pìkin, yù no fit si dis ech we è no dè tòk yu Bàta. Dèn dè lan dèn langwèch fòs. So we yù dòn lan yù langwèch èn, è dòn had fò mek yù lan Pànya. Dì langwech, è de importante, pero lan dì pìkin we di pìkin dòn sàbi dì Pànya” ²⁹(Mulher de 50 anos).

24 Além disso, o espanhol encontrou no inglês pidgin um inimigo como uma língua interetnica. Perante esta situação, a qual é tão angustiante, é vital o forte trabalho de instituições como UNED [Universidade Nacional de Educação a Distância da Espanha] e UNGE (Universidade Nacional da Guiné Equatorial) ou o Centro Cultural Espanhol, enquanto o Instituto Cervantes ainda não estiver estabelecido no território [ou seja, na Guiné Equatorial].”

25 O pichinglis em particular, representa uma séria ameaça à pureza da língua espanhola, enquanto que ao mesmo tempo é um importante provedor de neologismos e assim contribui ao enriquecimento do léxico espanhol local e globalmente.”

26 Cf. e.g. MUDIMBE 1988, para uma análise desta questão.

27 Cf. ZELEZA, 2006, para uma visão recente desta questão.

28 O pichi é uma língua tonal e os tons se representam como segue na ortografia: sílabas com um tom baixo têm um acento grave. Sílabas não encaixadas nessa regra de notação sempre têm um tom alto e permanecem sem marcação (por exemplo, **yù** [jù] ‘tu/você’, **luk** [lúk] ‘olhar’; **mòto** [mótó] ‘carro’).

29 “Como para as crianças do Río Muni, você não encontrará um desta idade [como seu filho de 6 anos], que não fale Fang. Eles aprendem sua língua materna primeiro. Então quando você tiver aprendido sua língua direito, será difícil para você aprender o espanhol. A língua materna é importante, mas ensiná-la à criança quando já sabe

Na Guiné Equatorial, onde a educação é exclusivamente feita em espanhol, e onde o prestígio social e o sucesso econômico na vida de uma pessoa está intimamente ligado ao domínio do espanhol falado e escrito, a visão expressa por essa falante é essencialmente racional. Ao mesmo tempo, a preferência pelo espanhol, expressa no trecho, aponta para o potencial de alienação que os equatoguineanos podem viver pela (auto) imposição da língua colonial cujas normas são reproduzidas externamente e permanecem fora de seu controle.

Esse fato levanta a questão de como a perspectiva interna em relação ao pichi difere da perspectiva externa representada pelos trechos 5 – 7. Para uma, eu poderia salientar que o pichi tem funcionado como uma língua de civilização urbana e cultural por aproximadamente dois séculos, ou seja, servindo como língua comunitária para os fernandinos, a população crioula de Malabo³⁰. Esta circunstância frequentemente é negligenciada, talvez porque a comunidade fernandina tenha numericamente declinado em função de casamentos com outras comunidades, do exílio e da migração rural-urbana para Malabo. O trecho 9 também aponta, indiretamente, para outro aspecto da função do pichi na sociedade da Guiné Equatorial. Ele mostra a predisposição dos malabenhos de origem bubi em optar por outras línguas além do bubi para se comunicar com seus filhos. Esse é um indicativo de um crescente deslocamento da língua bubi. Na verdade, o pichi parece ter se tornado a língua mais amplamente falada dentro da comunidade bubi nas aglomerações urbanas de Malabo e Luba. Como resultado, “nuevos criollos”³¹ extraídos do bubi agora constituem a maioria de falantes nativos do pichi.

Na citação a seguir, um colaborador guineatoriano em um fórum virtual, que se identifica como fang, aponta esta realidade amplamente negligenciada sobre o pichi, fato que coincide com minhas observações em Bioko:³²

Trecho 10.

Todos los bubis no hablan el mismo dialecto. La lengua que une a la mayoría de los bubis es el pichinglis y si me equivoco que me demuestren lo contrario. Tengo amigos bubis con los que he compartido muchas cosas pero ellos hablan o el español o el pichinglis.
³³(<http://es.groups.yahoo.com/group/guinea/message/53882>)

Apesar do importante e crescente papel do pichi como língua materna para as pessoas em Bioko, ainda permanece a ambivalência sobre seu valor. O baixo apreço em que o pichi é tido por alguns pode ser traduzido em padrões específicos de uso, como mostrado no trecho a seguir:

Trecho 11.

“Bòt yù no, fò wì ya so nà Malabo, bòku fambul dè tok se mek pìkin no tok Pichi nà hos mò, bikòs Pichi ntò betà tok. So màma no want hia Pichi nà hos mò. Onlì dèn want hià Pànya”³⁴
o espanhol.”

30 MORGADES BESSARI, 2011.

31 “Novos crioulos”, cf. MORGADES BESSARI, 2004.

32 Por exemplo, ao ser perguntado se ele falava o bubi, um de meus interlocutores, que se identificou como bubi, respondeu secamente: mi no dè tok dan tin ‘Quanto a mim, eu não falo isso [ou seja, essa língua]’; note o distanciamento metafórico da língua bubi na expressão “isso”.

33 Nem todos os bubi falam o mesmo dialeto. A língua que une a maioria dos bubi é o pichi, prova o contrário se eu estiver enganado. “Eu tenho amigos bubi com os quais eu compartilhei muitas experiências, e eles falam tanto espanhol quanto pichi.”

34 “Mas você sabe, conosco aqui em Malabo, muitos membros de famílias dizem que as crianças não deveriam mais falar pichi, por que o pichi não é bom linguajar. Então, a mãe não quer mais ouvir o pichi em casa. Eles [os pais] somente querem ouvir o espanhol.”

(Homem, com aproximadamente 30 anos).

As interdições do uso do pichi em casa pelos pais são, em minha experiência, uma característica de famílias de classe média. O trecho acima também é produzido por uma pessoa que se identifica como fang. Os dois grupos – classe média e membros de comunidades linguísticas, exceto bubi e fernandino - têm interesse relativamente baixo pelo pichi, e podem produzir atitudes majoritariamente negativas sobre esta língua. Não obstante, até para estes falantes, quando crescem em Malabo, a atração do pichi como um veículo de autoidentificação, afirmação positiva e comunhão fora de casa e da sala de aula parece ser irresistível. Uma inversão decisiva sobre essa apreciação negativa do pichi parece ser construída através de intervenção institucional:

Trecho 12.

Naw à dè tel yù se we wì bìn dè ple bòl we wì smol, nà soso Pichì we wì dè tòk. Soso Pichì naw we wì dè tòk. Wì get sòn kòmpìn dèn bìn blant nà Pànya naw, lèk haw dèn kòmòt vacacion, we dèn dè kan so, wì dè ple bòl, nà soso Pichì wì dè tòk. Bòt we yù dòn dè gro, go skul bòku tal, se no, Pichì no fayn³⁵ (Homem, com aproximadamente 30 anos).

Dessa maneira, o pichi não somente se constitui em um veículo importante de autoidentificação para os malabenses. Muitos outros falantes também têm um senso apurado sobre o seu valor como uma língua internacional. Este ponto de vista não poderia ser melhor resumido do que nas palavras de um falante, reproduzidas no trecho a seguir, que contrariam visões negativas sobre o pichi (incluindo sua classificação como “dialeto” em vez de língua) manifestadas por seus parentes em Río Muni, chamando atenção para o alcance global dessa língua:

Trecho 13.

“Mi get dan problema wit boy dèn we dèn kòmòt Bàta nò, se ‘no Pichì es un dialecto’. À kìn tel dèn se Pichì fit bad, à se bàt di tin we dè mek mek tu zpipùl dèn kòmòt difrèn say, dèn dè òndastan è no fit bi bad tin. À tel dèn se fò go naw naw nà Camerún, à rich, à gò blant, à gò tòk mebi French, à gò tòk Pichì. À go Nigeria, tòk Pichì, dèn gò hia, à go Ghana, à go Sierra Leone, Pichì. Yù dè go, yù dè mek àn ples bày ples dèn de tòk àn. Nà Trinidad sef no? Trinidad àn Tobago, dèn dè tòk Pichì sef”³⁶ (Homem, em seus 20 anos).

Outra falante salienta o caráter igualitário do pichi. Para ela, existe uma ligação direta entre o conhecimento de espanhol e a educação escolar formal. Em contraste, o pichi pode ser dominado sem a educação formal, inclusive por trabalhadores que vivem no bairro de classe operária Nyumbili (Campo Yaoundé), em Malabo:

Trecho 14.

“Yù no se bòku pipùl dèn no go skul. Dèn no kan get wan formación. Di onlì langwèch we dèn dè tòk fayn fayn nà Pichi, bikòs fò tòk Pànya, nà fò go skul. Bòt we yù no go skul yù fò tòk sòn tin. Fò tòk Pichì yù no nid fò go skul. Nà kwatà yù dè tòk Pichì. So bòku pipùl fò Nyumbili, Nyumbili nà dì kwatà we po pipùl dèn blant fò fen layf. Wan smol rum wit chapa dan

35 “Agora eu vou contar a vocês, quando nós jogávamos futebol quando éramos pequenos, nós falávamos somente em pichi. Somente o pichi que nós falávamos. Nós tivemos alguns amigos que moraram na Espanha, assim que eles voltaram de férias, nós jogávamos futebol, e era somente em pichi. Mas quando você está no processo de crescimento, vai para escola e tudo aquilo, é como se o pichi não é bom.”

36 “Eu tenho aquele problema com gente do Río Muni, que vem com ‘o ‘pichi é um dialeto’. Normalmente, eu conto a eles que o pichi pode ser ruim, mas algo que faz duas pessoas que vêm de locais diferentes se entenderem não pode ser algo ruim. Eu digo a eles que se eu tivesse que ir para Camarões agora, eu chego, fico, eu poderia talvez falar francês, ou eu poderia falar pichi. Se eu vou para Nigeria, e falar pichi, eles entenderão, se vou para Gana, se vou para Serra Leoa, é o pichi. Se você vai de lugar a lugar, ele é falado lá. Até em Trinidad, certo? Trinidad and Tobago, eles também falam pichi lá.”

tin”³⁷(Mulher, com seus 40 anos).

Além disso, a visão de que o pichi não possui gramática fixa e é um idioma “quebrado” não é compartilhada pela maioria dos falantes da língua. Pelo contrário, os falantes do pichi apontam para a existência de normas estáveis que constituem o discurso correto. Igualmente, falantes competentes estão cientes do que itens ou expressões lexicais particulares pertencem a diferentes registros ou variedades do pichi, mesmo se as normas que governam a variação tendem a ser mais flexíveis do que aquelas impostas aos falantes de uma língua normalizada e ortografada como o espanhol. Meus entrevistados apontaram a diferença entre um registro mais e outro menos tradicional, o primeiro sendo normalmente usado por pessoas mais velhas.

Por exemplo, uma saudação, bastante formal, dirigida a pessoas envolvidas em trabalho físico, envolve a expressão *kusé*. O jovem falante, no primeiro excerto a seguir, tem dificuldade em lembrar da expressão, uma vez que ela pertence a um uso bastante tradicional:

Trecho 15.

A: “Wetin yù gò tòk èf yù wɔnt sàlut wòkman dèn, se yù dè pas nià dèn?”

B: “È get wan tròn stayl fò tòk àn. À fògét àn. À kìn hiè mì pàpa we è kìn tòk dan tòk. Àha, dèn dè tòk se ‘kuse o’, ‘ùna kuse o’³⁸ (Homem, em seus 20 anos).

Em contraste, um registro mais informal é largamente usado entre jovens. O próximo falante explica a existência de gírias em pichi, umas dessas é *reme*. O termo *reme*, “mãe” em última análise, tem sua origem na linguagem jovem francesa “verlan”, e presumidamente entrou no pichi via pidgin camaronês ou camfranglais (o linguajar da juventude urbana cameronesa que mistura o francês e Cameroon Pidgin). O falante tem conhecimento disto, como notamos por sua referência ao ícone musical de Camarões, *Lapiro de Mbanga*:

Trecho 16.

“Reme’ nà dan stayl fò Pichì we à bìn tel yù se dan stayl fò Nyumbili. Sòn Pichì de fò sòn man we dè sing, dèn dè kòl àn Lapiro. Yù hia dan man in Pichi, nà wan stayl fò Pichì fò wan barrio fò Camerún.”³⁹ (Falante do sexo masculino em seus 20 anos passados)

Da mesma forma, uma clara distinção entre o pichi e o inglês é feita pelos falantes. O termo “inglês” frequentemente é usado em sentidos amplos por falantes do pichi, como também pode caracterizar traços do inglês encontrados no Nigerian Pidgin (pidgin nigeriano), Cameroon Pidgin (pidgin camaronês) ou Ghanaian Pidgin English (inglês pidgin ganês). Assim é porque o pichi é mais independente em sua gramática, fonologia e léxico que outros crioulos de base lexical inglesa da África Ocidental⁴⁰. Segue um exemplo dessa diferença feita entre pichi, inglês e outras variedades de AEC. O trecho a seguir cria um breve confronto entre os falantes

37 “Você sabe que muitas pessoas não frequentaram a escola. Eles não receberam nenhum ensino profissional. A única língua que eles realmente falam bem é o pichi, porque para falar espanhol, é necessário ir à escola. Mas quando você não esteve na escola, você tem que falar alguma coisa. E querendo falar pichi, você não precisa ir à escola. Em seu bairro, você fala pichi. Então, muitas pessoas em Nyumbili [falam pichi]. Nyumbili é o bairro onde pessoas pobres vivem tentando ganhar a vida. Um pequeno cômodo com telhado de zinco, esse tipo de coisa.”

38 A: “O que você diz quando você quer cumprimentar trabalhadores, como quando você está passando por eles [na rua]?” B: “Existe uma forma especial de fazer isso. Eu a esqueci. Normalmente, eu ouço meu pai se servir dessa expressão. Aha, uma que diz kusé o, kusé para você”.

39 “Reme’ está naquele tipo de pichi que eu te disse, aquele tipo do [o bairro chamado] Nyumbili. Tem o pichi dum homem que canta, ele é chamado de Lapiro. Se você ouvir o pichi deste homem, é um estilo particular de pichi de uma área em Camarões.”

40 Cf. YAKPO, 2013b, para detalhes.

A e B sobre o uso da palavra *àn* “e” como um coordenador de oração durante uma entrevista que fiz com eles. Enquanto o A insisti que *àn* é uma palavra do pichi, o B dá sua alternativa de expressão de coordenação de oração por meio do elemento multifuncional *we*. Este é um exemplo ilustrativo para os múltiplos registros que existem no pichi. De fato, ambos *àn* e *we* são encontrados em meu corpus de pichi, no entanto, *àn* apenas raramente é usado por jovens falantes de pichi, os quais constituem a maior parte da população falante atual. Igualmente o uso de *àn* é mais característico do discurso de falantes de Nigerian Pidgin (pidgin nigeriano):

Trecho 17.

- A: “È nak dì tebùl àn dì stayl we è nak dì tebùl stròn, è kan syek dì plet, àn dì plet kan brok.”
- B: “No tòk Inglès, no tòk Inglès!”
- A: “À dè tòk Pichì nò?”
- B: “No. “àn”, dan “àn” nà inglés.”
- A: “We yù dè tòk Pichì nà Malabo, yù no dè se ‘àn’?”
- B: “No, we è nak dì plet we è nak òntòp dì tebùl, dì plet, è heks, sòn pat fò dì plet brok.”⁴¹

(A: falante do sexo masculino com seus 30 anos passados; B: falante do sexo feminino em seus 20 anos passados)

Temos visto que o pichi existe em um espaço contestado. De um lado, assistimos a continuação de discursos coloniais e paternalistas sobre o pichi, que conspiram para criar, de várias formas, uma imagem de deficiência da língua. Estes discursos são mais característicos de observadores não-equatoguineanos. Uma possível razão para isso pode ser a quantidade ainda relativamente pequena de escritos sobre a Guiné Equatorial produzidos pelos próprios equatoguineanos. No entanto, é também claro que este discurso, com suas construções paternalistas explícitas ou implícitas, e às vezes, racistas, segue modos ocidentais estabelecidos de falar e escrever sobre os africanos. O discurso negativamente carregado sobre o pichi, produzido pelos próprios equatoguineanos, geralmente é atenuado e reflete um equilíbrio entre a visão colonial recebida sobre a língua, a desvalorização do pichi implícita em sua total ausência no domínio *institucional*, e sua vivacidade como língua materna, uma língua de transmissão cultural e auto-identificação da população de Malabo e Bioko.

A tensão ideológica deste estado de ações é compartilhada, em muitos aspectos, com outras sociedades caracterizadas pela existência de línguas crioulas com raízes no colonialismo europeu e na escravidão⁴². O próximo trecho, retirado do maior jornal diário jamaicano, “The Gleaner”, mostra que os *topoi* discursivos identificados anteriormente para o pichi, guardam muitas similaridades com o *status* e papel do crioulo jamaicano (referido como “patois” por muito de seus falantes), uma das línguas irmãs do pichi, na Jamaica, Caribe:

Trecho 18.

“We need to declare once and for all that the Patois is one of our languages. Now, don’t

⁴¹ A: “Ela bateu na mesa e do jeito que ele bateu na mesa de uma forma forte, ela acabou balançando o prato, e o prato quebrou.” B: “Não fale inglês, não fale inglês!” A: “Eu não estou falando pichi?” B: “Não ‘àn’, este ‘àn’ é inglês.” A: “Quando você fala pichi em Malabo, não diz ‘àn’?” B: Não, quando ela bateu no prato e bateu na superfície da mesa, o prato voltou e uma parte quebrou.”

⁴² Cf. DEVONISH, 2010.

get me wrong, I am in total support of what he minister of education said, every Jamaican ought to be able to speak the English language. My problem is that there is still ingrained in many of our people the fact that when you speak Patois , it makes you an inferior human being”⁴³ (Lloyd B. Smith, Deputy Speaker of the Parliament of Jamaica). (<http://jamaica-gleaner.com/gleaner/20120727/news/news4.html>)

Não obstante haja similaridades entre a Jamaica e a Guiné Equatorial sobre essa questão, há também diferenças fundamentais. Uma é que o crioulo jamaicano pode contar com o apoio e a lealdade de uma importante parcela da elite jamaicana, como se mostra na fonte do trecho 18. Essa língua tem também desfrutado de uma contínua elevação de seu *status* devido ao forte impacto, na cultura global, da música popular jamaicana, cujos protagonistas usam quase exclusivamente o crioulo jamaicano em sua arte.

Outra diferença entre as situações jamaicana e equatoguineana é o relativo isolamento intelectual da Guiné Equatorial decorrente de sua dependência intelectual e linguística da Espanha e da língua espanhola. Discussões públicas sobre ideologias e políticas linguísticas em países como a Jamaica e a Nigéria podem recorrer a um grande e crescente número de africanos e afrodescendentes que, na cultura popular e no discurso acadêmico, contesta a hegemonia euroamericana. Essas discussões são canalizadas predominantemente em inglês para uma audiência global, e contornam desse modo, a Guiné Equatorial.

5. Conclusões e perspectivas

A análise sobre as ideologias linguísticas relacionadas ao pichi revela uma tensão entre representações negativas e positivas da língua. Alguns dos discursos sobre o pichi seguem os passos das tradições coloniais e explicitamente representam a língua como intrinsecamente inferior e indigna do *status* de uma língua verdadeira. Outros discursos são mais sutis em suas representações negativas do pichi. Eles giram em torno de crenças de que o pichi não está ligado a uma comunidade de falantes nativos e, portanto, não pode ser classificado totalmente como uma entidade cultural. Nesse sentido, o discurso sobre a inferioridade é transferido da estrutura linguística em si para as funções sociais do pichi. Outro tema no discurso sobre o pichi é o hibridismo. A natureza misturada do pichi, com seu léxico derivado do inglês, e portanto familiar ao lado de sua gramática não familiar, é desconcertante com seu potencial para subverter a dominância social das línguas coloniais europeias.

Os falantes nativos de pichi tendem a expressar visões mais equilibradas sobre a necessidade de conciliar suas funções como língua comunitária e veículo de autoexpressão, com a persistência de avaliações negativas da sociedade equatoguineana. Nesse contexto, estabeleci que os falantes do pichi expressam claras ideias sobre as normas gramaticais e uma consciência sobre os diferentes estilos e registros que a língua possui. Contudo, concluo que as ideologias linguísticas acerca do pichi, em grande parte, produzem valorizações negativas da língua e contribuem para negligenciar as oportunidades de elevar o *status* e ampliar o uso do Pichi na Guiné Equatorial. A valorização negativa do pichi também contribui para sua ausência em funções que se encontram fora do alcance imediato da regulação pública, por exemplo, na música popular ou nas práticas religiosas.

Argumentei que em todos os aspectos, a realidade linguística do pichi diverge das representações ideológicas. Não é demais salientar que o pichi é, claramente, um sistema linguístico

⁴³ Nós precisamos declarar uma vez por todas que o patois é uma das nossas línguas. Agora, não me levem a mal, eu estou em total acordo com o que o ministro da educação disse, que cada jamaicano deveria falar o inglês. Meu problema é que ainda existe enraizado em muitas pessoas do nosso povo o fato que quando você fala patois, isso o torna um ser humano inferior”.

igualmente rico e complexo como qualquer outro⁴⁴. Igualmente procurei mostrar que o pichi pertence a uma grande família linguística, a dos crioulos de base lexical inglesa (Afro-Caribbean English-lexifier Creoles), que se extende da África Ocidental até as Américas. O pichi não somente está firmemente implantado na Guiné Equatorial por cerca de dois séculos, como o está por mais tempo que o espanhol. Ele tem continuamente se tornado a língua materna de muitos, aparecendo, depois da língua fang, como a segunda língua local mais amplamente falada da Guiné Equatorial.

Considerando esse quadro, há duas possibilidades de evolução para o pichi. Um cenário possível é que uma ampla gama de atores sociais e o governo equatoguineano tomem consciência de que o fato de não incluir as línguas africanas no currículo educacional e não lhes proporcionar um papel na esfera pública contribuirá para o fracasso dos programas de educação em massa, tal como tem sido extensivamente documentado por outros países africanos que adotam uma política de uso exclusivo das línguas coloniais.

Em tal cenário, as duas línguas nacionais e internacionais mais faladas da Guiné Equatorial, o pichi e o fang, poderiam receber atenção particular através de um planejamento linguístico. Ao mesmo tempo, uma abordagem pragmática também poderia prever uma ampliação do *status* e das funções do inglês, substituindo o francês e o português com seus valores práticos reduzidos no “mercado” linguístico da Guiné Equatorial.⁴⁵ Uma política linguística pragmática poderia também incluir a promoção do chinês na Guiné Equatorial em resposta ao importante crescimento das relações econômicas com a China, um país cuja presença na Guiné Equatorial e região tende a um crescimento exponencial num futuro próximo⁴⁶.

Um segundo cenário, no entanto, se mostra mais realista. As experiências de outras nações africanas sugerem que é mais provável que a Guiné Equatorial continue em sua trajetória de privilegiar línguas europeias nas funções públicas e institucionais. Na maioria dos países africanos, a perspectiva de uma mudança nas políticas linguísticas existentes se confrontou com firme oposição da elite intelectual e política do país. Portanto, é mais provável que o pichi continue expandindo sua função social informalmente, conquistando gradualmente novos domínios de uso, como no caso dos outros crioulos e pidgins nos vizinhos países Camarões, Nigéria e Gana.

⁴⁴ Cf. YAKPO, 2009. Para uma descrição extensiva do pichi, cf. também YAKPO, 2010.

⁴⁵ Uma tal abordagem se alinharia com as tendências internacionais. Por exemplo, os estados membros do CEAAC Moçambique e Ruanda se acomodaram com a ascensão do inglês declarando-o como língua cooficial depois do francês e do português, respectivamente (para Rwanda, cf. Steflja 2012). A recente declaração pela presidência do Gabão sobre considerar se o Gabão poderia introduzir o inglês “comme langue de travail dans un premier temps, puis plus tard, voir comment l’anglais peut devenir une seconde langue” [como uma língua de trabalho primeiramente, e posteriormente, avaliar como o inglês poderia se tornar uma segunda língua (oficial)]. Declarações como essa parecem apontar para um aumento da disposição pela elite africana, mesmo em redutos francófonos como o Gabão, para reconhecer o incontrolável crescimento do inglês e correspondente declínio do francês como uma língua internacional (<http://www.rfi.fr/afrique/20121002-gabon-veut-mettre-anglais-ali-bongo-ondimba-commonwealth-francophonie-rwanda-rdc>).

⁴⁶ JACQUES, 2012: 413 ff..

Referências Bibliográficas

- BALDAUF, Richard B & Robert B. KAPLAN. 2007. *Language planning and policy in Africa*, Vol. 2. Clevedon: Multilingual Matters.
- BAMGBOSE, Ayo. 2000. *Language and exclusion: the consequences of language policies in Africa*. Münster: Lit Verlag Global.
- BERRY, Jack. 1970. A Note on the Prosodic Structure of Krio. *International Journal of American Linguistics* 36(4). 266–267.
- BOLEKIA Boleká, Justo. 2008. *Lingüística bantú a través del bubi*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca.
- BROCK-UTNE, Birgit. 2001. Education for all - in whose language? *Oxford Review of Education* 27(1). 115–134.
- CARLIN, Eithne B & Jacques ARENDS (eds.). 2002. *Atlas of the languages of Suriname*. (Caribbean Series). Leiden: KITLV Press.
- DEVONISH, Hubert. 2010. The Language Heritage of the Caribbean: Linguistic Genocide and Resistance. *Glossa* 5(1). 1–26.
- DEVONISH, Hubert & Dahila Thompson. 2010. *A concise grammar of Guyanese Creole (Creolese)*. München: Lincom Europa.
- FINNEY, Malcolm Awadajin. 2011. Krio (Sierra Leone Creole). In Bernd Kortmann & Kerstin Lunkenheimer (eds.), *Electronic world atlas of varieties of English*. Leipzig: Max Planck Institute for Evolutionary Anthropology. <http://www.ewave-atlas.org/>.
- FYFE, Christopher. 1962. *A history of Sierra Leone*. Oxford: Oxford University Press.
- HANCOCK, Ian F. 1986. The domestic hypothesis, diffusion and componentiality: an account of Atlantic Anglophone creole origins. In Pieter Muysken & Norval Smith (eds.), *Substrata versus universals in creole genesis*, 71–102. Amsterdam: John Benjamins Publ.
- HANCOCK, Ian F. 1987. A preliminary classification of Anglophone Atlantic creoles, with syntactic data from thirty-three representative dialects. In Glenn G Gilbert (ed.), *Pidgin and creole languages: essays in memory of John Reinecke*, 264–333. Honolulu: Univ. of Hawai'i Press.
- HEUGH, Kathleen. 1999. Languages, development and reconstructing education in South Africa. *EDEV International Journal of Educational Development* 19(4). 301–313.
- HOLM, John A. 1988. *Pidgins and creoles*. Cambridge; New York: Cambridge University Press.
- HOMBERT, Jean-Marie. 1991. Quelques critères de classification des parlers fang. *Pholia* 6. 145–153.
- HUBER, Magnus. 2012. Ghanaian Pidgin. In Susanne Michaelis, Philippe Maurer, Martin Has-

pelmath & Magnus Huber (eds.), *The Atlas of Pidgin and Creole Language Structures (APiCS)*. Oxford University Press.

IHEMERE, Kelechukwu Uchechukwu. 2006. A basic description and analytic treatment of noun clauses in Nigerian Pidgin. *Nordic journal of African studies* 15(3). 296–313.

IRVINE, Judith T. 1989. Strategies of status manipulation in Wolof greetings. In Richard Bauman & Joel Sherzer (eds.), *Explorations in the ethnography of speaking*, 167–191. Cambridge; New York: Cambridge University Press. <http://dx.doi.org/10.1017/CBO9780511611810> (29 May, 2013).

JACQUES, Martin. 2012. *When China rules the world: the end of the Western world and the birth of a new global order*. 2nd ed. London: Penguin.

JUANOLA, Joaquín. 1898. *Gramática de la lengua bubi*. Santa Isabel: s.n.

KROSKRITY, Paul V. 2004. Language ideologies. In Alessandro Duranti (ed.), *A companion to linguistic anthropology*, 496–517. Malden, MA: Blackwell Pub.

LEWIS, M. Paul, Gary F. Simons & Fennig (eds.). 2013. *Ethnologue: Languages of the world*. Dallas, Texas: SIL International. www.ethnologue.com (30 May, 2013).

LIPSKI, John M. 1992. Pidgin English Usage in Equatorial Guinea (Fernando Poo). *English World-Wide English World-Wide* 13(1). 33–57.

LIPSKI, John M. 2002. The Spanish of Equatorial Guinea: research on la hispanidad's best-kept secret. *Afro-Hispanic Review* 21(1/2). 70–97. (1 June, 2013).

MIGGE, Bettina. 2009. Surinam. In Xavier Albó (ed.), *Atlas sociolingüístico de pueblos indígenas en América Latina*, 395–408. Cochabamba, Bolivia: FUNPROEIB Andes, UNICEF.

MIGGE, Bettina & Isabelle LÉGLISE. 2012. Exploring Language in a *Multilingual Context: Variation, Interaction and Ideology in Language Documentation*. Cambridge: Cambridge University Press. <http://dx.doi.org/10.1017/CBO9780511979002> (28 May, 2013).

MORGADES BESSARI, Trinidad. 2004. El español en Guinea Ecuatorial. Rosario, Argentina: Instituto Cervantes.

MORGADES BESSARI, Trinidad. 2011. Los criollos (Fernandinos-Kriös) de Guinea Ecuatorial. *La Gaceta de Guinea Ecuatorial*. Malabo, Equatorial Guinea, No. 162 edition, sec. Misceláneas. <http://www.lagacetadeguinea.com/162/19.htm> (30 May, 2013).

MUDIMBE, V. Y. 1988. *The invention of Africa: gnosis, philosophy, and the order of knowledge*. Bloomington: Indiana University Press.

MUTHWII, Margaret Jepkirui & Angelina Nduku KIOKO (eds.). 2004. *New language bearings in Africa: a fresh quest*. Buffalo, N.Y.: Multilingual Matters.

MWINSHEIKHE, Halima Mohammed. 2002. *Education in Africa. using Kiswahili as a medium of instruction in Tanzania secondary schools as a strategy of improving student participation and performance in science Vol. 10, Vol. 10.*, Oslo: Universitetet i Oslo.

NKENDAH, Robert, Edouard AKO, Bertrand TAMOKWE, Chantal NZOUESSIN, Moussa NJOUPOU-

OGNIGNI, Estelle MELINGUI & Alain AZEUFOUET. 2011. Cameroun: Le commerce transfrontalier informel des produits agricoles et horticoles. *Économie rurale*(324). 34–49. doi:10.4000/economierurale.3083 (28 May, 2013).

OLO FERNANDES, Lucas. 2012. Apropiación de la educación en Guinea Ecuatorial y Lenguas Nacionales. Manuscript. Barcelona, ms.

Organisation internationale de la francophonie. 2010. *La langue française dans le monde*. Paris: Editions Nathan. <http://www.francophonie.org/IMG/pdf/Synthese-Langue-Française-2010.pdf> (30 May, 2013).

PERROIS, L. 1972. *La statuaire fang, Gabon*.

PRAH, Kwesi Kwaa. 2002. *Rehabilitating African languages: language use, language policy and literacy in Africa: selected case studies*. Cape Town, South Africa: Centre for Advanced Studies of African Society (CASAS).

QUINTANA, Lucía & Juan Pablo MORA. 2003. Enseñanza del acervo léxico árabe de la lengua española. In Manuel Pérez Gutiérrez & José Coloma Maestre (eds.), *El español, lengua del mestizaje y la interculturalidad*, vol. XIII. (Actas de ASELE). Madrid: Instituto Cervantes. http://cvc.cervantes.es/ensenanza/biblioteca_ele/asele/pdf/13/13_0697.pdf (29 May, 2013).

República de Guinea Ecuatorial. 2007. Ley Núm. 5/2.007. Ley general de educación.

SKUTNABB-KANGAS, Tove, Robert PHILLIPSON & Mart RANNUT (eds.). 1994. *Linguistic human rights: overcoming linguistic discrimination*. (Contributions to the Sociology of Language 67). Berlin; New York: Mouton de Gruyter.

SMITH, Norval. 1987. The genesis of the Creole languages of Surinam. PhD thesis, University of Amsterdam.

STEFLJA, Izabela. 2012. The costs and consequences of Rwanda's shift in language policy from French to English. *Africa Portal Backgrounder*(30). <http://www.africaportal.org/articles/2012/05/31/costs-and-consequences-rwanda's-shift-language-policy> (1 June, 2013).

TIOGANG, Issacar Nguen Djo. 2007. La creación semántica y léxica en el español de Guinea Ecuatorial. Madrid: Universidad Complutense de Madrid PhD dissertation.

United States, Central Intelligence Agency. 2012. *The CIA world factbook 2013*. New York: Skyhorse Pub. <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/fields/2050.html> (19 May, 2013).

YAKPO, Kofi. 2009a. Complexity revisited: Pichi (Equatorial Guinea) and Spanish in contact. In Nicholas G. Farclas & Thomas Klein (eds.), *Simplicity and complexity in creoles and pidgins*, 183–215. London: Battlebridge.

YAKPO, Kofi. 2009b. A grammar of Pichi. PhD dissertation, Radboud University Nijmegen.

YAKPO, Kofi. 2010. *Gramática del Pichi*. Barcelona: CEIBA.

YAKPO, Kofi. 2011. Lenguas de Guinea Ecuatorial: de la documentación a la implementación. *Oráfrica* (7). 13–28.

YAKPO, Kofi. 2012a. Betwixt and between: "African" and "European" causatives in the English-lexicon creoles of West Africa and the Caribbean. In Jaako Leino & Ruprecht von Waldenfels (eds.), *Analytical causatives from "make" to "laskma,"* 9–39. München: Lincom Europa.

YAKPO, Kofi. 2012b. Reiteration in Pichi: Forms, functions and areal-typological perspectives. In Enoch A Aboh & Anne Zribi-Hertz (eds.), *The morphosyntax of reiteration in creole and non-creole languages*, vol. 43, 251–284. (Creole Language Library). Amsterdam: John Benjamins.

YAKPO, Kofi. 2013a. Pichi. In Susanne Michaelis, Philippe Maurer, Martin Haspelmath & Magnus Huber (eds.), *The Survey of Pidgin and Creole Languages: English-based and Dutch-based languages*, vol. 1, 194–205. Oxford: Oxford University Press. <http://lingweb.eva.mpg.de/apics>.

YAKPO, Kofi. 2013b. Wayward daughter: Language contact in the emergence of Pichi (Equatorial Guinea). *Journal of African Languages and Linguistics* 34(2). 275–299. doi:DOI 10.1515/jall-2013-0009.

ZARCO, Mariano de. 1938. *Dialecto inglés-africano; o, Broken-English de la colonia española del Golfo de Guinea*. Turnhout, Belgium: H. Proost.

ZELEZA, Paul Tiyambe. 2006. The Inventions of African Identities and Languages: The Discursive and Developmental Implications. In Olaoba F Arasanyin & Michael A Pemberton (eds.), *Selected proceedings of the 36th annual conference on African linguistics*, 14–26. Somerville, MA: Cascadilla Proceedings Project. <http://www.lingref.com/cpp/acal/36/paper1402.pdf> (29 May, 2013)



La situación lingüística de Guinea Ecuatorial: obstáculos para la implantación de una política lingüística exitosa.

Mikel Larre Muñoz

Sobre o autor

Mikel Larre Muñoz
Universidad Nacional de Guinea Ecuatorial
mikellarre@yahoo.es

Resumo

Este artículo versa fundamentalmente sobre los escollos y dificultades a la hora de implantar una política lingüística integradora, que tenga en cuenta las distintas lenguas del país, especialmente, las autóctonas y que proteja su patrimonio lingüístico.

En Guinea Ecuatorial se ha mantenido una situación lingüística heredada de la época colonial excepto por la introducción del francés, primero, y del portugués, ahora, como lenguas cooficiales. El autor reflexiona sobre la situación lingüística actual y señala los pasos que se deberían dar si se quisiera modificar con éxito el "status quo" lingüístico vigente. Por último, presenta los aspectos positivos y negativos, que originaría ese cambio de política lingüística.

Palavras-chave

Sociolingüística. Política linguística. Multilingüismo. Diglosia. Codificación.

1. Introducción.

La inclusión del portugués como lengua oficial ha despertado recientemente el interés sobre la situación lingüística y sociolingüística de Guinea Ecuatorial. La situación lingüística de Guinea Ecuatorial es interesante para la lingüística y sociolingüística hispánica; también, aunque; en menor medida, es interesante para la sociolingüística portuguesa ya que la variedad fá d'ambó, es considerada una variedad de lengua portuguesa por algunos autores, y, por tanto con filiación románica.

En esta realidad multilingüística cambiante es necesario analizar el papel que desempeñan cada una de las lenguas y su proyección en el futuro, pero antes debemos echar una mirada al pasado.

2. La situación lingüística actual:

2.1 Antecedentes

Durante la época colonial la lengua española era la única oficial y las lenguas locales estaban marginadas. Si bien los misioneros pusieron empeño en aprender las lenguas locales en su labor de evangelización también tuvieron como tarea hispanizar a los locales¹.

En Guinea Ecuatorial se ha mantenido una situación lingüística heredada de la colonia excepto por la introducción, primero, del francés y, ahora, del portugués como lenguas cooficiales.

2.2 Situación de las lenguas: conocimiento y uso.

Las lenguas de Guinea Ecuatorial pueden clasificarse en tres grandes categorías: (a) lenguas autóctonas o vernáculas; (b) lenguas de formación mixta o acriolladas y (c) lenguas europeas.²

El número de lenguas vernáculas oscila entre siete y catorce según las distintas fuentes que manejemos.

El **fang** (o pamue) es una lengua importantísima en Guinea Ecuatorial. La hablan unos 589.000³ hablantes, es decir, 85% de la población lo tiene como lengua materna. Pertenece al grupo bantú noroccidental. El fang, y aquí sigo las aportaciones de Julián Bibang, el mejor especialista en el país, es una lengua de la familia nigerocongoleña, rama Benue-Congo, dentro del grupo de las bantuidas. En la clasificación de M.Guthrie está situada en la zona A, grupo (A-70) o Yaunde-Fang, cuyas lenguas más sobresalientes son el ewondo (o yaunde), el bulu y el fang. Por tanto, el fang sería una de las lenguas que pertenecen a ese grupo Yaunde-Fang (Bibang, 2007:19).

Esta etnia procede del continente, ocupa toda la zona interior de la región continental

¹ Sobre este tema pueden consultarse los trabajos de Susana Castillo (vid. Bibliografía).

² LIPSKY, 1990.

³ Esta cifra para el fang está tomada de la edición electrónica del Ethnologue. De esta fuente he tomado los datos para las demás lenguas.

del país y se ha ido extendiendo por toda la costa. Presenta dos variedades importantes en Guinea Ecuatorial: Okak(en el Norte) y Ntumu (en el Sur). Es la lengua vernácula mayoritaria, localizada sobre todo en el interior del país. También ha ido conquistando espacios, como su penetración en la zona costera de la zona continental y una fuerte migración a la isla de Bioko y en Malabo constituyen el grupo étnico más numeroso. Es una lengua que goza de enorme vitalidad y prestigio a la que los hablantes manifiestan una gran lealtad lingüística.

El **bubi** es la lengua originaria de la isla de Bioko. La hablan unos 51.000 hablantes. Pertenece al grupo de las lenguas bantúes occidentales. William Bleek sitúa al bubi en el grupo Noroeste. Malcolm Guthrie la integra en la zona A 31 de su clasificación. Llegó desde el continente en sucesivas migraciones (*apud* Bolekia, 1991: introdução). Es la etnia más numerosa después de los fang. Está fragmentado, según algunos autores, en seis dialectos muy diferentes hasta el punto de que algunos dialectos son ininteligibles entre sí, lo cual favorece que muchos bubis de Malabo y de Bioko Norte abandonen su lengua en favor del pichi⁴.

Justo Bolekia, por el contrario, no comparte esa visión y afirma que las diferencias no impiden la mutua intercomunicación entre hablantes del bubi del Norte y el Sur de la isla⁵.

El **ndowé**⁶: Bajo la denominación de “playeros” o ndowé pueden distinguirse los grupos lingüísticos siguientes:

El **benga** pertenece al grupo de las lenguas bantúes occidentales. Cuenta con 3900 hablantes en Guinea Ecuatorial; de ellos 400 en la isla de Corisco .Durante la dictadura de Macías hubo un éxodo masivo hacia Gabón.

El **batanga** es una lengua emparentada con la anterior .Tiene 9000 hablantes en la zona costera al sur de Mbini y a lo largo de Cabo San Juan. Su principal variedad es el bapuku.

El **kombe** pertenece también al grupo bantú occidental. Tiene 9200 hablantes .Sus principales variedades son bomudi, asonga, moganda.

El **yasa** lo hablan 910 personas en Guinea Ecuatorial. Sus principales variedades son buiko, iyasa, mari, one. Más parecidos al iyasa de Camerún que al vecino kombe.

El bujeba o **bishio** es una lengua bantú del Oeste. Tiene 13.000 hablantes. Se localiza al Norte y al Sur de Bata y en la zona de Mbini. Clasificados popularmente como “semoplayeros” porque se desenvuelven igualmente bien en el bosque y en la playa. Carlos González Echegaray, en su trabajo de 1960, distingue entre una variedad del Norte (Lea) y una del Sur (Comandachina). El bishio, para este autor, mantiene cierta relación con el mabea y ngumba⁷.

El **balengue** , otro de los grupos semoplayeros, cuenta con 1000 hablantes . Se extiende por la costa, entre Mbini y la frontera con Gabón. Clasificado como lengua noroccidental (sin clasificar en Quilis).

El **baseke**⁸, el tercero de los grupos semoplayeros, lo hablan 11.000 personas. Se localiza al sur del río Campo y al norte de Bata (Yengüe, Ngonamanga, Readibe). Parece que también

⁴ QUILIS, 1995: 28.

⁵ BOLEKIA, 1991:introdução.

⁶ El desarrollo histórico de los grupos ndowé ha dado lugar a grupos lingüísticos bastante diferenciados.

⁷ GONZÁLEZ,1960: 183.

⁸ En los mapas del *Ethnologue* este grupo que recibe distintos nombres (seki, sekyani, sekiani, sekiyani, sekiana,shekiana,sheke,seke,beseki,bulu) no aparece localizado al sur del río Campo

había algunos hablantes en la cuenca del río Muni⁹ aunque mis informantes basekes lo descubren.

El **gieli** (gyeli, giele, gyele) conta con apenas 29¹⁰ hablantes en Guinea Ecuatorial. Se trata de una población pigmea itinerante entre Camerún y Guinea, localizados en este último país cerca de la costa, en la esquina Noroeste.

2.2.2 Lenguas de formación mixta

El annobonés o **fá d 'ambó** es una lengua originaria de la lejana isla de Annobón. Lo hablan 5000 personas en Guinea Ecuatorial. Sobre esta cuestión Armando Zamora, que ha compuesto la gramática descriptiva de esa lengua más completa hasta la fecha, señala:

Sobre el número de hablantes de la isla podemos estimarlo entre los 2500 a 3000. Es esta una estimación aproximada pues no hay datos actualizados oficiales sobre la cuestión.

Sobre el número de hablantes de la lengua fá d'ambó, podemos estimarlo en un número algo más elevado que el anterior, unos 5000 dado que habrá que incluir en este cómputo a aquellos hablantes que se localizan fuera de Guinea Ecuatorial, especialmente a aquellos que viven en España, entre otros países. Estos datos sobre el número de hablantes de la lengua es lo que lleva a determinar entre los lingüistas que el sistema está en peligro de desaparición.

Es una lengua conceptualizada habitualmente como lengua criolla de base portuguesa, procedente de Angola, una mezcla de los dialectos bantúes de Angola y del antiguo portugués. Similar al criollo de Sao Tomé y Príncipe.

El citado autor, Armando Zamora, no acepta el apelativo de criollo y ya en el prólogo de su obra propone la denominación de modalidad de lengua portuguesa de Annobón y la clasifica en términos más precisos: "La familia lingüística a la que se puede adscribir es la que sigue: de subárea africana, del área del portugués, de subfamilia Occidental, de la familia Romance y el filo Indo-Europeo". Se extiende un poco más sobre esta cuestión:

El fá d'ambó no es una lengua africana, sino de la rama indoeuropea debido, fundamentalmente, a su fuerte substrato románico. Presenta su estructura al igual que cualquier lengua natural, complejidades que la definen como particularmente propias y al mismo tiempo comparte con otras algunas otras.

Al comienzo del capítulo tercero de la gramática Armando Zamora sigue ahondando en la cuestión:

En razón de lo que consideramos como una fuerte influencia de la lengua portuguesa como base estructural del fá d'ambó, proponemos situar a esta última como una lengua de genética claramente románica, puesto que en gran medida podemos decir que proviene de una lengua de este tipo, aunque debemos precisar que es posible encontrar dentro de la estructura del fá d'ambó, especialmente en su estructura sintáctica, fonológica y aunque en menor grado en el léxico, elementos que más bien se sitúan dentro del ámbito estructural de las lenguas bantúes.

⁹ QUILIS, 1995:29.

¹⁰ Según el censo de 1998.

El lingüista Juan Carlos Moreno¹¹ comparte la toma de posición de Zamora Segorbe:

En el caso que nos ocupa, el annobonés no aparece habitualmente en la familia de las lenguas románicas, a pesar de que ha surgido de una serie de transformaciones del portugués con aportaciones de otras lenguas romances como el español y de lenguas africanas.

Y un poco más adelante afirma:

No hace falta más que hojear brevemente la presente gramática para percibirse de que el annobonés es una lengua romance; que tenga elementos extraños a las lenguas romances no debería ser óbice para este reconocimiento. El español, sin ir más lejos, tiene elementos iberos, árabes o germánicos y nadie dudaría de que es una lengua romance.

Esta lengua presenta dos variedades:

- a) El fá d'ambó popular, que puede ser considerada como la lengua materna, de socialización entre los annoboneses y utilizada por el cien por cien de los habitantes.
- b) El fá d'ambó ritual, religioso-popular, de acceso muy restringido y cuyos hablantes constituirían un porcentaje bajo de los hablantes del fá d'ambó popular, los sacristanes y las viudas.

El pichinglis o pichi es un pidgin de base inglesa. Kofi Yakpo, autor de una gramática del pichi, habla siempre de lengua, idioma o de criollo¹² que pertenece a la rama africana de la vasta familia de idiomas criollos del atlántico de base léxica inglesa, idiomas entre los cuales se observan muchas similitudes léxicas y estructurales.

Es el idioma predominante en los barrios más populosos de Malabo, la capital, y en algunos pueblos situados a lo largo de la costa de Bioko, entre los que destaca Luba, el segundo pueblo más importante de la isla.

El pichi desciende del Krio, el cual llegó por primera vez a la isla de Bioko llevado por los pobladores africanos que venían de Freetown, Sierra Leona, en 1827. Los dos mantienen similitudes con los pidgin de Nigeria, Camerún y Ghana. Las diferencias están originadas por la influencia española a partir de 1857.

Yakpo (2010:9) sobre el número de hablantes asegura:

Aunque no existen cifras oficiales, podemos aseverar que el pichi es hoy en día el segundo idioma africano más hablado en el país, solo por detrás del fang y seguido por cerca por el bubi, el idioma del pueblo original de Bioko. Los hablantes regulares de Pichi se calculan en unas 70.000¹³ personas sobre la población de Guinea Ecuatorial, estimada en cerca de un millón de habitantes en 2007(Naciones Unidas).

Parecen unas cifras de hablantes exageradas, que superarían al bubi, teniendo en cuenta que la población del país nunca ha alcanzado esa cifra¹⁴.

¹¹ Opinión que aparece en el prólogo, pág.7, de la citada obra de ZAMORA, 2010.

¹² YAKPO, 2010: *passim*.

¹³ La mayoría lo utiliza como segunda lengua.

¹⁴ Parece más exacta la cifra de unos 700.000 que proporciona el Ethnologue.

El pichi también es conocido con los nombres de Fernando Po Creole English, Fernando Po Krio, Fernando Po, Fernando Po Pidgin English, Pidgin, Broken English y pichinglish. Mientras que muchos de los hablantes más viejos se refieren al idioma como "krio" o "pidgin", la mayoría de los hablantes actuales lo llaman "pichi" y, ocasionalmente, "pichin", con la vocal nasalizada¹⁵.

Es utilizado como vehículo de comunicación en la isla de Bioko. Morgades (2004) distingue tres variantes del pichinglis en Guinea Ecuatorial:

- (a) El acropidgin o pidgin criollizado es la lengua materna de los fernandinos descendientes de los sierraleonenses (lengua o idioma).
- (b) El mesopidgin o pidgin en fase de criollización es el que utilizan los matrimonios intertribales y sus hijos, así como los jóvenes emigrados a Malabo (lengua o idioma).
- (c) El basipidgin o pidgin restringido se usa informalmente en el mercado o para las relaciones con Camerún, Nigeria o Benín cuando se desconoce el inglés o el francés (lingua franca).

Acerca de las variantes, Yakpo afirma que "las variaciones registradas en el habla del pichi parecen estar determinadas por una serie de factores de los hablantes: la edad, los antecedentes lingüísticos y la clase social". La variación fonética es la más sobresaliente. Yakpo (2010:13) divide a los hablantes en dos grandes grupos:

1. Jóvenes de hasta 30 años y engloba a aquellos que además del pichi aprendieron el pichi al mismo tiempo que otra lengua, al final de su niñez,, o durante su adolescencia. Este grupo tiende a ser culturalmente diverso pero incluye a muchos hablantes que tienen una cultura bubi y que adoptaron el pichi como lengua principal, junto con otros "nuevos criollos", adhiriéndose a la comunidad urbana hablante de pichi de Malabo.
2. El grupo de los fernandinos, la antigua élite cultural y comercial, que implantó el ancestro del pichi en Bioko y que hoy usa el pichi, junto con el español, como una de las lenguas de su comunidad.

El segundo grupo está menguando, mientras que el primero debido a la inmigración y la rápida urbanización está creciendo. Yakpo no menciona al tercer grupo de Morgades (la del basipidgin); quizás, aventuramos, que considera a los dos grupos verdaderos hablantes de una lengua o idioma criolla mientras que el tercer grupo de Morgades Besari serían hablantes de una "lingua franca".

Muchos bubis hablan pichi. Zamora Segorbe cifra en un 40 por ciento los annoboneses que hablan pichi, especialmente la población más joven¹⁶.

2.2.3 Lenguas europeas

El **español** goza de buena salud en Guinea Ecuatorial. Es conocido de manera activa o pasiva por la inmensa mayoría de la población. Es la lengua de la educación, el gobierno, la administración, los medios de comunicación pero también está conquistando espacios como las calles de Malabo y Bata, los principales núcleos urbanos de Guinea Ecuatorial. Es lengua de comunicación intragrupal e intraétnica.

Tenemos datos o estimaciones recientes del conocimiento y uso, concretamente, sobre el

¹⁵ YAKPO, 2010: 10.

¹⁶ ZAMORA, 2009:100.

español de la isla de Annobón en los que se aprecia que los annoboneses presentan un conocimiento generalizado del español debido a la instrucción escolar aunque el uso de la lengua, es decir la falta de uso, hace que se produzca un deterioro o pérdida en los ancianos y las mujeres aunque esa pérdida nunca es total. Zamora Segorbe afirma:

El español, segunda lengua de comunicación y podemos decir con un porcentaje bastante alto, quizás entre un 80 y un 95 por ciento, que lo utiliza en los procesos de socialización con otros grupos no annoboneses, y principalmente en los procesos o situaciones de oficialidad (ZAMORA, 2009: 100).

Del conocimiento y uso del español de las demás etnias no poseemos datos o estimaciones recientes aunque es mayor y de más calidad en las antiguas zonas hispanizadas. Es decir, es mejor en la isla de Bioko donde los bubis desde largo tiempo han hablado español. En la zona continental, es mejor en la costa que en el interior. Aunque, tradicionalmente, se ha considerado que los "playeros" hablaban mejor el español que los fang, hoy en día en los centros urbanos esa aseveración ya no es cierta, pues encontramos muchos fang instruidos que hablan un correcto español.

La escolarización, y sobre todo la introducción del preescolar, está consiguiendo, unos niveles de conocimiento y uso del español sobresalientes a edades muy tempranas.

El **francés** tiene también carácter oficial. Se enseña en primaria y secundaria, se utiliza en algunos programas de radio y televisión y se fomenta su conocimiento en los funcionarios. Además, el Centro Cultural Francés de Malabo y El Centro Cultural Guineano de Expresión Francesa imparten francés a extranjeros y realizan actividades culturales en francés.

Es la lengua oficial de los países del entorno y la lengua que dominan o tienen como lengua europea muchos de los inmigrantes que hay ahora en Guinea Ecuatorial. Son un grupo, concentrado fundamentalmente en la región continental, que por diversas razones, su número elevado, su mayor nivel cultural, la oficialidad de la lengua francesa se resiste a la integración lingüística en lengua española y mantienen con tenacidad su lengua en intercambios con guineanos y extranjeros. Por otra parte, se aprecia también en la población guineana una cierta resistencia pasiva a aceptar el francés. Por eso, este autor disiente de las opiniones vertidas por otros autores que aseguran un mayor dominio del francés y que esto suponga una amenaza para el español¹⁷.

El **portugués** acaba de convertirse en tercera lengua oficial, más por razones de geopolítica que lingüísticas. Según nuestras informaciones, se enseña en Malabo por parte de un profesor lusófono en un proyecto apoyado por la embajada de Brasil.

El **inglés** es una lengua de importancia creciente en Guinea Ecuatorial, sobre todo porque los dirigentes del país además de los países europeos tradicionales con los que mantenía contacto, España y Francia, mantienen relaciones con los Estados Unidos. También es importante por las empresas petroleras radicadas en el país. Se enseña en algunos centros guineanos a nivel de secundaria y también hay escuelas anglófonas en Bata y Malabo.

3. Diglosia y multilingüismo en Guinea Ecuatorial

Charles A. Ferguson proponía, en 1959, el término de origen griego "diglosia" ('dos lenguas') para definir aquellas situaciones en que los hablantes hacen uso de variedades distintas dependiendo de cada circunstancia y cada una de ellas cumple una función social determinada.

¹⁷ MOHAMADOU, 2008:215.

Una de ellas es considerada por la comunidad como la variedad alta (A) que se utiliza en la comunicación formal y una variedad o lengua baja (B) que se emplea en la conversación de carácter familiar, no formal. El concepto de diglosia fue posteriormente modificado por Fishman para referirse no solo a variedades distintas de una misma lengua sino también a lenguas distintas. Es decir, Ferguson aplicó el término, a pesar de su origen, para una sola lengua, pero posteriormente Fishman y otros lo utilizaron para referirse a variedades o lenguas distintas. La diglosia es útil para definir las funciones sociales y la relación que mantienen entre sí las lenguas en algunas comunidades bilingües. Como dice Isabel Molina (2006:8): "La realidad lingüística de Guinea Ecuatorial, como la de tantos otros países, es demasiado compleja para ajustarse a ese esquema". La misma autora señala:

Con el fin de atender a otras situaciones de multilingüismo con diferencias funcionales en el uso de las lenguas, Fasold (1996) desarrolló el concepto de *policlismo*, más adecuado a la realidad lingüística de esta parte del mundo.

Y sigo con la exposición de esta autora:

En Guinea conviven distintos tipos de situaciones lingüísticas que incluyen:

- 1.-monolingüismo: el fang en el interior de la región continental o el bubi en la zona montañosa central y meridional de Bioko.
- 2.-diglosia: la lengua autóctona reparte sus funciones con el español, por ejemplo en el interior de la región continental, en Annobón o en las zonas centrales y meridionales de Bioko.
- 3.-triglosia: una de las lenguas se reserva para las relaciones intragrupales, otra para la comunicación extragrupal y una tercera es lengua de información especializada, como sucede en la mayor parte de Bioko y en la zona costera de la región continental¹⁸.

En situaciones de este tipo puede darse una superposición de diglosias, lo que Fasold ha denominado *diglosia con doble superposición de lenguas*. En la primera diglosia la lengua vernácula es la variedad baja (B) y hay una segunda (A) con funciones de lengua franca y de prestigio. La segunda diglosia se superpone a la anterior, donde la variedad baja (B) funciona como lengua franca y la alta (A) es la lengua oficial del gobierno, de la ley, del comercio, de la tecnología y de la cultura oficial¹⁹.

En Guinea Ecuatorial, según Molina (2006:8-9) se encuentra ese esquema de tres sistemas con la siguiente distribución:

- 1^a diglosia: la lengua autóctona o vernácula es la variedad baja (B), y el pidgin, en sus funciones de lengua franca, con un cierto prestigio encubierto en el contexto africano, funciona como variedad alta(A)
- 2^a diglosia que se superpone a la anterior: la variedad baja (B) es el pidgin, mientras que el español, lengua para los asuntos oficiales del gobierno, de la administración, de la cultura, funciona como variedad alta (A).

Acepto en general el análisis de Isabel Molina, pero yo añadiría que en la zona costera de la región continental esa función no la ejerce el pidgin sino el fang. Es decir, en la primera diglosia la variedad alta (A) es el fang frente a otras lenguas vernáculas y en la segunda diglosia la variedad baja (B) es el fang. Por lo tanto, tendríamos la siguiente distribución:

18 DE GRANDA, 1984.

19 MORENO, 2005:230-1.

1^a diglosia: la lengua o lenguas autóctonas o vernáculas son la variedad baja (B), y el fang, en función de lengua franca, funciona como variedad alta (A).

2^a diglosia, que se superpone a la anterior: la variedad baja (B) es el fang, mientras que el español, lengua para los asuntos oficiales del gobierno, de la administración, de la cultura, funciona como variedad alta (A).

4. Actitud de los hablantes y prestigio lingüístico

Aquí hay poco trabajo empírico. En el caso del español son ya clásicos los estudios de Antonio Quilis y Celia Casado. Los trabajos de Quilis en este campo se basan en la autoevaluación y en la opinión. En sus encuestas los hablantes presentan una actitud muy positiva por parte de los hablantes que nosotros, modestamente, corroboramos.

También he realizado encuestas a menor escala y en este aspecto he obtenido resultados muy favorables. Como observador de la realidad guineana lo percibo cada vez más. El idioma español confiere una idiosincrasia especial a Guinea que la diferencia de los países del entorno, y eso para un país pequeño no es poco. Se ha creado la preciosa acuñación hispano-bantú para expresar esto. Es decir el español en Guinea ecuatorial cumple la función unificadora y separatista de Garvin y Mathiot²⁰ (la función que Fishman (1972) llama "autoidentificación contrastiva²¹).

En las encuestas de Quilis y Casado-Fresnillo (1995) se nota un interés por hablar francés. Esto es lógico si se tiene en cuenta que estamos inmersos en un área francófona.

La valoración de los guineanos hacia sus lenguas en esas encuestas es positiva. Algunos encuestados se muestran favorables a la introducción de las lenguas nacionales en la escuela. Nos parece necesario hacer más estudios sobre la cuestión y abordar el tema de la actitud de los guineanos hacia las lenguas vernáculas diferentes a las suyas. Sería bueno que los guineanos conocieran más sobre las otras lenguas guineanas.

Respecto al pichi la valoración es diferente según la etnia y el lugar donde se encuentren.

5. Política lingüística en Guinea Ecuatorial

Hasta aquí la situación lingüística. ¿Deberíamos modificar esa política lingüística?, ¿deberíamos aceptar el "statu quo" lingüístico imperante?, ¿qué medidas podríamos adoptar? Si se introducen modificaciones, obviamente, sería para mejorar la situación actual.

En la política lingüística se necesita el consenso de toda la sociedad. Sin él nada de lo que hagamos tendrá efectos duraderos. Hasta ahora no ha habido una gran planificación en materia lingüística. Se ha mantenido básicamente la situación anterior. Esta actitud sería propia de una política lingüística implícita. Lo que el Gobierno u organismos dependientes han hecho, explícitamente, en materia lingüística ha sido:

- Aprobación del español, francés y portugués como lenguas oficiales.
- Inclusión del español en algunos organismos africanos, como la CEMAC y la Unión Africana.

20 Citado en FASOLD (1984:3).

21 Contrastive self-identification, citado en FASOLD (1984:15).

- Creación por parte del Instituto de Lingüística del CICTE de las Academias de las lenguas nacionales: fang, bubi, ndowé, baseke, bishio, fá d'ambó y pidgin de Guinea Ecuatorial²².
- Creación de la Academia Guineana de la Lengua y nombramiento de académicos.

La reciente aprobación del portugués como tercera lengua oficial no sabemos qué efectos prácticos tendrá.

La creación de las Academias de las lenguas nacionales no deja de ser una creación “nominal” pues, salvo error por nuestra parte, no se han nombrado académicos ni se ha realizado ningún trabajo. Por lo tanto, no ha habido hasta la fecha una política lingüística explícita en relación con las lenguas de Guinea.

La explicación a esta escasa política o planificación lingüística la podemos encontrar en primer lugar en la falta de recursos por necesidades más urgentes y prioritarias a las que debía atender el país. Y en segundo lugar a una falta de plan motivada por la carencia de especialistas en la materia y por tratar de evitar conflictos, ya que como es sabido el intervencionismo en estas materias es asunto delicado.

Ya de por sí el contacto de lenguas puede llevar al conflicto. En nuestra opinión, no hay un serio conflicto de lenguas en Guinea Ecuatorial. Como apunta Yakpo (2010:12) “un factor adicional que favorece la mezcla de códigos es la actitud positiva hacia el multilingüismo en una sociedad en gran medida políglota”. Este multilingüismo está concentrado especialmente en las áreas urbanas y es un fenómeno cada vez más importante que hace años se daba en menor medida.

Sin embargo, no todos tienen una opinión tan positiva del multilingüismo. Ciriako Bokesa en el prólogo del *Curso de Lengua Bubi*²³ afirma que la movilidad social “ha hecho de Bioko un caos de concentración multilingüe”.

El único conflicto que yo percibo es que los demás grupos lingüísticos se vean obligados en ocasiones a hablar en la lengua fang en situaciones que preferirían hablar en español, sobre todo en la ciudad de Bata, en oficinas de gobierno y demás sitios públicos o perciban una actitud más distante si se dirigen en español a funcionarios de lengua materna fang. En la ciudad de Malabo se empiezan a apreciar también algunos desencuentros lingüísticos entre hablantes de fang y hablantes de bubi o pichi.

Hay que reconocer que algunas lenguas de Guinea Ecuatorial están seriamente amenazadas. Quizás no están en fase de extinción pero están seriamente amenazadas. No cumplen ni el tanto por ciento de los hablantes ni los 100.000 hablantes que algunos consideran mínimo para que una lengua esté asegurada. Solamente el fang cumple ese criterio en Guinea Ecuatorial.

Las lenguas vernáculas están en regresión y algunas lenguas desplazan a otras. Este retroceso se aprecia especialmente en los más jóvenes, en los niños. Las demás lenguas autóctonas han perdido terreno frente al fang y frente al español y el primero respecto al último. Por lo tanto, necesitan apoyo y protección.

Medidas que podrían adoptarse:

1. Carácter oficial de las lenguas guineanas;
2. Codificación, normalización y modernización de las lenguas guineanas;

²² MORGADES, 2004.

²³ BOLEKIA, 2011.

3. Introducción en la escuela;
4. Introducción en la administración e
5. Utilización por parte de otros organismos e instituciones

5.1 Carácter oficial de las lenguas guineanas

El carácter oficial, sin duda, mejoraría la condición de las lenguas guineanas. Dejarían de ser lenguas "de segunda clase", estarían más protegidas, se tomarían medidas para promocionar el conocimiento y uso, tendrían un acomodo en más espacios públicos que habría que delimitar y esto causaría el desarrollo de estas lenguas para adaptarlas a usos administrativos y cultos. Además, aumentaría el prestigio y autoestima de los hablantes de estas lenguas, lo cual sería muy beneficioso para el país.

Para Julian Bibang (c.p.), este carácter oficial debería extenderse a todas las lenguas guineanas mientras que para otros autores esto sería "una pérdida de tiempo".

Creemos que todas deberían ser oficiales, quizás con una serie de límites, porque si fuese solamente alguna de las lenguas nativas, los demás ciudadanos podrían sentirse en desventaja y quedar marginados.

5.2 Codificación, normalización y modernización de las lenguas guineanas

En la recuperación del conocimiento y uso de las lenguas se tienen que dar tres fases: codificación, normalización y modernización.

Las lenguas guineanas están desigualmente codificadas. Aunque es verdad que en los últimos tiempos han aumentado la aparición de gramáticas, diccionarios, métodos de algunas lenguas con un criterio moderno y científico, todavía queda mucha labor por hacer, que no debe limitarse al trabajo ímparo de algunos filólogos sino que se deben implicar más estudiosos y de diferentes áreas.

Como señala Bibang OYEE (2005: 39):

La notación por escrito de nuestras lenguas aborígenes plantea aún muchos problemas de *transcripción*; primero, porque los estudios que existen son muy desiguales, deficientes o a antiguos; y segundo, porque algunas de ellas nunca han sido descritas. En nuestro país no existe actualmente, como en otros muchos países africanos, una transcripción oficial a la que referirse. La que se sigue hasta ahora es la española, heredada de la metrópoli. El alfabeto castellano, como el de muchas otras lenguas europeas, es un alfabeto que no se adapta muy bien para transcribir las lenguas africanas.

Veremos que ahora hay propuestas que no se basan en la tradición española.

El **fang** es el que está en mejor situación. Presenta dos variedades en Guinea Ecuatorial, el Okak y el Ntumu, como ya dijimos anteriormente, que son fácilmente inteligibles entre sí y sus diferencias se limitan a cambios fonéticos y de vocabulario. Aun así la adopción gráfica de

Julián Bibang del alfabeto latino basado en el API, en español AFI (Alfabeto Fonético Internacional) y en el AAR (Alfabeto Africano de Referencia) puede resultar demasiado científica y un tanto complicado llegar a dominarlo. Respecto a la variedad que se debería escoger. Julián Bibang (2007:21) no da mucha importancia a la variedad dialectal. "La variedad fang de toda la región es bastante uniforme y las diferencias dialectales son mínimas". Aunque minimiza la diferencia dialectal, limitada a la fonética y al vocabulario, se inclina por la variedad ntumu porque "toda la zona nuestra es ntumu"(c.p.). De la misma opinión es Carlos Nsue (c.p.), filólogo y escritor guineano:"el fang más original es el ntumu porque de ahí procedemos todos". Además asistimos a la aparición de un fang urbano en Bata y Malabo que, según el mismo autor, "no es muy ntumu ni okak", que toma elementos de las dos variedades y este filólogo propone acercarse al ntumu , que los okak se acerquen a los ntumu porque resultaría más fácil por las razones anteriormente apuntadas. Sin embargo, ambos autores hacen ver que nadie escribe en fang en Guinea Ecuatorial y Bibang Oyee (2007:23) señala:"el futuro del fang escrito depende exclusivamente de las políticas lingüísticas, pedagógicas y culturales que se lleven a cabo". Aunque él reconoce que no hay hasta la fecha una política lingüística explícita.

El bubi

Hay que destacar el trabajo del profesor Justo Bolekia Boleká que ofrece ya una descripción del bubi desde planteamientos bantúistas modernos. También es el autor de un curso y un método de lengua bubi²⁴ que trata de ser un manual útil para el aprendizaje del idioma. Como dice Enrique Bernárdez²⁵: "La labor fue ímproba, pues resultaba necesario elaborar incluso una ortografía que aunara la fidelidad al sistema fónico del bubi con la posibilidad de su uso práctico, sin necesidad de medios técnicos complejos. En la última utiliza unos signos gráficos sobre los que da la siguiente explicación:

Estos signos gráficos son el resultado del acuerdo entre lingüistas africanistas que adoptaron el Alfabeto Fonético Internacional a las lenguas africanas, creando así un alfabeto propio, y cuyos signos adopta la mayoría de las lenguas descritas en el África negra (BOLEKIA, 1999:20).

Estos lingüistas africanistas aceptan las normas del IAI International African Institute (Instituto Internacional Africano) de Londres.

El ndowé

Está fuertemente dialectalizado; tenemos constancia de una nueva gramática de ndowé²⁶ y se han dado pasos para la creación de la escritura.

En cuanto al bujeba o **bishio**, en la obra citada de González Echegaray (1960: 21) este utiliza, y justifica su elección, la norma fonética española, añadiendo algunas nuevas grafías para los tonos y aprovechando algunas del español usual como la "ñ".

El último estudio serio sobre la lengua es de este autor en 1960.

En cuanto al **annobonés**, Zamora Segorbe hace una propuesta ortográfica en su gramática (2010: 17) que se basa en los trabajos de algunos estudiosos, de algunos escritores, de los datos proporcionados por una encuesta y "finalmente, el hecho de que el hablante de la lengua fa d'ambó habla y escribe en español, por una parte, y, por otra parte, el hecho de que

24 BOLEKIA, 1991 y 1999.

25 Prólogo, pág. 15, de la obra de Justo BOLEKIA de 1999.

26 MAMBO MATALA, Próspero y Evaristo Oko KONGWE (2010): Gramática moderna de la lengua ndowé. Barcelona: Instituto de Estudios Ndowé.

la lengua tiene de base la lengua portuguesa principalmente". Básicamente, toma elementos fonéticos de las lenguas portuguesa y española.

Respecto al pichi, Kofi Yakpo en un apartado de su gramática titulado "estandarización y ortografía" el autor señala." No existe una ortografía estándar ni aceptada para el pichi"²⁷.

Él utiliza una transcripción en la que sigue la ortografía del Krio por razones prácticas: estar basada en convenciones que han guiado la puesta por escrito de muchas otras lenguas de la región y además por facilitar la comparación con el krio, el parente más cercano del pichi. En el 2006, Morgades Besari desarrolló una ortografía para el pichi (CICTE), la cual está inspirada en las normas ortográficas del español y en la manera de poner por escrito la lengua bubi. Esta ortografía- señala Yakpo- representa el primer esfuerzo para proponer un estándar para escribir el pichi. Este autor reconoce que la transcripción del krio permite mayores distinciones pero admite que la ortografía de Morgades es más simple, por no introducir símbolos nuevos, y tiene la ventaja de que puede ser reproducida con los símbolos de un teclado normal, sin hacer uso de los símbolos del AFI (Yakpo 2010:17).

No tenemos datos sobre las demás lenguas vernáculas.

En ninguna de ellas ha habido normalización ni modernización.

La modernización no sería un problema importante. Cualquier lengua lo puede hacer aunque se necesita consenso. En el *Diccionario español-fang, fang-español* de Julián Bibang, primer intento de diccionario completo y moderno, palabras españolas como 'electrodo" o 'embrague' aparecen en la lengua fang con los siguientes símbolos"...*"²⁸ que quieren decir préstamo hipotético.

De todo este apartado se desprende, en consecuencia, que queda mucho por hacer en el proceso de modernización de las lenguas vernáculas.

5.3 Introducción en la escuela

Pensamos que deberían introducirse en la enseñanza para asegurar la transmisión de la lengua entre los más jóvenes.

La implantación de las lenguas vernáculas en la educación es complicada. En una situación multilingüística como la guineana no es fácil. En las zonas monolingües no presenta problemas pero sí en áreas donde conviven varias lenguas, por ejemplo en la ciudad de Bata. Esta ciudad presenta una situación peculiar en el panorama lingüístico de Guinea Ecuatorial. Es una zona tradicionalmente no fang; los fang estaban en el interior del país y se han ido acercando a la costa. Es una zona de grupos playeros o semiplayeros: ndowé y bishio. Antes eran poblados separados, ahora se han convertido en barrios de Bata. Algunos grupos predominaban mayoritariamente en algunos poblados caso de los bishio en Lea y Comandachina, o los ndowé en Bomudi, Ukomba, Bome, etc. En el momento actual los fang ,aunque desigualmente repartidos, están presentes en todos los barrios y son mayoritarios en su conjunto en la ciudad de Bata, incluso en algunos de esos barrios "playeros". Si quisieramos introducir las lenguas vernáculas en la enseñanza en la ciudad de Bata, segunda ciudad del país y que funciona como bicapital, deberíamos tener presente esa realidad sociolingüística. Deberíamos tener en cuenta las tres lenguas, no solamente el fang y el ndowé sino también el bishio porque son etnias y lenguas importantes en la ciudad de Bata. ¿Cómo lo hacemos? Me refiero por ejemplo a la educación primaria. Los niños están escolarizados en las escuelas nacionales pero hay centros privados

²⁷ YAKPO, 2010:16.

religiosos y no religiosos, algunos de enorme prestigio a los que acuden niños de todas las etnias, mayoritariamente los fang por ser el grupo más numeroso. ¿En qué lengua escolarizamos a los niños en esos centros "multilingües"? ¿Cómo escolarizamos a las minorías si están en la zona mayoritaria?

La introducción de las lenguas vernáculas en la enseñanza primaria como asignatura parece una opción más fácil y razonable, en un primer momento. Como medio de instrucción plantearía más problemas porque, como he señalado antes, no son lenguas en general codificadas (excepto el fang), normalizadas y modernizadas. Podrían serlo. Pero para esto se necesita tiempo. Cualquier lengua puede ser codificada, normalizada y modernizada. Lo último que parece lo más complicado, modernizar una lengua, que sirva, por ejemplo, para enseñar química en la universidad, se puede hacer, como lo muestra el caso del vasco en España.

Además habría que destinar enormes recursos a formar y a actualizar a los profesores en las respectivas lenguas vernáculas así como la confección de manuales y demás material didáctico. Piénsese que esto resultaría muy complicado ya que el sistema educativo actual, que tiene como lengua vehicular el español, presenta muchas deficiencias y concretamente, la elaboración de manuales de primaria y secundaria en español supuso una gran inversión, la colaboración con diversos países y muchos años de trabajo.

5.4. Introducción en la administración

Las lenguas vernáculas podrían introducirse en la administración, aunque fuera en la más local, según las áreas de uso, y en situaciones de multilingüismo debería haber funcionarios preparados de todas las etnias. Hay que reconocer, sin embargo, que esto provocaría resistencia en los funcionarios públicos acostumbrados al español. Estos funcionarios deberían recibir formación en las lenguas vernáculas ya desarrolladas, cada uno en la suya, para tener éxito en la tarea. Al principio, sin duda, habría un entorpecimiento de las actividades de la administración.

5.5 Utilización por parte de otros organismos e Instituciones

Otros organismos, como por ejemplo la Iglesia Católica y las distintas iglesias, deberían preocuparse también por las lenguas autóctonas, teniendo en cuenta su labor pastoral y su interés por los valores de las personas.

6. Aspectos positivos y negativos de una nueva política lingüística

6.1 Aspectos positivos

1. El más importante para nosotros sería la conservación de las lenguas autóctonas. Una política lingüística de esta índole contribuiría a proteger y a promover el uso y conocimiento de las lenguas vernáculas.
2. También contribuiría a crear una mayor autoidentificación y concienciación lingüística.
3. Por último, podría mejorar la educación y evitar el abandono y el absentismo escolar,

pero, como señalan diversos autores, eso no está totalmente demostrado.

6.2 Aspectos negativos

1. Obliga a la población a aceptar otra situación lingüística, especialmente funcionarios y profesores.
2. Supondría un gran coste para el estado.
3. Podría despertar la conciencia no solo lingüística sino también política de algunos grupos étnicos como los bubis, lo cual podría ser una amenaza para el estado.

7. Conclusiones

Si bien aceptamos que sería beneficioso proteger y promover las lenguas vernáculas, se debería disponer de mucha información antes de tomar cualquier decisión de planificación lingüística. Debería tomarse en cuenta la opinión de la población ya que cambiar el “statu quo” lingüístico vigente podría tener consecuencias negativas.

Creemos que todas las lenguas de Guinea deberían tener un carácter oficial. Los poderes públicos deberían apoyar la normalización lingüística de las distintas lenguas del país y apoyar su uso oral y el fomento de la lectura y escritura.

Consideramos que resultaría bastante difícil introducir las lenguas oficiales en la administración; parece más fácil introducir las lenguas vernáculas en la escuela aunque no como vehículo de enseñanza, al menos en un primer momento, sino como asignatura. Además se debería enseñar a los niños nociones de la lengua y cultura de las demás etnias, no solo de la suya propia. A pesar de que esto supondría un coste elevado creemos que sería enormemente beneficioso para cada lengua y cultura y para la cohesión social del país.

Por último, se debe concienciar a otros organismos e instituciones, como las distintas Iglesias, y a la sociedad civil en general de la importancia de las lenguas guineanas, porque las lenguas forman parte del patrimonio inmaterial de los pueblos.

Bibliografía

- BIBANG OYEE, J.-B. 2005. "Oralidad y cuestiones de transcripción, en *Oráfrica, Revista de oralidad africana*, 1,39-48.
- BIBANG OYEE, J.-B. 2007. *Curso de lengua fang*. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia. (Edición revisada).
- BIBANG OYEE, J-B. 2013. *Diccionario español-fang, fang-español*. Madrid: Akal.
- BOLEKIA BOLEKA, J.1991. *Curso de lengua bubi*. Malabo: Centro Cultural Hispano-Guineano.
- BOLEKIA BOLEKA, J. 1999. *Aprender el bubi. Método para principiantes*. Madrid: Casa de África y Sial ediciones.
- CASTILLO, S. 2013. "Language and the hispanization of Equatorial Guinea", en *A political history of spanish.The making of a language*. Editado por JOSE del VALLE, Cambridge: Cambridge University Press.
- CASTILLO, S. 2014. "Glottopolitics and Language Ideologies in *La Guinea Española*".(consultado en la red).
- FASOLD, R. 1996. *The Sociolinguistics of Society*, Blackwell,Oxford,1984.Trad. al esp. La socio-lingüística de la sociedad, Madrid: Visor.
- FERGUSON,Ch. 1959. "Diglossia", en *Word*,15,325-340.
- FISHMAN, J. 1979. *The Sociology of Language*, Newbury House, Rowley, Mass., 1972. Trad. al esp. *Sociología del lenguaje*, Madrid : Cátedra.
- GONZÁLEZ ECHEGARAY, C. 1960. *Morfología y sintaxis de la lengua bujeba*. Madrid: Instituto de Estudios Africanos.
- DE GRANDA, G.1984. "Perfil lingüístico de Guinea Ecuatorial", en *Homenaje a Luis Flórez*, Bogotá: Instituto Caro y cuervo, 119-195.
- GRIMES, B. 2000. *Ethnologue: Languages of the world*,14^a edición. Dallas: Summer Institute of Linguistics (consultado también en la red en 2014).
- LIPSKY, J. 1990. *El español de Malabo: .procesos fonéticos/fonológicos e implicaciones dialectológicas*. Madrid/Malabo: Centro Cultural Hispano-Guineano.
- MAMBO MATALE, P. y E. Oko KONGUE. 2010. *Gramática moderna de la lengua ndowé*. Barcelona: Instituto de Estudios Ndowé . (No la hemos podido consultar).
- MOHAMADOU, Aminou. 2008. "Acercamiento al 'Espaguifranglés ' , el español funcional de Guinea Ecuatorial" en *Cauce, Revista Internacional de Filología y su Didáctica*,31,213-229.
- MOLINA MARTOS, Isabel. 2006. "El español en Guinea Ecuatorial: aspectos sociolingüísticos (Consultado en la red E-Excellence, Liceus).
- MORENO, F. 2005. *Principios de sociolingüística y sociología del lenguaje*, Barcelona: Ariel, 2^a

ed. actualizada.

MORGADES, T. 2004. "El español en Guinea Ecuatorial" en: *Centro Virtual Cervantes*. <http://cvc.cervantes.es/obref/congreso/rosario/ponencias>.

QUILIS, A. y C. CASADO- FRESNILLO. 1995. *La lengua española en Guinea Ecuatorial*. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia.

YAKPO, K. 2010. *Gramática del pichi*. Barcelona: Ceiba Ediciones y Centros Culturales Españoles de Guinea Ecuatorial.

ZAMORA SEGORBE, A. 2009. "Breve aproximación a la sociolingüística del fá d'ambó en Guinea Ecuatorial, en *Oráfrica ,revista de oralidad africana*, 5,.71-112.

ZAMORA SEGORBE, A. 2010. *Gramática descriptiva del fá d'ambó*. Barcelona: Ceiba Ediciones y Centros Culturales Españoles de Guinea Ecuatorial.

La lengua bubi: ¿desaparición o rehabilitación?

Justo Bolekia Boleká

Sobre o autor

Justo Bolekia Boleká
Universidad de Salamanca
Contato: bolekiaj@usal.es

Resumo

Nuestra contribución no se centrará estrictamente en la lengua bubi. También incluirá aspectos marcadamente importantes en el conocimiento histórico de dicha lengua, el proceso que ha vivido hasta la actualidad y el papel de las instituciones del país donde está localizada, en este caso, Guinea Ecuatorial (concretamente en la isla de Bioko).

Dicho lo anterior, quiero empezar diciendo que hubo dos razones en el estudio de la lengua bubi si nos situamos en un eje diacrónico: científicas (como las que justificaron los trabajos de los primeros estudiosos y misioneros como John Clarke (1848), William A. Bleek (1862), W. Barleycorn & W. Luddington [1875], etc.) y evangelizadoras (como las que justificaron los trabajos de los misioneros españoles Joaquín Juanola (1890), Bienvenido Pereda (1920), Isidoro Abad (1928), Antonio Aymemí (1928), etc.

La lengua bubi, clasificada como A31 por el lingüista Malcolm Guthrie (1948), es una de las lenguas insularizadas más antiguas de África, y siempre ha despertado el interés de los estudiosos, desde los misioneros (como John Clarke, 1848, 1971, o Joaquín Juanola, 1890) y no misioneros (como Gladys Guarisma, 1987, o Carme Junyent, 1999). En 1977, en plena dictadura de Francisco Macías Nguema, primer presidente de Guinea Ecuatorial, el bubi fue uno de los temas centrales del Congreso de Lingüística de Viviers (Francia), donde los congresistas africanistas, en sus resoluciones, urgieron el estudio de la lengua bubi, convencidos de que ello contribuiría a despejar muchas incógnitas pendientes en el estudio de las lenguas llamadas bantúes.

Si bien no se llevó a cabo una descripción rigurosa o exhaustiva por parte de los africanistas mencionados, algunos, como el entonces investigador y profesor Baudouin Janssens (1993), compararon la lengua bubi con algunas de las lenguas de la zona A en tu tesis doctoral, concretamente las lenguas nen, bafia y ewondo.

Han transcurrido muchos lustros desde entonces y necesitamos saber en qué estado se encuentra esta lengua y cuál es su porvenir tanto desde un punto de vista etno-cultural como socio-político, y desde los espacios endoglósico (en la isla de Bioko) y exoglósico (en España).

Palavras-chaves

Multilinguismo. Guiné Equatorial. Língua Bubi.

1.- Interés histórico de la lengua bubi.

Los primeros intentos por estudiar la lengua bubi (con el código A32 en la clasificación de Malcolm Guthrie) tuvieron lugar en el siglo XIX. Primero fue el misionero británico anabaptista John Clarke quien, en los años cuarenta del siglo antes mencionado, recorrió una buena parte del Norte de la entonces isla de Fernando Poo, actual isla de Bioko, parte insular más importante de la hoy Guinea Ecuatorial. Su propósito no fue evangelizar a los Bubis, sino más bien recoger un gran número de datos antropológicos y lingüísticos que después serían utilizados por el misionero alemán William Bleek para su *A Comparative Grammar of South African Languages* (1862-1869), estudio que le permitió utilizar el término reduccionista “banto” para referirse a un gran número de lenguas negrafricanas.

La presencia española efectiva (a partir de 1844) en la isla recibida de Portugal en 1778 frenará cualquier influencia inglesa en ella, muy al margen de que los dos primeros gobernadores nombrados por España fueran un inglés (John Beecroft, entre 1843 y 1854) y un holandés (William Lynslager, entre 1854 y 1858).

En 1890, en pleno apogeo misional, el misionero claretiano español Joaquín Juanola publicará su *Primer Paso a la Lengua Bubi ó sea Ensayo para una Gramática de este Idioma*, un estudio que hoy podemos considerar altamente interesante para todo investigador que quiere conocer los primeros ensayos pre-científicos sobre esta lengua políticamente minorizada.

También en el siglo XX la lengua bubi atraerá a otros misioneros y no misioneros tanto españoles como alemanes. Es el caso de Bienvenido Pereda, con su *Compendio de la Gramática Bubi* (Barcelona, 1920), Isidoro Abad, con sus *Elementos de la Gramática Bubi* (Madrid, 1928), Antonio Aymemí, con sus *Diccionario español-bubi* (Madrid, 1928) y *Diccionario bubi-español* (Madrid, 1928), Günter Tessmann, con su *Die Bubi auf Fernando Po* (Hagen [Alemania], 1923, traducido al español por Erika Reuss Galindo, bajo el título *Los Bubis de Fernando Poo*. Madrid: Sial Ediciones, 2008), Oscar Baumann, con el título *Eine afrikanische Tropen-insel: Fernando Poo un die Bube* (Viena, 1888), traducido al español por Erika Reuss Galindo con el título de *Una isla tropical africana. Fernando Poo y los Bubis* (Madrid: Sial Ediciones, 2012), etc.

El interés de todas estas obras radica en su aspecto lexicográfico ya que todas ellas ofrecen términos léxicos recogidos por cada autor para ilustrar con ejemplos lo que decía desde el punto de vista de la utilización de la lengua por los destinatarios para quienes escribió su obra, como en el caso concreto de los misioneros españoles, quienes buscaban evangelizar a los autóctonos bubis por medio de su propia lengua.

Tal como hemos podido observar, en el primer cuarto del siglo XX se realizó un esfuerzo

considerable por conocer y hacer conocer la lengua bubi de la actual isla de Bioko. Este esfuerzo volvería a manifestarse en el último cuarto del siglo XX, con el interés manifestado por los congresistas del Coloquio Internacional de Lingüística en Viviers (Francia) en 1977, urgiendo la necesidad de estudiar dicha lengua antes de que desaparezca, con objeto de despejar importantes incógnitas aún sin despejar en el dificultoso estudio de las lenguas denominadas bantúes.

En 1986 defendí mi tesis doctoral en la Universidad Complutense de Madrid, cuyo título era *Aspectos lingüísticos y sociolingüísticos del bubi del noreste en relación con el castellano y el francés de los países francófonos del área ecuatorial*. Fue el inicio de una imparable actividad respecto a esta lengua. En la década de los 90 organicé e imparti sendos cursos de lengua bubi y su didáctica en Malabo (Guinea Ecuatorial), gracias a la colaboración de la Agencia Española de Cooperación Internacional/Centro Cultural Hispano-Guineano.

El cuadro que ofrecemos a continuación pretende ser una muestra de todo lo que acabamos de decir:

ÚLTIMO CUARTO DEL SIGLO XIX

Óscar Baumann: *Una isla tropical africana. Fernando Poo y los Bubis*, 1888.

Joaquín Juanola: *Primer Paso a la Lengua Bubi ó sea Ensayo para una Gramática de este Idioma*, 1890.

W. Barleycorn & W. Luddington: *Bubi na English Primer*, 1875.

PRIMER CUARTO DEL SIGLO XX (década de los años 20)

Bienvenido Pereda: *Compendio de la Gramática Bubi*, 1920.

Isidoro Abad: *Elementos de la Gramática Bubi*, 1928.

Antonio Aymemí: *Diccionario español-bubi y Diccionario bubi-español*, 1928.

ÚLTIMO CUARTO DEL SIGLO XX

Justo Bolekia Boleka: *Aspectos lingüísticos y sociolingüísticos del bubi del noreste en relación con el castellano y el francés de los países francófonos del área ecuatorial*, 1988.

Justo Bolekia Boleka: *Curso de Lengua Bubi*, 1991.

Justo Bolekia Boleka: *Breve diccionario bubi-castellano y castellano-bubi*, 1997.

Justo Bolekia Boleka: *Aprender el bubi. Método para principiantes*, 1999.

Baudouin Janssenns: *Doubles réflexes consonantiques: quatre études sur le bantou de zone A (bubi, nen, bafia, ewondo)*, 1993.

PRIMER CUARTO DEL SIGLO XXI

Justo Bolekia Boleka: *Lingüística bantú a través del bubi*, 2008.

Justo Bolekia Boleka: *Diccionario bilingüe bubi-español*, 2009.

Sin embargo, toda esta investigación choca contra la falta de un proyecto político gubernamental en Guinea Ecuatorial con el que promover la enseñanza y el aprendizaje de las lenguas autóctonas en el país. La organización del Primer Simposio Lingüístico de Guinea Ecuatorial en Malabo (del 10 al 13 de diciembre de 2001) por parte del Consejo de Investigaciones Científicas y Tecnológicas (Instituto de Lingüística), o la aprobación del Plan de Acción Nacional

de la Educación para Todos (2004), no han tenido ninguna incidencia en la enseñanza y aprendizaje de las lenguas autóctonas de Guinea Ecuatorial, ni han servido para sensibilizar a los responsables políticos a la hora de promover sus denominadas "lenguas nacionales" según la Constitución vigente en el país.

La lengua bubi ha sido descrita ampliamente. Seguro que quedan cosas por hacer, desde luego, porque la ciencia es inagotable y el dinamismo de toda lengua viva impone transformaciones en la lengua. La normalización prescriptiva de la lengua bubi depende ya de su enseñanza y aprendizaje en el contexto educativo, con la implicación de todos, claro está.

2.- El estado actual de la lengua bubi.

Tenemos un interés especial en dar a conocer (y hacer saber) al mundo científico africano y no africano, que la lengua bubi, como otras miles de lenguas africanas, está en grave peligro de desaparición. La transmisión intergeneracional ya no está garantizada, porque las generaciones bubis adultas ya no disponen de los instrumentos adecuados para incitar, inducir u obligar a las jóvenes generaciones bubis a aprender su lengua comunitaria. En otras palabras, la generación adulta bubi ya no controla el proceso iniciático de la enculturación lingüística de sus jóvenes.

Ante esta claudicación de la generación adulta bubi, cuyas estructuras socio-políticas han sido desarticuladas, desempoderadas y sustituidas por instituciones centralistas y lingüísticamente homogeneizantes, el único medio que queda para frenar esta desaparición es la escuela, a pesar de ser neocolonial, neocolonizante y alienante (individuos con nuevas identidades y desvinculados de sus realidades etno-culturales). Alienante o neocolonizante, la escuela es, hoy por hoy, el único espacio que nos queda para garantizar la supervivencia de la lengua bubi. Pero es necesario ser una escuela bubenizada (nacionalizada) y esta transformación debe contar con el concurso de los poderes públicos, ya que en el país existen cuatro lenguas empoderadas que ponen en peligro a la lengua bubi. Me refiero a las tres lenguas oficiales (el español, el francés y el portugués) y a la socialmente influyente lengua de comunicación y relación (el *pidgin-english* o *pichinglis*, o *pichi*). Lamentablemente, a pesar de reconocer oficialmente esta lengua, según podemos observar en el cuadro primero, el interés del Estado guineoecuatoriano por proteger, promover y garantizar el conocimiento y uso de sus lenguas nacionales es nulo:

14.- Constitución de GUINEA ECUATORIAL (adoptada el 05 de mayo de 1995)

Artículo 4

La lengua oficial de Guinea Ecuatorial es el español. Se reconocen las lenguas aborígenes como integrantes de la cultura nacional.

Fuente: <http://doc-iep.univ-lyon2.fr/Ressources/Liens/sliens.html?th=15> (Consultada el miércoles 7 de mayo de 2008)

Como vemos, el panorama (o futuro) de la lengua bubi es desolador. Interrumpida su canal de transmisión intergeneracional, despreciada y desempoderada ante sus hablantes nativos, agredida por las cuatro lenguas tan empoderadas que acabamos de mencionar, etc., o casi fagocitada numéricamente y demográficamente en su territorio por la lengua fang, le queda solamente una salida, y ésta es la escuela, con el apoyo gubernamental, o cualquier institución educativa. En caso contrario, desaparecerá y el gobierno será el último responsable. Y estoy

seguro de que en el observatorio de las lenguas en peligro de desaparición que tiene la Unesco, se está al corriente de esta situación. Esto en cuanto a la lengua bubi en la isla de Bioko.

Existe también otro espacio, exoglótico y no normativo, de la lengua bubi (en España), donde se cuenta con una nutrida colonia de bubis, y donde ocasionalmente se realizan intentos por transmitir dicha lengua a las generaciones jóvenes que nacen en la diáspora. Es el caso de la Asociación de Mujeres Guineanas E'Waiso Ipola, que organizó dos seminarios de lengua bubi en Barcelona (en 2010 y 2011) para sensibilizar a los adultos bubihablantes de manera que eviten, primero, la desaparición y muerte de su lengua, elemento o soporte identitario básico, y segundo, llegar a crear un verdadero centro de enseñanza de dicha lengua.

A este ímparo esfuerzo por frenar la desaparición de la lengua bubi debemos sumar la producción discográfica de los músicos bubis "des-territorializados" (como Lucía Góbena Isaké [Sita Richi], Pilar Cote Echuaka [Muana Sinepi], David Owono Bolekia [David Bass], Martín Apo Botupa [Chery Malé], Tomás May Pelico [Mastho Ribocho], etc.) Todos ellos cantan en bubi. Esto significa que la lengua, ya descrita y normalizada ampliamente, dispone de medios materiales para su enseñanza y aprendizaje. Pero cantar no basta para un público atrapado en la dictadura de las letras. En este sentido, debemos destacar el esfuerzo del músico Mastho Ribocho por ofrecer la letra de sus canciones en lengua bubi.

3.- Lealtad y cohesión desde la lengua.

La lengua bubi, como toda lengua africana, transmite el saber de una comunidad, así como su saber-ser, su saber-hacer y su saber-parecer o aparentar, según la situación comunicativa en la que se encuentran los interlocutores. El primero (saber) está en relación directa con la descripción hecha por los expertos o especialistas en lenguas africanas, o con la misma sociedad bubi cuya población ha sabido conservar su patrimonio lingüístico-cultural. Para los lingüistas, la lengua a transmitir a las jóvenes generaciones habrá de ser descrita de manera exhaustiva para que se llegue a su verdadero conocimiento y funcionamiento, el uso que sus hablantes hacen de ella en sus diferentes situaciones comunicativas. Todos los trabajos que se recogen en el primer cuadro indican que esta parte de la descripción de la lengua bubi está prácticamente terminada.

El segundo (saber-ser) se refiere a la unión entre lengua-comunidad-cultura-territorio, o lo que significa "ser bubi" desde la lengua bubi, desde la comunidad bubi (conocimiento de su clan, su linaje, etc.), desde la cultura bubi, desde el territorio bubi (poblado, isla). En resumidas palabras, el ser bubi como ser inseparable de su ecosistema.

El tercero (saber-hacer) se centra en la acción tanto lingüístico-comunicativa como de otra índole, pero siempre dentro de la comunidad bubi.

La comunión de estas dos etapas del saber-ser y saber-hacer justifica la etnicidad o bubenidad endoglótica de la lengua bubi. Esta bubenidad avala la configuración etnocultural y endonormativa del contexto bubi, inconscientemente aceptado por todos los miembros de esta comunidad o nación. Se trata de una configuración identificada con la posesión y uso de una misma lengua, la convicción de practicar los mismos ritos, la certeza de tener un mismo antepasado u origen común y la evidencia irrefutable de tener una tierra perfectamente delimitada. En este sentido, la etnicidad (identificación con, sentirse parte de, un grupo étnico y exclusión de otros grupos debido a esta afiliación) o bubenidad endoglótica, será la combinación de todos los elementos que he inventariado más abajo, y en ellos se apoyará la etnicidad que define cada uno de los bubis en su singularidad. Entre dichos elementos identificativos que se convierten en el fondo cultural común del ecosistema lingüístico bubi, encontramos los siguientes:

- El sistema de parentesco: matrilineal (consanguíneo) o karítyóbbo (linaje materno). Este sistema determina los modelos de sucesión y transmisión de herencias. Se trata de un sistema que se explicita en términos como *öbèríi* (madre), *ntá* o *böiè* (padre), *böiòppé* (hermano de la madre o del padre), *wetta* (hermana), *böbèlle* (hermano), *bobbé* (nieto), *bobuella* (biznieto), etc., o simplemente en el uso genérico, pero definitorio, de *bötyö* a *rihuèe* (persona de la familia).
- Los grados sociales o *batappa*, de la línea paterna, con sus tres niveles: *a baekka* (los que están en la cima y representan la cabeza visible, es decir, los poderdantes), *a ban-nanna* (son los poderhabientes y representan el tronco) y *apáalo* (son los poderdados y representan las extremidades).
- La organización y gestión del espacio del hábitat (*ö bëssé*: la aldea), de la producción (*öbáám*: la finca, el huerto, *ëëloáollo*: el mar, *ö hittá*: la cacería, etc.) y del tiempo (*bökó*: día, *bötyío*: noche, *ellò*: día/jornada/fecha, *buéá*: mes, *lòa*: año, *ebari*: la mañana, *atòo*: tarde, *mpári*: ayer, *lèllò*: hoy, *öbari*: mañana, etc.).
- El ámbito de los personajes mitológicos: con protagonistas como *Moabbabioko* o *Tákii-tyé* (quien gobierna los países), *Laha* (dios de la música), *Eösó* (defensor de la isla), *Riobatta* (dios de los truenos), etc.
- La institución consistorial, representada por el espacio propio moderno del *ë tyóbbo ériia* (la casa del pueblo), y por el espacio tradicional del *wetya* (cabaña), el *tyóbbo* (casa), del *böappú* o *bösilla* (cueva o gruta), etc.
- La jefatura tradicional político-ejecutiva en sus cuatro niveles. En primer lugar, la nación bubi, con su *Böhítáari* (rey) en la cúspide. En segundo lugar, la comunidad del poblado, representada por el *Bötükku* (o jefe del pueblo). En tercer lugar, la familia extensa u horizontal, representada por la matriarca (o *mméböötte*). En cuarto y último lugar, la familia nuclear, centrada en el poder del padre, del hermano de éste o, sobre todo, del hermano de la madre.
- Las manifestaciones culturales centradas en los bailes del *Katyá*, en el *Bölébó*, en el *Sihíri*, en el *Kattó*, en el *Röómo*, etc., o en las canciones y/o romanzas que encontramos en nuestras obras orales, etc.
- Nuestra religiosidad en sus niveles 1. "sobrenatural": *Ruppé* o *Potto* (Dios), *Bisila* o *Úríi* (diosa-madre); 2. "vaso-comunicante" o de intermediación entre lo sobrenatural y lo humano: *Mörímò* o *Böyòllatyuí* (enlace entre los vivos y los muertos, conocedor, sanador); y 3. "natural o humano": *Abba Möote* (sumo sacerdote), *Eëbbí* (maestro de ceremonia), *Tyiántyo* (hechicero) y *batyö* (personas).
- El sistema de comunicación de nuestra etnia en sus dos modalidades: lengua bubi corriente *ëtyö*, *ëbóbéé* y lengua bubi encriptada: *ëëribbò* (lengua de los no humanos).
- Los topónimos y antropónimos: Basakato (Beta, Bonay, Bokesa, Bueriberi, etc.), Moka (Moabá, Tobileri, etc.), Basupú (Siobo, Bolopo, Ebuera, etc.), etc.
- Las lenguas de relación intra-étnica impuestas que están acabando con la propia lengua (o que utiliza con otras etnias o pueblos/variables independientes): *español*, *pidgin-english*, etc.
- Los instrumentos agrícolas: *lopáa* (arco para trepar a la palmera), *siëtté* (azada), *isaké* (machete), etc.

- Los ritos funerarios: preparación del cadáver (*elëppé*), búsqueda del difunto (en el bosque y en el mar), entierro (*bötyilèri*), transmisión de la fuerza del muerto al primogénito y familiares, etc.
- Los instrumentos musicales: *elëbó* (campana de madera), *sityapëlë* (flauta), etc.
- Los instrumentos de comunicación o transmisión de información: *bötuttú* (cuernófono), *sikakká* (una especie de silbato), etc.
- La oralidad o literatura oral, representada por el *siatta* (cuento), el *nëppí* (músico y cantante), el *bösasiatta* (narrador, recitante), etc.
- En el ámbito de las profesiones tenemos aquellas que son socialmente reconocidas y valoradas, como el *böebba* (vinatero, viñador), el *öbéká* (cazador), el *böobbe* (pescador), el *bönëppí* (músico o cantante), etc., o aquellas que la sociedad no concede ningún reconocimiento, como el *tyiántyo* (hechicero), el *húbbé* (ladrón), etc.
- En la gastronomía bubi, rica y variada, tenemos: *böka'ó* (plato de verdura), *bihem* (manga bubi o *dioscorea dumetorum*), *baa'u* (vino de palma), *biítá* (aceite de palma), etc.
- La arquitectura religiosa: *ròhiáa* (cabaña sagrada u oratorio), *bösilla* o *böappú* (cueva o gruta), etc., o no religiosa (é *tyóbbo*).
- Los ritos sagrados: *o sobaela* (libar, libación), *o úpëlla ö böhullá* (bendecir), *opuálla* (llevar al niño por primera vez a la finca), *ö löbëttò* (reconciliación), *ö bötötööí* (fecundación), *ö bökötököttó* (el gran ruido o estruendo para expulsar a los malos espíritus de un poblado), etc.
- Los objetos ornamentales del cuerpo: *tyíbbo* o *lökkó* (sartas de conchas marinas), *tolla* o *ndola* (*urophyllum Rubens*), *keppè* (escarificaciones), etc.
- La distribución sociológica en clanes (*batappa*: *baekka*, *bannanna*, *apáalo*) y linajes (*kariyóbbo*: *balösöbbé*, *apëéra*, *batyaaya*, *baatuppo*, *bala'ösó*, etc.) dentro de un sistema matriarcal todavía vigente en los círculos amplios de la familia horizontal.
- Etc.

Cuando todo esto se debilita o desaparece, cuando deja de transmitirse a las generaciones de relevo, el término “bubi” pierde todo su contenido (parte de ese contenido aparece recogido en el cuadro segundo) y desaparece la cohesión del grupo, se abandona incluso el espacio normativo de la comunidad:

Lengua: **ëtyö** (ébóbéé)

Territorio: **etúllá** (isla de Bioko)

Clases sociales: **batappa** (clan), **karityóbbo** (linaje), **körí** (ricos), **töbólló** (pobres)

Organización política: **böhítáari** (rey), **bötükku** (gobernador, jefe), etc. Lema: **ë ndyé é ndé, è bisèri bi tyí bilé** (un solo país, diferentes formas de actuar)

Cultura: **è bilabba biáó** (nuestras tradiciones)

Conciencia y lealtad étnica: **nyé möndyö** (soy bubi), **tuè ammaa tuë belé** (todos somos uno), **tö tyí bíkkë tuë è sölalle** (trabajamos por nuestra unión)

Creencias: **è Ruppé** (Dios), **è Bisila** (Diosa Bisila), ... **ö böyòlla tyuíí** (ö bohiámmò: individuo poseído y capaz de conectar el más acá con el más allá), mmò e o öró

Economía comunal: ö le péi, no péi

Describir la lengua bubi es tener acceso no solamente a sus normas para su correcto uso. Es también tener acceso a toda la sabiduría que transmite. Enseñar la lengua bubi no solamente significa conocer y aplicar diferentes métodos de enseñanza de lenguas modernas. También significa tener acceso a medios e instrumentos adecuados (libros, soportes informáticos, obras orales, etc.), conocer al alumno en su evolución psicológica, sus necesidades, su contexto, etc., así como el contexto socio-político en el que se desarrollará la actividad educativa. En este último sentido, la existencia de un programa gubernamental sobre la enseñanza de las lenguas nacionales “reconociendo” la necesidad y “oficialidad territorial¹” de cada lengua facilitaría mucho las cosas.

Todo lo que acabamos de decir puede resumirse en cinco puntos, a saber:

1. Conocer la lengua bubi: descripción exhaustiva, funcionamiento, estatus en el conjunto de las lenguas del país (Guinea Ecuatorial).
2. Producir materiales para su conocimiento y aprendizaje.
3. Transmitir la lengua utilizando diferentes métodos de enseñanza. Quien aprende la lengua debe saber para qué la aprende.
4. Empoderar la lengua (su uso mediático, laboral, jurídico, religioso, etc.).
5. Socializarse a través de la lengua, dentro del equilibrio que debe caracterizar toda convivencia democrática consociativa, que no es más que el respeto al otro, y mediante la promoción de la tolerancia comunicativa, sin prejuicios debilitantes.

4.- La lengua bubi y los no-bubihablantes.

Siempre que hablamos de la lengua bubi, tratamos de convencernos o alguien nos quiere convencer de que esta lengua es menos importante que la lengua excolonial y oficial en Guinea Ecuatorial desde hace más de cuarenta y cuatro años. Es este desprecio el que nos hace pensar en nuestra lengua de una manera diferente desde nuestra condición de miembro de un grupo lingüístico dominante, una actitud que nos condiciona y nos hace pensar en nuestra lengua como:

¹ Eso significa que cada lengua sería oficial en su territorio o demarcación y podría enseñarse en las escuelas, sin perjuicio de que se hiciera en otra demarcación, siempre y cuando existieran alumnos para ello.

- **Minorada**, del latín minorare (hacer más pequeño, disminuir). Este término es sinónimo minorizada. El significado histórico de las dos palabras es el de “disminuir el valor o la importancia de algo”. La otra palabra que se usa con frecuencia (minoritaria) se toma a veces como sinónimo de las dos palabras que acabamos de ver. Minoritario se refiere a la lengua que tiene el número más pequeño (de un grupo o conjunto), o pertenece a una población minoritaria.
- **Nacional** (Nación sin Estado). La lengua nacional suele ser una lengua con un mayor número hablantes que el idioma oficial.
- **Dependiente**, ya que se basa en el sistema de la lengua colonial para ser utilizada y difundida según las reglas del código escrito y de las normas de difusión de la lengua colonizadora.
- **Étnica**, ya que es portadora de la cultura de sus propietarios en un sentido amplio.
- **Dominada** o débil en un contexto definido por la política, la economía, el ejército, los medios de comunicación, etc., áreas en las que se apoya la lengua minoritaria oficial.
- **No-oficial** en ningún espacio controlado por el Estado guineoecuatoriano.
- **Popular**, porque pertenece al pueblo y es suficientemente todavía conocida.
- **Marginada** hoy día desde un punto de vista político y social (por las élites y los soñadores de una mejor condición socioeconómica).
- **En peligro de desaparición** por el hecho de que gran parte de la lengua, según los expertos de la Unesco, es abandonada por sus hablantes.
- **Oral**, por la ausencia de la escritura en la tradición; esto no impide ni la transmisión garantizada de los mensajes ni su almacenamiento.
- **Materna**, por el hecho de que sea la madre la que está en contacto con su hijo, siendo protagonista de su enculturación lingüística.
- **De clase** (con infijos [prefijos para todas las lenguas bantúes, y sufijos para las no-bantúes], etc.).
- **Relacionada con la familia** a lo largo de la enculturación debilitada (como enseñar a los jóvenes a aprender a ser miembros del grupo y no romper con los adultos).
- **Primera**, es decir, aprendida en primer lugar, en un contexto caracterizado por la diversidad lingüística, con un ignorado bilingüismo o multilingüismo.
- **No reconocida ni valorada** ni por las instituciones políticas modernas ni por las tradicionales; ni siquiera por nosotros mismos.

Es urgente que el gobierno de Guinea Ecuatorial elabore y ejecute un programa para la promoción, enseñanza y aprendizaje de las lenguas nacionales en el país, elementos fundamentales que darían contenido a la guineoecuatorianidad. La enseñanza y aprendizaje del bubi debe ser en todos los niveles escolares del espacio bubi.

Es también urgente promover el uso de esta lengua en todos los niveles y contextos (administración, hospitales, publicidad, iglesia, medios de comunicación, etc.), y oficializar dicha lengua en su espacio vernacular, sin enarbolar el fallecido fantasma de la separación que tanto

asusta y preocupa a los gobernantes.

Si se cumplieran y aplicaran las normas o leyes que aprueban los gobiernos tanto en sus Estados como en la misma Unión Africana, estoy convencido de que muchas lenguas africanas vivirían. Si nuestros gobernantes supieran que la muerte de una lengua significa la muerte y desaparición de todo un ecosistema, o si recibiesen menos estímulos de sus especiales sistemas límbicos, quizá promoverían la aplicación de las leyes que ellos mismos aprueban, sancionan o ratifican, como el Plan de Acción Lingüística para África (1986), la Declaración de Asmara sobre las Lenguas y Literaturas Africanas (2000), la Carta por el Renacimiento Cultural de África (2006), etc.

En el caso concreto de la lengua bubi, quiero decir que no todo está perdido, siempre y cuándo el Estado guineoecuatoriano deje hacer y no persiga a quienes se han dado cuenta del peligro que corre su lengua, o ellos mismos. En este sentido, quiero terminar diciendo que en la Casa de Cultura de Rebola (isla de Bioko) se inició un taller de monitores de lengua bubi el 16 de febrero de 2013. En él participarán gente de toda la isla y con 19 horas de clase. El objetivo es formar a algunos profesores para que empiecen a enseñar la lengua bubi en algunas escuelas de la villa. Es la primera experiencia-piloto de este tipo que se realiza en la isla de Bioko. Pero previamente, la Casa de Cultura de Rebola ha organizado encuentros y ha realizado actividades para levantar la autoestima de los bubihablantes a nivel socio-lingüístico. La prueba es uno de los calendarios que todos los años edita y en el que aparecen los meses y los días de la semana en lengua bubi, amén de las onomásticas y fiestas destacadas.

5.- Bibliografía

- ABAD, Isidoro. 1928. *Elementos de la gramática bubi*, Madrid: Editorial del Corazón de María, 3^a ed.
- AYAMEMÍ, Antonio. 1928. *Diccionario bubi-español*, Madrid: Editorial del Corazón de María.
- AYAMEMÍ, Antonio. 1928. *Diccionario español-bubi*, Madrid: Editorial del Corazón de María.
- BARLEYCORN, W. & LUDDINGTON, W. 1875. *Bubi na English primer*, George's Bay district (Fernando Po): Printed by W.B.L., Primitive Methodist Misión House.
- BLEEK, W. A. 1862. *A Comparative Grammar of the South African Languages*, London, Cape Town: Trübner & Co.-J.C. Juta.
- BITJAA KODY, Zachée Denis. 2004. "Pour une mesure de la viabilité des petites langues" en *Penser la Francophonie-Concepts, actions et outils linguistiques. Actes des premières journées scientifiques communes des réseaux de chercheurs concernant la langue*. Ouagadougou (Burkina Faso): AUF/EAC, Pages 45-58.
- BOKOKO, Edgard B. 2003. "Enseignement des langues nationales au Gabon: bilan et perspectives". *Penser la Francophonie. Concepts, actions et outils linguistiques*. <http://www.bibliothèque.refer.org/livre244/124423.pdf>
- BOLEKIA BOLEKÁ Justo. 1994. *Antropónimia bubi*, Malabo: Centro Cultural Hispano-Guineano.
- BOLEKIA BOLEKÁ Justo. 1999. *Aprender el bubi*. Método para principiantes, Madrid: Sial Ediciones. Colección Casa de África.
- BOLEKIA BOLEKÁ Justo. 1991. *Curso de Lengua Bubi*, Malabo: Centro Cultural Hispano-Guineano.
- BOLEKIA BOLEKÁ Justo. 1997. *Breve Diccionario Bubi-Castellano y Castellano-Bubi*, Madrid: Gram Ediciones.
- BOLEKIA BOLEKÁ Justo. 1987. "El aumento o actualizador definido en lengua bubi" en *Muntu, revue scientifique et culturelle du Ciciba*, Libreville (Gabon): Centre International des Civilisations Bantu.
- BOLEKIA BOLEKÁ Justo. 2001. *Lenguas y Poder en África*, Madrid: Editorial Mundo Negro.
- BOUQUIAUX, L. (éd.), GUARISMA, G. (éd.) et MANESSY, G. (éd.). 1980. *Problèmes de comparatisme et de dialectologie dans les langues africaines*, Paris: Société d'Études Linguistiques et Anthropologiques de France.
- BOUQUIAUX, L. et THOMAS, J. 1976. *Enquête et description des langues à tradition orale*. Tome 1. L'enquête de terrain et l'analyse grammaticale, Paris: SELAF.
- BRYAN, M. A. 1959. *The bantu languages of Africa*, London, etc.: Oxford University Press.
- BURSSENS, Amaat. 1972. *La notation des langues négro-africaines. Signes typographiques à*

utiliser, Bruxelles: Académie Royale des Sciences d'Outre-Mer.

CLARKE, John. 1848 [Reprinted 1971]. *Introduction to the fernandian tongue*, Freeport, New York: Books for libraries press.

CREISSELS, Denis. 1991. *Description des langues négro-africaines et théorie syntaxique*, Grenoble: ELLUG/Université Stendhal.

CRYSTAL, David. 2001. *La muerte de las lenguas*, Madrid: Cambridge University Press. Traducción española de Pedro Tena.

DAFF, Moussa. 2004. «Stratégies et aménagement didactiques des langues partenaires pour le développement durable en Afrique» en *Penser la Francophonie-Concepts, actions et outils linguistiques. Actes des premières journées scientifiques communes des réseaux de chercheurs concernant la langue*. Ouagadougou (Burkina Faso): AUF/EAC. Pages 31-43.

DALBY, David. 1986. *Africa and the written word*, Lagos/Paris: Centre Culturel Français. (Especialmente en "New letters in Africa", págs. 24-25).

DE BLOIS, K. F. 1970. "The augment in the Bantu languages" en *Africana Linguistica* nº 68, Vol. IV, Tervuren (Belgium), Musée Royal de l'Afrique Centrale, págs. 85-165.

DE GRANDA G., Germán 1985. *Estudios de lingüística afro-románica*, Valladolid: Secretariado de Publicaciones de la Universidad de Valladolid.

GUTHRIE, Malcolm. 1953. *The Bantu Languages of Western Equatorial Africa*, London: Oxford University Press. Especialmente en A30: BUBE-BENGA GROUP, págs. 24-27.

GUTHRIE, Malcolm. 1948. *The Classification of the Bantu Languages*, London/New York/Toronto: International African Institute/Oxford University Press.

HAGÈGE, Claude. 2000. *No a la muerte de las lenguas*, Barcelona, etc.: Paidós. Traducción de Antonio Bueno García.

HYMAN, Larry M. et VOORHOEVE, Jan (éditeurs). 1980. *L'expansion bantoue. Actes du Colloque International du CNRS*, Viviers (France). 4-6 avril 1977. Paris: SELAF.

JANSSENS, Baudouin. 1993. *Doubles réflexes consonantiques: quatre études sur le bantou de zone A (bubi, nen, bafia, ewondo)*. Bruxelles: Université Libre de Bruxelles.

JUANOLA, Joaquín. 1890. *Primer paso a la lengua bubi ó sea gramática de este idioma*, Madrid: Imprenta de A. Pérez Dubrull.

JUNYENT, Carme. 1993. *Las lenguas del mundo. Una introducción*. Barcelona: Ediciones Octaedro, S. L.

LE PALUD, Catherine. 2008. Des milliers de langues en voie d'extinction (<http://www.afrology.com/soc/afrolang.html>). Consulté mercredi 30 avril 2008.

NGALASSO, Mwatha Musanji. «Les langues dans les systèmes éducatifs en Afrique» en *Notre Librairie. Revue des littératures du Sud. N° 157. Littérature et développement*. Janvier-mars. Voir: <http://www.culturesfrance.com/librairie/derniers/pdf/nl157.pdf> (consulté lundi 28 avril

2008).

OBENGA, Th.. 1985. *Les Bantu: langues, peuples, civilisations*, Paris: Présence Africaine.

OBOTELA RASHIDI, Noël. 2005. «Les langues indigènes dans le processus de développement en Afrique: défis, opportunités et alternatives» en *Revue Africaine des Médias*. Vol. 13, nº 2, pp. 16-35. Dakar: Codesria.

PEREDA, Bienvenido. 1920. *Compendio de gramática bubi*, Barcelona: Imprenta Lucet.

SUNDIATA, Ibrahim K. 1994. "State formation and tride. The rise and fall of the Bubi polity, c. 1840-1910" en IJAHS nº 27/3, págs. 505-523.

UNESCO. *Language Vitality and Endangerment: By Way of Introduction*, Paris: UNESCO Ad Hoc Expert Group on Endangered Languages, 2003.

UNESCO. *Langues africaines. Documents de la réunion d'experts sur la transcription et l'harmonisation des langues africaines*, Niamey (Níger), 17-21 juillet (www.bisharat.net/Documents/Niamey78annex.htm), 1978.

VIC-WEBB and KEMBO-SURE. 2000. *African Voices. An introduction to the languages and linguistics of Africa*, Oxford: Oxford University Press.

WESTERMANN and WARD. 1949. *Practical phonetics for students of African languages*, Oxford: O.U.P.

WESTERMANN, B. & BRYAN, M. A. 1952. *Languages of West Africa (Part II)*, London, etc., Oxford University Press.

YAKPO, Kofi. 2011. "Lenguas de Guinea Ecuatorial: de la documentación a la implementación" en *Oráfrica*, revista de oralidad africana nº 7, págs.. 11-26.



Os primeiros passos do português no mais novo país lusófono da CPLP.

Emmanuel R. Laureano

Sobre o autor

Emmanuel R. Laureano
Professor de Português na Presidência da Guiné Equatorial
Contato: emmanuel.net@gmail.com

Resumo

O primeiro contato da ilha de Bioko, na Guiné Equatorial, com a língua portuguesa, se deu em 1472, com a passagem do navegador português Fernando Poo, em rota para a Índia. Após 236 anos da transição para o domínio espanhol, o país, independente desde 1964, reata os laços com a lusofonia em 2014, quando passa a integrar a Comunidade de Países de Língua Portuguesa – CPLP.

Desde 2010, ano em que o português foi alçado a língua oficial do país, diversas iniciativas de divulgação do idioma foram realizadas tanto na parte insular como na continental, visando à difusão e ao ensino incipiente do português. Estas ações foram realizadas por meio de um esforço conjunto do Governo da Guiné Equatorial, da Embaixada do Brasil e da iniciativa privada. Várias destas iniciativas continuam até o dia de hoje.

Palavras-chaves

Palavras-chaves: Guiné Equatorial. Língua portuguesa. CPLP. Iniciativas pioneiras.

1. Cenário

Um fato marcante protagonizado pelo Presidente Obiang Nguema Mbasogo contribuiu definitivamente para o despertar do interesse da população da Guiné Equatorial pela língua portuguesa. Em 15 de Junho de 2010, por ocasião de sua visita oficial a Cabo Verde, o poliglota Chefe de Estado guiné-equatoriano surpreendeu a todos com um discurso em português na cidade de Praia. A surpresa foi grande até mesmo entre seu séquito presente, que desconhecia a versão do discurso em português. As emissoras de rádio e TV da Guiné Equatorial transmitiram a notícia do discurso de S. Excelência em todo o país, e naquele momento a curiosidade da população pelo português estava sendo lançada de maneira definitiva.

A Guiné Equatorial foi por muito tempo um país pouco mencionado ou mesmo desconhecido da população lusófona mundial, até o momento em que, em 2006, solicitou a sua inclusão na Comunidade de Países de Língua Portuguesa como membro observador.

A Guiné Equatorial é um país cujas origens foram marcadas pelas expansões portuguesas sob o comando de Fernando Poo em suas incursões pelo Golfo da Guiné, tendo estabelecido presença principalmente nas ilhas de Corisco e Bioko, em que esta ultima fora cedida pelos portugueses aos espanhóis em troca da Ilha de Santa Catarina no Brasil, dentre outros territórios.

De colônia dos impérios de Portugal e Espanha desde o século XV, a Guiné Equatorial reata antigos laços com a lusofonia depois de 236 anos, na X Cimeira da CPLP, em Timor-Leste. O processo de entrada na CPLP levou quase uma década, culminando com o discurso em português do Presidente Obiang Nguema Mbasogo diante de seus homólogos em Dili, quando recebia as boas-vindas como membro de pleno direito.

O português foi declarado idioma oficial em 2011. O país já contava com as representações diplomáticas de Angola, Brasil e Moçambique e de várias empresas lusófonas dos ramos de construção civil, engenharia pesada e estradas, comércio, automóveis, agricultura. Contudo, iniciativas concretas de ensino da língua portuguesa se faziam necessárias. O que se viu na Guiné Equatorial a partir de então foi um primoroso exemplo de trabalho em equipe em que Governos Nacional e Estrangeiros, aliados à Iniciativa Privada, somaram esforços visando a um objetivo comum, que era planejar e executar iniciativas de fomento do ensino de português no país. Toda esta dedicação foi fundamental para enfrentar as principais dificuldades encontradas ao longo do percurso, como a carência de material didático e de professores, escassez de dinheiro para o desenvolvimento de palestras, workshops e material permanente, bem como falta de espaço para as aulas. Além disso, a Embaixada do Brasil em Malabo é a única - dentre os Postos situados em países da CPLP - que ainda não dispõe de Centro Cultural. Torna-se de grande importância poder contar com um centro de expressão lusófona para impulsionar o grande interesse equato-guineense pela lusofonia.

2. Ações pioneiras do ensino de português

A primeira ação do ensino de português teve lugar na Embaixada do Brasil, em Malabo, por iniciativa da Embaixadora Eliana da Costa e Silva Puglia no final de 2011, com a criação de uma classe composta exclusivamente por funcionários locais e estrangeiros da representação brasileira. O professor Emmanuel Laureano veio a ser disponibilizado à Embaixada pela ARG, a empresa brasileira mais atuante na área de serviços de engenharia e projetos na GE. Neste projeto piloto, o grupo de servidores foi dividido em duas turmas, em função de exigências de aprendizado comuns:

- Anglófonos, com funcionários cameruneses e um beninense.
- Francófonos (um camaronês) e hispanofalantes, estes últimos locais.

O curso piloto estava dando certo e indicava o caminho para o próximo passo: o primeiro curso de português na Guiné Equatorial aberto à comunidade. O local escolhido foi o “Espaço Brasil”, que já havia sido criado pela Embaixadora Eliana Puglia para a promoção de atividades culturais da Embaixada Brasileira e que ganhou uma área destinada à sala de aula. Definidos os livros didáticos, cronogramas e as diretrizes do curso, a professora brasileira Shirleide Pereira Deusdará foi contratada por meio do Ministério de Relações Exteriores e o curso foi anunciado na TV e rádio locais.

A resposta da comunidade foi surpreendente e explosiva. Muitos não aguardaram a data indicada para matrícula e se dirigiram à Embaixada para preencher os formulários de inscrição. Trezentos postulantes compareceram para disputar as vagas disponíveis, e o resultado foi a criação de uma lista de espera para acolher as dezenas de excedentes.

Posteriormente, tendo por objetivo facilitar o atendimento da grande procura local pelos cursos, a Embaixada viria a contar com o apoio da companhia portuguesa Zagope, pertencente ao grupo brasileiro Andrade Gutierrez, mediante a contratação do professor de nacionalidade portuguesa Raul Teixeira.

Em Setembro de 2012, a nova unidade do curso de português é aberta e passa a funcionar numa sala do Centro Cultural Ecuatoguineano (CCEG), cedida às turmas do professor Teixeira. Na disputada cerimônia de abertura, a Embaixadora Eliana destacou a importância da língua portuguesa no cenário mundial e os esforços realizados com vistas à entrada da Guiné Equatorial na CPLP. Discursaram também o Vice-Ministro de Cultura e Turismo, Sr. José Mba Obama, e o Sr. Carlos Nze Nsuga, reitor da Universidade Nacional da Guiné Equatorial (UNGE). O Sr. Carlos Nsuga, na condição de formando do curso, proferiu seu discurso em português com muito entusiasmo e orgulho.

O CCEG, entidade vinculada diretamente ao Ministério da Cultura, é um edifício de arquitetura espanhola, que fora renovado para abrigar as mais diversas manifestações artísticas locais e internacionais, e conta com palcos de teatro e shows, sala de cinema, salas de exposição e espaços de aprendizagens diversas, que foram também colocados à disposição da Embaixada para o programa de português.

O curso de português da Chancelaria brasileira atende a diversas demografias, em sua maioria jovens de 15 a 30 anos, universitários e alunos do Bachillerato. Há também grande interesse por parte de membros do governo da Guiné Equatorial, membros de representações diplomáticas e funcionários de empresas multinacionais do Egito, Marrocos, Espanha, França, dentre outros. Em 2012 um plano específico de aulas foi elaborado para um membro do Ministério de Assuntos Exteriores local que fora escolhido pelo programa de Cooperação Internacional do Instituto Rio Branco em Brasília, DF, para uma bolsa de 1 ano. No seu ápice de matriculados, as duas unidades do curso de português contavam com quase 300 alunos.

O crescente interesse da população da Guiné Equatorial acerca do aprendizado da língua portuguesa poderia ser também corroborado pela cerimônia de entrega de certificados de participação aos 199 alunos que concluíram os cursos de português de níveis A1, A2 e B1, realizados pela Embaixada do Brasil ao longo de 2014 e 2015. O concorrido evento, realizado em Dezembro de 2015, contou com a presença do Embaixador Evaldo Freire, que em suas palavras de abertura destacou a importância dos cursos de Português na Guiné Equatorial, principalmente à luz da condição do país já como Estado-Membro da CPLP. Estiveram presentes também a Encarregada de Negócios de Portugal, Sra. Teresa Macedo, e a Embaixadora Cristina

Mangue, encarregada dos assuntos da CPLP no Ministério de Assuntos Exteriores e Cooperação, além de aproximadamente outras 150 pessoas. O evento também incluiu exibição do premiado documentário “Palavra Encantada”, de Helena Solberg, durante o qual vale registrar os entusiasmados aplausos dedicados pelo público - em esmagadora maioria, formandos dos cursos de português – ao final da declamação de trecho da poesia “Os Três Mal-Amados” de João Cabral de Mello Neto pelo cordelista Lirinha.

3. Universidade Nacional da Guiné Equatorial

A Universidad Nacional de Guinea Ecuatorial (UNGE), criada em 1995, foi a próxima instituição a abrir suas portas para o ensino de português. O Campus de Malabo sediou o primeiro Curso de Extensão, cujas vagas foram preenchidas por professores membros do corpo docente e funcionários da Universidade. A cerimônia de formatura dos alunos contou com a presença do Embaixador Raul de Taunay. O curso foi pioneiro num campus de Educação Superior do país, e evidencia a disposição da Universidade Nacional da Guiné Equatorial de estabelecer os primeiros laços de amizade e cooperação com os membros da CPLP, além de se adequar à nova condição do português como língua oficial.

O Campus da cidade de Bata, na porção continental, também recebeu um curso de português. O Curso Intensivo de Introdução ao Português, com 20 vagas, recebeu e acolheu as inscrições de 39 alunos. A disposição em aprender o português era tanta que, foi impossível deixar de atender a todos.

4. O Comité de Apoyo al Niño Ecuatoguineano (CANIGE)

O Comité de Apoyo al Niño Ecuatoguineano (CANIGE) é uma instituição governamental de apoio à criança das camadas mais carentes da população. Foi criado em 1984 pela primeira Dama Constancia Mangue de Obiang, e hoje tem como foco principal a educação fundamental até o 6º. ano, em regime de educação integral e ESBA (Educación Secundaria Básica).

No dia 15 de Outubro de 2014, o CANIGE abriu suas portas para a Multilingual School, com sede na Ilha da Madeira. A cerimônia foi presidida pelo Sr. Jovino Sima Ayeto, diretor adjunto, e contou também com a presença de representantes do Ministério de Educação e Ciências. Em sua apresentação, o Sr. Ayeto assinalou que os alunos do CANIGE passam agora a aprender inglês, francês e português nas turmas de pré-escolar 1º, 2º e nas de 2º, 3º e 4º anos do ESBA.

A proposta educacional da Multilingual Schools inclui três escolas piloto e visa a proporcionar uma educação de qualidade, com modernos instrumentos pedagógicos como tablets, lousa eletrônica e laboratórios. As unidades piloto abrangidas pela Multilingual Schools são:

- CANIGE de Malabo
- Nana Mangue de Bata
- María Mbasogo Ngui de Mongomo

4. Outras Iniciativas

A Embaixadora Eliana Puglia, ciente do bom momento do português na Guiné Equatorial, abriu as portas da Embaixada em Malabo para um grande número de atividades voltadas para os alunos e para a comunidade em geral.

O Cine Clube e o Cine Clubinho se tornaram parte da agenda mensal dos alunos, com comédias, dramas e filmes de aventura que visavam à divulgação do cinema brasileiro, ao mesmo tempo em que se podia extrair dos filmes o seu valor didático para os estudantes de português.

Também de criação da Embaixadora Eliana e de sua equipe de professores, liderados pelo professor Emmanuel, o jornalzinho “O Carioca” traz a cada 3 meses matérias de e para os alunos do curso de português. O informativo tem artigos, jogos e curiosidades com o objetivo de estimular o aluno no desenvolvimento do idioma.

Em de 2012, de 26 a 30 de Novembro, a Embaixada do Brasil, por meio do Itamaraty, patrocinou a vinda do músico Aldo Brasil e equipe, com seu grupo Sucata Songs, que em espanhol ficou conhecido como Chatarra Songs. O músico se apresentou no Centro Cultural Ecuatoquinezano, e ministrou uma oficina musical inédita na cidade de Malabo, em que crianças e adolescentes aprenderam a criar música através de materiais recicláveis.

O dia 7 de Setembro de 2013 não passou em branco. A visita do Navio e Patrulha Oceânica da Marinha Brasileira, o NaPaOc Araguari às praias da Guiné Equatorial, foi mais uma oportunidade para proporcionar aos alunos uma experiência de convivência com a língua portuguesa, em que pequenos grupos de alunos participavam de visitas guiadas pelos oficiais da embarcação, sempre em português.

O português foi também divulgado em eventos internacionais como a III Cúpula América do Sul-Africa em Janeiro de 2013 na Semana da Cultura, tendo como ponto alto a palestra da Embaixadora Eliana Puglia sobre Literatura Brasileira e um workshop especial sobre literatura dos países lusofonos, com exposição de livros.

O estande do português esteve presente pela primeira vez na Feira do Livro da UNGE em 2013 com o tema “Literatura de Cordel” e a participação do Embaixador Raul de Taunay com a palestra “História da Literatura Brasileira”.

Outras atividades como mesas redondas, festa junina, a abertura da Copa do Mundo (ocasião em que a Embaixada recebeu 600 visitantes), são exemplos das várias iniciativas da Embaixada do Brasil na Guiné Equatorial visando à divulgação do português e ao envolvimento dos alunos no processo de aprendizado.

A título de contribuir para estimular o interesse pelos estudos de português, atendendo a sugestão do Embaixador Evaldo Freire, o professor Laureano concluiu recentemente, com base no Plano de Negócios do SEBRAE, módulo pioneiro de “Português de Negócios”, beneficiando igualmente, assim, com verdadeiras lições de empreendedorismo, essa primeira turma de alunos. O Embaixador Evaldo Freire destaca que, “Além das atividades em apreço que vem exercendo na Chancelaria, Laureano também é conhecido como professor de Português do presidente Teodoro Obiang Nguema Mbasogo, com quem continua mantendo aulas diariamente. O presidente equato-guineense é tido como excelente aluno, tem-se caracterizado tanto pela assiduidade, a despeito de sua agenda carregada, como por seu constante interesse na discussão de textos sobre a realidade brasileira.”

Dando continuidade a tais objetivos de fortalecimento da língua portuguesa na Guiné Equatorial, a Embaixada do Brasil igualmente tenciona realizar em 2016 o festival de cinema

brasileiro, bem como celebrar o dia “20 de julho de 2010” pela relevância da data que tornou oficial o idioma português no país.

5. Concurso de Redação

No momento em que algumas turmas atingiram o nível B1 de português, veio a ideia desafiadora do lançamento do I Concurso de Redação em Português. Mais uma vez, com uma resposta explosiva, dezenas de textos chegaram à comissão julgadora.

Os alunos participaram em duas categorias:

- Texto Dissertativo, com o tema “A importância da língua portuguesa na Guiné Equatorial e no mundo”
- Texto/Tema Livre (carta, poema, conto)

Os vencedores receberam medalhas e presentes numa bonita cerimônia da Embaixada do Brasil. Foi gratificante ver a alegria de todos os participantes, particularmente os mais avançados, entusiasmados por estarem se comunicando em português também através da escrita.

6. Livro – Conhecendo Malabo

A Guiné Equatorial conheceu também o primeiro livro em português escrito no país e focado no despertar do interesse pelo português entre adolescentes e jovens já alfabetizados em espanhol. Escrito a quatro mãos pela Embaixadora Eliana Puglia e pelo professor Emmanuel Laureano, o livro conta a estória de um menino brasileiro que visita a cidade de Malabo, na ilha de Bioko, e registra suas descobertas num diário. O prefácio do Presidente Obiang Nguema Mbasogo demonstra mais uma vez seu comprometimento com o reconhecimento e divulgação da língua portuguesa no país.

A primeira aula de apresentação do livro atraiu quase uma centena de alunos, que compareceram ao Espaço Brasil da Embaixada num sábado pela manhã. Após a aula de 3 horas, seguiu-se uma sessão de autógrafos com os autores. A participação e o entusiasmo dos presentes naquela manhã de sábado foram marcantes.

O objetivo de “Conhecendo Malabo” é a sua distribuição gratuita ao público-alvo a fim de fomentar a curiosidade do leitor com a língua portuguesa, uma vez que a mensagem central do texto pode ser compreendida mesmo sem prévio conhecimento do idioma.

6. Ganha a lusofonia, ganha a Guiné Equatorial

Aprender português na Guiné Equatorial se tornou um desejo. E quando o futuro aluno percebe as similaridades da língua, a identificação com os demais países da CPLP, em sua maioria africanos e as relações de amizade e respeito com quem já compartilham, o entusiasmo é ainda maior.

A difusão do português na Guiné Equatorial tem sido o resultado de um trabalho de sucesso da sinergia entre Governo local, representações diplomáticas de membros da CPLP e instituições oficiais, iniciativa privada e muito trabalho, dedicação e amor.

Além do prosseguimento das aulas de português pela Embaixada, o Embaixador Evaldo Freire ressalta que a ampliação das atividades de divulgação da língua portuguesa é uma das prioridades de sua agenda, com destaque para a próxima entrada em vigor do Acordo de Cooperação em Matéria Educacional já firmado pelos dois países. Segundo Freire, “espera-se, com essa medida, impulsionar mais ainda as relações bilaterais do Brasil com a Guiné Equatorial, tendo em conta também a perspectiva da eventual concessão de bolsas de estudo brasileiras a estudantes equato-guineenses no âmbito dos programas educacionais PEC-G e PEC-PG do Ministério da Educação.” O Embaixador Freire adianta que a vigência do mencionado Acordo de Cooperação possibilitará o estabelecimento na Universidade Nacional da Guiné Equatorial de leitorado brasileiro de língua portuguesa, dando continuidade, assim, às conversações ora em curso.

Para vencer a inércia inicial de qualquer empreendimento, principalmente um projeto como o da integração da lusofonia com a Guiné Equatorial, o envolvimento de pessoas unidas pela mesma visão e que estejam aptas a dar o primeiro passo é fundamental. O Embaixador Evaldo Freire enfatiza ainda que “A decisão da entrada da Guiné Ecuatorial na CPLP decorreu expressamente do entusiasmo do presidente Obiang com o sucesso do Brasil, particularmente tendo em conta a temática anticolonialista da política exterior brasileira, a emergência econômica de nosso País, uma ex-colônia sul-americana, tão étnica e culturalmente próxima do continente africano, que serviria ainda de exemplo de desenvolvimento com inclusão social, como frequentemente mencionado na Guiné Equatorial.”

Ganha com isso a CPLP, que se fortalece com a entrada de uma nação que engrossa as fileiras da lusofonia, o que contribui para a expansão deste idioma em franco crescimento. Ganha também a Guiné Equatorial, que, com uma nova língua, abre mais portas para o desenvolvimento e oportunidades, para o crescimento pessoal de sua população e para a diversidade.

Referências Bibliográficas

PUGLIA, Eliana Costa e Silva & Emmanuel LAUREANO. 2012, *Conhecendo Malabo – Meu primeiro livro em português*. Malabo: Imprenta del PDGE.

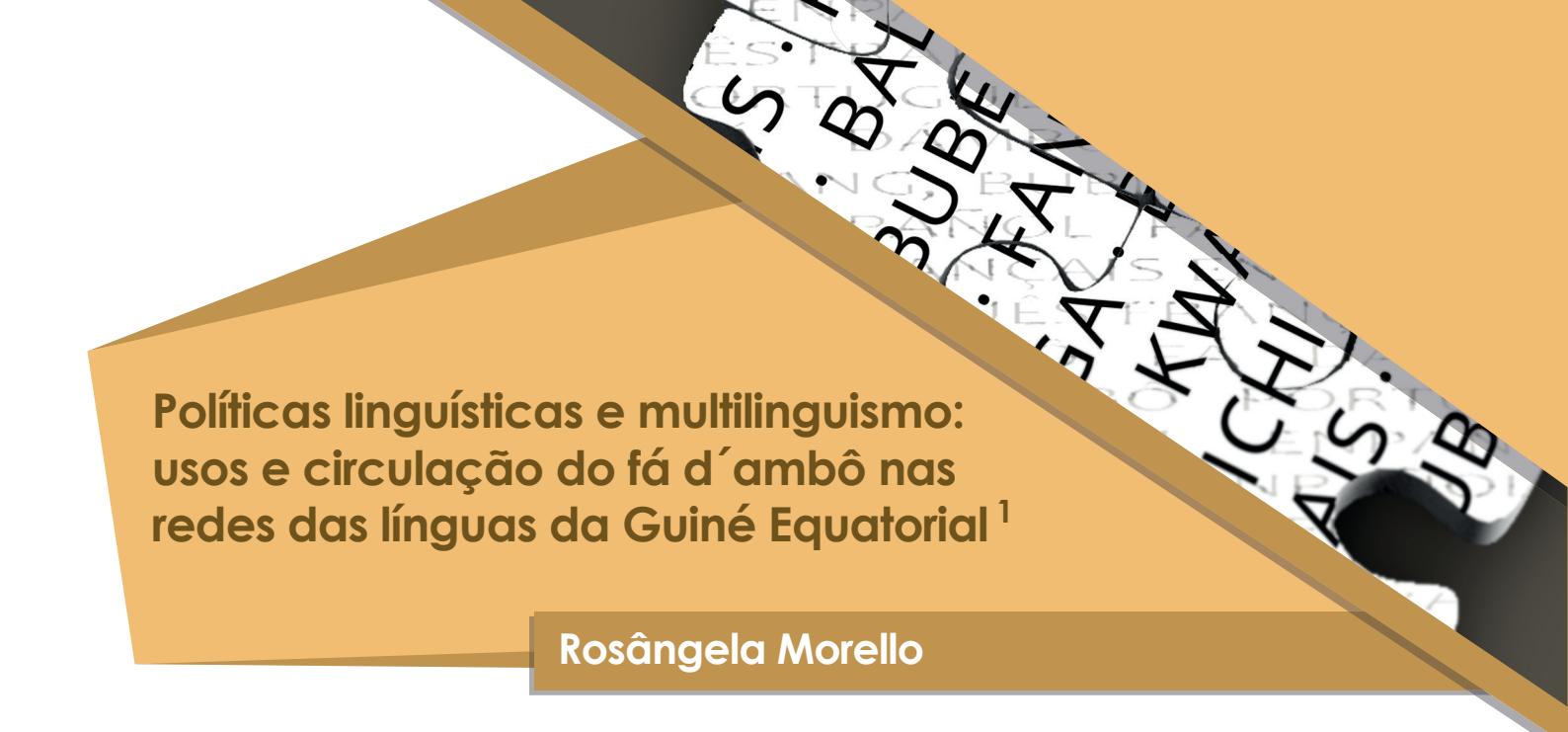
Leis e Decretos

GUINÉ EQUATORIAL. Lei Fundamental da Guiné Equatorial (1991) Art. IV

GUINÉ EQUATORIAL. Lei Fundamental da Guiné Equatorial (2011). Art. IV

GUINÉ EQUATORIAL. Lei Fundamental da Guiné Equatorial (2012). Art. IV

GUINÉ EQUATORIAL. (Presidência de Governo) Decreto-Lei número 1/2010, de 20 de Julho de 2010. Projeto de Lei Constitucional, pelo qual se modifica o Artigo Único da Lei Constitucional número 1/1998, de 23 de Janeiro, pela qual se modifica o Primeiro Parágrafo do Artigo IV da Lei Fundamental da Guiné Equatorial.



Políticas linguísticas e multilinguismo: usos e circulação do fá d'ambô nas redes das línguas da Guiné Equatorial¹

Rosângela Morello

Sobre o autor

Rosângela Morello

IPOL Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística, Brasil
Contato: dandarim@gmail.com; ipol.coordenacao@gmail.com

Resumo

O recente processo de oficialização da língua portuguesa na Guiné Equatorial, em 2011, e o interesse desse país por tornar-se membro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), fato que se concretizou na Cimeira de Dilli, em 2014, suscitaram ações visando a formulação de diretrizes para políticas linguísticas no país voltadas, especialmente, ao português e sua relação com o fá d'ambô. Uma dessas ações foi o diagnóstico sociolinguístico realizado em Malabo e Annobón, Guiné Equatorial, em março de 2012, no âmbito de um protocolo de cooperação técnica assinado entre o Governo da Guiné Equatorial e o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP). Tomando por base os resultados desse diagnóstico, abordaremos aspectos sobre os usos e formas de circulação do fá d'ambô e o perfil linguístico dos grupos investigados. As análises dão prioridade aos aspectos que permitem evidenciar a relação da língua fá d'ambô com a portuguesa e demais línguas do país, propiciando uma visão sobre sua posição no contexto plurilingue do país. Visamos, assim, explicitar elementos que podem contribuir para debate sobre as perspectivas para a gestão política do fá d'ambô e demais línguas equatoguineanas.

Palavras-chaves

Multilinguismo. Política Linguística. Língua Portuguesa. Fá d'ambô. Guiné Equatorial.

¹ Esse texto é um recorte do meu artigo “O fá d’ambô no contexto plurilíngue da Guiné Equatorial: considerações sobre os usos e a circulação da língua” publicado no livro Fá d’ambô: herança da língua portuguesa na Guiné Equatorial. Editora Guarapuva, Florianópolis, 2014.

1. Introdução

A língua fá d'ambô, que se origina e tem sua base sociocultural na Ilha de Annobón², parece estar onde quer que estejam os annoboneses: na Ilha de Annobón, na de Bioko e em Bata, na Guiné Equatorial, mas também nas Ilhas Canárias e outras regiões da Espanha, como Alicante e Barcelona. Se seguíssemos a rota da diáspora dos annoboneses, por certo a encontrariam também em outras paradas, como em Portugal ou França. No entanto, não seguiremos essa trajetória. Permanecendo em Malabo e arredores, e viajando até Annobón³, nos propomos a diagnosticar os usos e circulação da língua fá d'ambô, dando especial atenção o fato de que sua história articula à língua portuguesa e sua presença constitui, junto com todas as demais línguas, a base da sociedade equatoguineana. Para tanto, tomamos por base os resultados do diagnóstico sociolinguístico realizado em Malabo e Annobón, Guiné Equatorial, em março de 2012, no âmbito de um protocolo de cooperação técnica assinado entre o Governo da Guiné Equatorial e o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP).

Iniciando com uma sessão sobre os objetivos do diagnóstico e sua concepção, concentramos a atenção, na sessão dois, nos elementos que marcam o funcionamento da língua e o perfil sociolinguístico de alguns falantes, descrevendo em qual ou quais línguas aprendeu a falar, em quais sabe escrever e ler, quais outras fala e entende e com que proficiência. Faz também parte desse tópico um delineamento da presença dessa língua face às outras nas situações de interação (casa, trabalho, comércio, conversa com amigos, etc.) e de circulação de conhecimentos e saberes nos variados espaços socioculturais e meios comunicacionais. Por fim, discutimos o fato de que, se no correr da história das línguas o fá d'ambô entretece um processo de crioulização da língua portuguesa ou de emergência do que Zamora prefere chamar de modalidade da língua portuguesa, no atual contexto político de promoção das línguas, o fá d'ambô e o português configuram-se como línguas distintas, com distinto histórico no país, demandando, por isso, políticas linguísticas específicas. Por meio de uma abordagem dessa língua que considerou as variadas línguas praticadas no país, torna-se possível uma visão integrada do espaço linguístico no qual todas elas funcionam, fato essencial para a proposição de iniciativas que respeitem todas as línguas e que, bem fundamentadas, favoreçam ainda mais o plurilinguismo que qualifica a sociedade equatoguineana.

2. Diagnóstico sociolinguístico: considerações teóricas e metodológicas

O diagnóstico sociolinguístico constitui uma ação fundamental para a gestão de línguas, consolidando-se como um conjunto de instrumentos e procedimentos que visam a mapear os seus âmbitos de uso e circulação, suas taxas de transmissibilidade e tipos e níveis de proficiência. Podemos dizer que é uma prática contemporânea ligada ao nascimento da política linguística, na década de 1960, quando emergem as primeiras discussões sobre as intervenções políticas na gestão das línguas. Longe de ser um fator externo, as políticas são apontadas, por

2 Para uma história da Ilha de Annobón através da língua fá d'ambô, veja Segorbe, 2014.

3 Concentrando-se em Malabo e arredores, de 10 a 18 de março deste ano, e em Santo Antônio de Paléa, na Ilha de Annobón de 19 a 25 do mesmo mês, a investigação contemplou ações visando a conhecer mais detalhadamente a situação linguística das comunidades annobonenses, incluindo, por um lado, um trabalho descritivo da língua por eles falada (constituição de corpora) e, por outro, os âmbitos de uso e de circulação dessa língua, observando também a taxa de sua transmissão a jovens e crianças (diagnóstico sociolinguístico). A equipe foi composta por pesquisadores designados pelo IILP e pelo governo da Guiné Equatorial. Fiz parte da equipe coordenando, pelo IILP, os trabalhos em campo.

Rosângela Morello

Calvet, como determinantes da forma e função das línguas no mundo. De acordo com o autor:

A intervenção humana na língua ou nas situações linguísticas não é novidade: sempre houve indivíduos tentando legislar, ditar o uso correto ou intervir na forma da língua. De igual modo o poder político sempre privilegiou essa ou aquela língua, escolhendo governar o Estado numa língua ou mesmo impor à maioria a língua de uma minoria (CALVET: 2007, 11).

Neste enquadre político, estudar as línguas significa, primordialmente, estudar as comunidades humanas através da língua, fato que engendra uma outra posição de trabalho no seio da linguística moderna. De acordo com Oliveira, assistiremos a uma "virada políticolinguística" porque

os linguistas passam a trabalhar junto com os falantes das línguas apoiando tecnicamente suas demandas políticas e culturais. Deixam de atuar no campo da "colonização dos saberes" para atuar no que Boaventura Santos chama de "comunidade de saberes" (OLIVEIRA, 2007: 09).

O diagnóstico sociolinguístico, tal como o concebemos e praticamos, se alinha a esse movimento em direção às comunidades de saberes, configurando-se, nos dias de hoje, como um trabalho que, sendo já uma intervenção sobre uma situação dada, é também uma ação imprescindível para o planejamento e a implementação de políticas linguísticas claras e bem sucedidas⁴.

Do ponto de vista metodológico, o diagnóstico se estrutura em questões concebidas e ajustadas aos objetivos da pesquisa, as quais são apresentadas aos falantes através de questionários ou entrevistas individuais. Simultaneamente, observações pontuais *in loco* associadas a registros de variadas situações de interação, ampliam o quadro interpretativo, permitindo compor um panorama sociolinguístico o mais diversificado possível. Para a análise, tão relevantes quanto os resultados aferidos pelas respostas dos falantes são os fatos observados durante o trabalho, incorporados como informações processuais.

Na pesquisa sobre o fá d'ambô, os dados foram coletados sem nenhuma pretensão de abarcarem a totalidade dos falantes da língua sendo, portanto, representativos⁵. As coletas ocorreram em situações e âmbitos de usos da língua com relevante papel institucional e socio-cultural como escola, mídia, rituais, interações cotidianas e instâncias gestoras, na cidade de Malabo e arredores, na Ilha de Bioko, e na cidade de Santo Antônio de Palé, na Ilha de Annobón. De modo específico, 19 (dezenove) entrevistas realizadas com moradores (idosos, jovens e crianças) gestores e autoridades, 258 (duzentos e cinquenta e oito) questionários respondidos por annoboneses que vivem em Malabo e Annobón (moradores, professores e alunos) e inúmeros registros da língua em uso compõem o *corpus* do presente diagnóstico. Um primeiro mapeamento das produções na e sobre a língua (livros, revistas ou cartazes impressos, filmes e músicas, sites ou outro registro em suporte digital) foi também realizado, sendo considerado um indicador para a promoção da língua.

Na interpretação dos resultados, assumimos que *o que foi dito ou escrito*, é produzido a partir de *imagens* que o falante antecipa sobre a situação e tudo o que nela se passa. Desse

⁴ O IPOL Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística atua nesse campo desde 1999, executando mapeamentos linguísticos no Brasil e Mercosul. Recentemente, participou das ações que culminaram no Decreto Federal 7.387/2010, que criou o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL) no Brasil, sendo responsável pela execução do *inventário da língua indígena guarani mbya*.

⁵ Dados demo-linguísticos sobre o fá d'ambô são apenas estimativos, como apontam Zamorra (2009) e Post (1990). Esta indefinição inviabiliza uma projeção amostral dos dados, razão pela qual trabalhamos com números absolutos e com situações representativas de usos da língua.

modo, ao dizer, ele antecipa imaginariamente aquilo que o outro pode pensar sobre o que vai dizer e sobre o modo como diz, e imagina igualmente o que o outro espera ouvir, quem ele imagina que é para dizer o que diz, etc.⁶. Reconhecemos esse jogo de imagens como estruturante de nossas interações durante a pesquisa, motivo pelo qual os dados não serão considerados como algo puro, evidentes em si. Ao contrário, trazem junto as marcas da situação de interação que os engendrou e da história na qual a língua e seus falantes se inscrevem. História que é, também, o tempo todo, em cada ato de linguagem, por eles transformada.

Com base nesse modo de interpretar e sistematizar os *dados*, iniciaremos pela abordagem do perfil linguístico de jovens alunos falantes do fá d'ambô em Malabo e Annobón, e de alguns moradores e professores que vivem em Malabo. Destacamos assim: quais línguas sabem e em qual ou quais aprenderam a escrever, em que âmbitos cada qual é usada, e como tais línguas circulam. Logo no início das pesquisas, encontramos o fá d'ambô em pleno uso pelas crianças, jovens e adultos, fato que nos deu uma indicação clara do vigor dessa língua, confirmada durante a pesquisa.

2.1. Aprender a falar em uma língua versus aprender uma língua: perspectiva teórica e analítica na abordagem do fá d'ambô.

Aprender a falar em determinada língua *versus* aprender a falar línguas tem sido uma problemática frequente nos estudos linguísticos, em especial quando implica em definições como *língua materna* e *língua estrangeira*, ou *primeira e segunda língua*, entre outras. Problematizando essas noções em contextos plurilingues, Altenhofen (2001/02) diz que:

De modo geral, pode-se dizer que, mesmo uma conceituação mais ou menos razoável, como a que define língua materna como "a primeira língua aprendida no lar" não simplifica de modo algum a questão, que se mostra ainda mais complexa do que se pode supor a priori. Tal complexidade ultrapassa o plano meramente linguístico, para abranger adicionalmente aspectos de ordem histórica, social, política, educacional e psicológica [...]. Pensando, por exemplo, em um falante bilíngue que, como eu, adquiriu simultaneamente duas línguas, o Hunsrückisch e o português, poderíamos perguntar: esse falante possui duas línguas maternas? O que implica o conceito de língua materna? E como solucionar os diversos problemas inerentes a sua definição? (pag. 142)

Elencando problemas que a noção de língua materna apresenta quando ligada a contextos como os censos demográficos e o senso comum, à figura da mãe e aos afetos, ou ainda à língua dominante e língua de instrução, o autor defende a necessidade de se considerar o dinamismo que a envolve. Segundo ele, o que se torna possível é destacar um conjunto de traços relevantes e válidos para um determinado momento da vida ou situação. Retomando suas palavras, essa língua pode ser:

- a) a primeira língua aprendida pelo falante,
 - b) em alguns casos, simultaneamente com outra língua, com a qual
 - c) compartilha usos e funções específicas,
 - e) apresentando-se, porém, geralmente como língua dominante,
 - f) fortemente identificada com a língua da mãe e do pai, e, por isso,
 - d) provida de um valor afetivo próprio.
- Em relação ao bilinguismo precoce e simultâneo, é pertinente admitir a possibilidade de falantes com duas línguas maternas, contendo os traços mencionados acima (idem, 159).

⁶ Cf. a teoria sobre o discurso proposta por M. PECHÉUX, 1969, 1983. No Brasil, cf. E. P. ORLANDI, 1987 e seguintes.

Também Oliveira (2004) menciona a disfunção de conceitos como língua materna ou primeira língua em contextos plurilingues. Ao tematizar a aquisição e o domínio de línguas por moradores de São Gabriel da Cachoeira, no Estado do Amazonas, Brasil, onde são faladas cerca de 24 línguas indígenas, além do português, o autor considera inviável usar tais noções porque estão mediadas quase sempre pela centralidade de uma concepção de sujeito monolinguisticamente constituído.

No contexto plurilingue da Guiné Equatorial também se torna inviável qualquer definição positiva e pontual para as línguas usadas. Diante dessa situação, assumimos que abordar uma língua, qualquer que seja ela, implica delimitar seu funcionamento em que quadro de relações específico, admitindo sua provisoriade. Para os objetivos do diagnóstico, consideramos um quadro geral das línguas faladas que engloba aquelas nas quais se aprende a falar, e as que se aprende mediante métodos ou situações externas aos quais os falantes são submetidos. Desse recorte resultam dois blocos nos quais as línguas serão abordadas: o das línguas em que o entrevistado afirma ser aquela em que aprendeu a falar quando criança, especificando se as escrevem ou não, e o das demais línguas aprendidas, especificando neste caso o nível de proficiência na fala/compreensão e na leitura/escrita de cada uma. Em cada bloco, focalizaremos três grupos sociolinguísticos que participaram da pesquisa com os questionários: i) jovens alunos de escolas em Malabo e Annobón; ii) professores de escola em Malabo e iii) moradores de Malabo. O fá d'ambô constitui nosso objeto específico de reflexão.

2.2. O fá d'ambô: falantes plurilingues em uma comunidade linguística coesa

Estima-se que há, no total, cerca de 5.000 (cinco mil) annoboneses falantes da língua, dos quais aproximadamente 2.500 a 3.000 (dois mil e quinhentos a três mil) vivem na Ilha de Annobón⁷. Em suas considerações demográficas, e chamando a atenção para a ausência de dados oficiais atualizados sobre a questão, Zamora Segorbe diz que:

Podemos estimarlo en un número algo más que elevado que el anterior, uns 5.000, dado que habrá que incluir en este cómputo a aquellos hablantes que se localizan fuera de Guinea Equatorial, especialmente aquellos que viven en España, entre otros países. Estos datos sobre el número de hablantes de la lengua és lo que lleva a determinar entre los lingüistas que el sistema esté en peligro de desaparición. (ZAMORA SEGORBE, 2009:75)

Se por um lado estes dados indicam uma língua que necessita de atenção, em especial face às línguas dominantes, como salienta o autor, por outro podem ser ressignificados quando observamos, a partir do diagnóstico, a alta taxa de transmissibilidade da língua. Em Annobón, 100% das crianças acima de seis anos com quem conversamos falam fluentemente o fá d'ambô. Muitas delas manifestaram o desejo de aprender a escrevê-la. Em Malabo, nas visitas às comunidades annobonesas, foi também comum ouvir as crianças falando entre si em fá d'ambô e interagindo com os adultos nessa língua. Igualmente registramos depoimentos em fá d'ambô de nossos entrevistados e inúmeras situações em que essa língua era fluentemente usada. O alto índice de uso da língua pelas crianças é um indicativo de uma língua vigorosa. Por esse estatuto e representatividade sociocultural, além de necessitar de políticas de preservação, o fá d'ambô entra no rol das línguas que merecem ser promovidas, estimuladas, valorizadas.

O funcionamento dessa língua observado em detalhe nos dois espaços visitados - região de Malabo, Ilha de Bioko, e Santo Antônio de Palé, Ilha de Annobón – confirma esse seu valor,

⁷ ZAMORA SEGORBE, 2009.

ao mesmo tempo em que adquire especificidades no atual contexto, como trataremos de explicitar.

Malabo, capital do país, e Santo Antônio de Palé, sede da província de Annobón, de forma alguma constituem espaços linguísticos similares. Enquanto Malabo, mais antiga e maior cidade do país, conta com aproximadamente 100 mil habitantes e é destino de imigrantes de todo o país e região, em especial camaroneses, nigerianos e espanhóis, além dos recentemente chegados filipinos, chineses, portugueses e brasileiros⁸, Santo Antônio de Palé, com pouco mais de 1.200 habitantes, é o principal núcleo urbano da Ilha de Annobón. Ali estão os principais serviços de atendimento à população, como educação secundária e saúde, ao mesmo tempo em que é porta de entrada na Ilha pelo aeroporto e porto, ambos recentemente inaugurados. Dois voos comerciais semanais e viagens mensais de um navio cargueiro ligam a Ilha de Annobón à capital, Malabo, e também a Bata. Esse relativo isolamento faz com que inúmeros annoboneses migrem para Malabo ou Bata para estudos e trabalho, sendo comum transitarem com frequência de uma a outra dessas cidades.

Desde o ponto de vista histórico e linguístico, cada um destes espaços, em suas distinções, interferem nas formas do fá d'ambô. O mesmo será observado no que diz respeito ao funcionamento dessa língua, quando consideramos aspectos sociais de sua aquisição, usos e circulação. As respostas de alunos das duas escolas onde estivemos – Escola Adventista do Centro de Malabo e Escola Manuel Castillo Baril em Annobón -, jovens entre 12 e 25 anos que frequentam entre o quinto (5º.) ano do ensino básico e o ano final do Ensino Secundário e Bacharelato (ESBA) revelam perfis linguísticos distintos em cada um destes espaços. Distintos também serão os âmbitos de uso e de circulação da língua, como mostraremos. Decorre dessa distinção a opção de trazermos dados específicos sobre professores e moradores annoboneses apenas em relação a Malabo. Em Annobón, essa especificação perdeu o sentido uma vez que notamos um perfil sociolinguístico muito homogêneo dos que ali vivem. Com base nesses dois quadros, os dados relacionados aos alunos serão tomados como fios condutores das análises. Os depoimentos e respostas de professores e moradores de Malabo serão articulados de modo a confirmar ou deslocar alguns aspectos dos usos da língua sinalizados pelos jovens.

Em nossa amostragem, contamos com 214 jovens alunos, 95 alunos da Escola Adventista de Malabo e 119 da Escola Manuel Castillo Baril, em Annobón, 21 professores da Escola Adventista e 22 moradores de Malabo e arredores. Vale também mencionar que um morador, também professor em Annobón respondeu ao questionário, mas seu perfil não se distancia daquele dos jovens alunos da Escola Manuel Caltillo Baril.

Do ponto de vista da idade e do gênero, temos:

- Idade: Jovens alunos: dos 95 jovens alunos que participaram da pesquisa em Malabo, 11 (ou 12%) têm até 14 anos, 83 (ou 87%) têm entre 14 e 21 anos e 01 não respondeu. Em Annobón, dos 119 participantes, 13 (ou 11%) têm até 14 anos, 101 (85%) têm entre 15 e 21, 2 (1.7%) entre 21 e 24 e 3 (2.5%) não responderam.

Na amostragem dos 21 professores de Malabo, a maioria (13 ou 62%) tem entre 21 e 32 anos, seguida de um grupo de 5 (24%) que tem entre 21 e 24 anos. Um estava ilegível.

Já entre os 22 moradores de Malabo participantes, a maioria tem mais de 26 anos, sendo que 8 (36%) têm entre 26 e 41 anos, 5 (23%) entre 42 e 51 e 4 (18%) entre 42 e 63. Um estava ilegível e outros 4 (18%) afirmam ter menos de 25.

Em síntese:

⁸ A exploração do petróleo pelos norteamericanos (Mendes, 2002) atraiu muitos trabalhadores e impulsionou a indústria da construção civil e de rodovias, da qual participam chineses, filipinos, brasileiros, entre outros.

- em média, 86% dos alunos de Malabo e Annobón participantes da pesquisa está na faixa etária dos 15 aos 21 anos.

- 18 ou 86% dos professores são muito jovens, com até 32 anos.

- 17 ou 77% dos moradores têm mais de 26 anos, sendo que 9 deles tem mais de 40 anos.

- Gênero: há um equilíbrio na amostragem dos alunos e professores. No entanto, entre os moradores, somente homens responderam ao questionário. As mulheres permaneceram envolvidas nos seus afazeres e preferiram não participar diretamente da pesquisa com o questionário. Por outro lado, as mulheres assumiram um papel destacado nos registros de depoimentos e histórias, revelando um profundo conhecimento da língua e das tradições e um forte empenho em sua manutenção. Em Annobón, contar história se apresentou como um *saber fazer* que assume uma corporeidade e gestualidade particular, repassado para as crianças. Modos e palavras anunciam que vão contar uma história, sendo comum ouvir do(a) contador(a) a saudação inicial “agwêt”, ao que todos respondem “alôsô”.

Nos subitens que seguem, sistematizamos apenas os dados dos questionários, uma vez que nos permitem delinejar um panorama sociolinguístico mais amplo. No entanto, todo o tempo tais dados “conversam” com as situações experienciadas.

3. Sistematizando alguns resultados da pesquisa

3.1. As línguas em que se aprendeu a falar

Língua em que aprendeu a falar quando criança	Língua em que aprendeu a falar quando criança
Jovens alunos - MALABO	Jovens alunos - ANNOBÓN
Fá d'Ambó	105
Fá d'Ambó e Espanhol	4
Fá d'Ambó e Inglês	1
Español	2
Não respondeu	7
Português	Total Respostas
Total	95

Tabela 1. Dados primários

Tabela 2. Dados primários

A maior incidência do Espanhol é uma evidência em Malabo: a língua fá d'ambô foi individualmente mencionada em 49 (quarenta e nove) respostas e o Espanhol em 12 (doze). Por outro lado, em 31 (trinta e um) respostas encontraremos as duas línguas. Indica-se também uma maior presença de outras línguas na capital: uma ocorrência para o inglês junto com o fá d'ambô e uma para o português.

Em Annobón, 105 (cento e cinco) afirmam ser o fá d'ambô essa sua língua. Apenas 4 mencionam o espanhol e um (1) informa que aprendeu a falar nas duas.

Indagados se aprenderam a escrever em alguma destas línguas e quais, os jovens confirmam a dominância do espanhol como língua escrita, tanto em Malabo como em Annobón. Este fato se explica por ser esta a língua oficial do Estado e de instrução em todo o sistema de ensino.

Apenas 1 aluno em cada escola afirma que escreve o fá d'ambô, fato que também confirma a base oral dessa língua.

Um fato a ser destacado é a afirmação de um aluno de Malado de que escreve e lê em Português. Aprofundando a pesquisa, verificamos que se trata da mesma pessoa que afirmou falar e entender essa língua. Em breve conversa, a pessoa, que é uma garota, explicou-nos que aprendeu essa língua em São Tomé onde viveu até recente data.

Um diferencial neste dado sobre a escrita é o alto número, em Annobón dos que afirmam não escrever (25 ocorrências). É provável que este dado esteja relacionado ao fato de ser o fá d'ambô uma língua de base oral, como temos afirmado.

O quadro de línguas em Malabo se amplia quando consideramos os grupos de professores e moradores desta cidade, sendo bastante representativa a presença do francês e do inglês. O português também é mencionado por três moradores e um professor. Ao lado do fá d'ambô, teremos menções ao pichi e ao fang.

Professores - Malabo	Moradores - Malabo		
Língua em que aprendeu a falar quando criança	Língua em que aprendeu a falar quando criança		
Fá d'Ambó	19	Fá d'Ambó	20
Español	18	Espanhol	14
Francés	14	Português	3
Inglês	13	Francês	13
Português	1	Inglês	7
Fang	3	Fá d'Ambó / Espanhol	3
Pichi	5	Fá d'Ambó / Espanhol / Fang	1
Fá d'Ambó / Español	5	Espanhol / Inglês	1
Fá d'Ambó / Fang	1		
Pichi / Inglês	3		

Tabela 3. Dados primários

Tabela 4. Dados primários

O domínio da escrita destas línguas por estes dois grupos não se distingue substancialmente daquele observado entre os alunos. Escreve-se principalmente o Espanhol. Entre os professores será significativa também a presença do francês com nove indicações de proficiência média e boa para a escrita.

Notamos, todavia, duas especificidades em relação ao domínio da escrita do fá d'ambô pelos moradores. A primeira é que o fá d'ambô reafirma-se como língua oral, no entanto encontraremos quatro afirmações positivas em relação à escrita: dois afirmam escrever e ler bem e outros dois afirmam fazê-lo medianamente. A segunda diz respeito à língua portuguesa: dois afirmam que sabem bem escrever e ler, além de falar e entender. Outro afirma que entende e fala, mas não escreve.

3.2. As línguas aprendidas e os níveis de proficiência na fala/compreensão e escrita/leitura.

Com vistas a aprimorar o perfil linguístico dos falantes do fá d'ambô, solicitamos que nos informassem sobre as línguas que sabem e que proficiência têm de cada uma. A questão geradora foi: além da língua em que você aprendeu quando criança, que outras você aprendeu? Para cada uma, indicavam sua proficiência tanto para a expressão oral (falar e compreender) como para a escrita (escrever e ler).

Considerado em relação aos jovens alunos, este dado reafirma, tanto em Malabo como em Annobón, o perfil plurilingue dos annoboneses, característico, aliás, de todos os equatoguineanos. No entanto, Annobón e Malabo favorecem presenças e usos diferenciados das línguas. Além do fá d'ambô, nem sempre retomada nas respostas, provavelmente por ser majoritariamente a língua em que aprenderam a falar, constatamos que:

Em Malabo, o espanhol (73 ocorrências), o francês (77) e o inglês (61) são as línguas mais mencionadas. Outras línguas nacionais não oficializadas como o fang, o pichi e o bubi são também citadas, mas em menor proporção (9, 5 e 3, respectivamente).

Diferentemente de Malabo, em Annobón, além do fá d'ambô, o espanhol aparece em 96 respostas. Bem menos expressiva é a menção do francês (49) e do inglês (11). Além destas, o pichi e o alemão são citadas uma vez cada.

A presença do português em ambos as escolas é um fato a ser destacado: 7 alunos em cada uma afirmam conhecer essa língua.

Os níveis de proficiência afirmados para as línguas majoritariamente citadas estão representados nos gráficos⁹ que seguem. Como se poderá ler, os mais altos índices de boa ou ótima proficiência na escrita dizem respeito ao espanhol, seguido pelo francês. Estas duas são línguas oficiais. O inglês aparece em terceiro lugar, sendo ensinado como língua estrangeira nas escolas.

O fá d'ambô confirma sua tradição oral. Poucos são os que afirmam saber escrevê-la.

O domínio da escrita destas línguas por estes dois grupos não se distingue substancialmente daquele observado entre os alunos. Escreve-se principalmente o Espanhol.

⁹ A mensuração do nível de proficiência se baseia nas seguintes categorias e relações: entendo/falo ou leio/escrevo bem = alto; entendo ou leio algo, mas falo ou escrevo pouco = médio; entendo/falo ou leio/escrevo pouco ou muito pouco = baixo. Ressaltemos que os dados aqui se referem à proficiência autodeclarada, no entanto as variadas situações de interações experienciadas e registradas mostram a coerência entre o que afirmam e o que acontece efetivamente.

Nível de proficiência em fá d'ambó - alunos Malabo

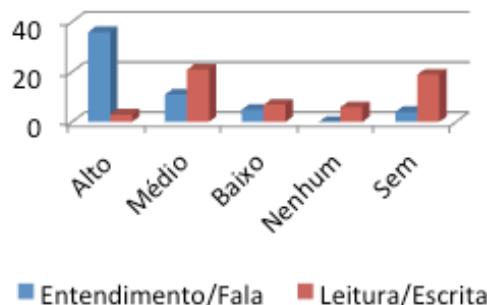


Gráfico 1. Dados primários

Nível de proficiência em fá d'ambó - alunos Annobón

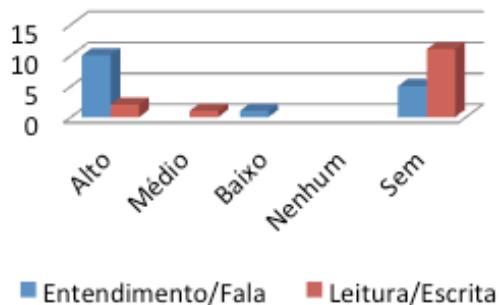


Gráfico 2. Dados primários

Nível de proficiência em espanhol - alunos Malabo

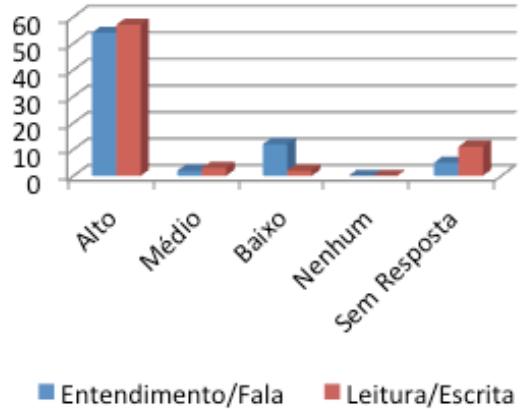


Gráfico 3. Dados primários

Nível de proficiência em espanhol - alunos Annobón

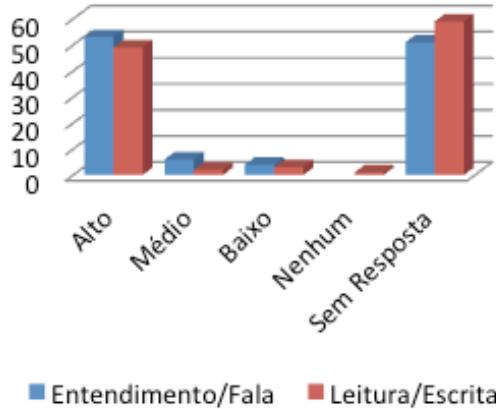


Gráfico 4. Dados primários

Nível de proficiência em francês - alunos Malabo

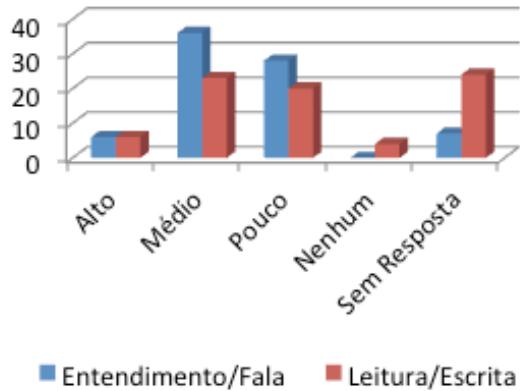


Gráfico 5. Dados primários

Nível de proficiência em francês - alunos Annobón

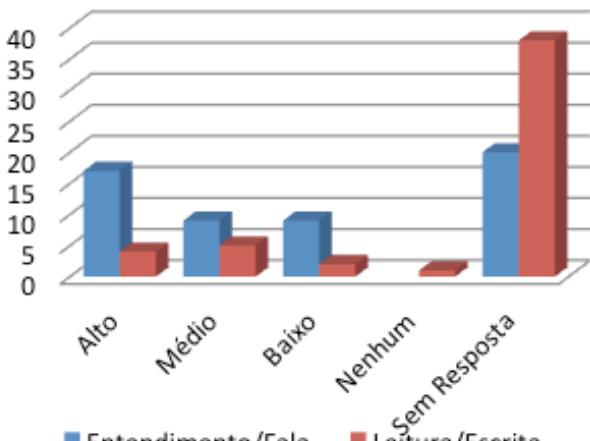
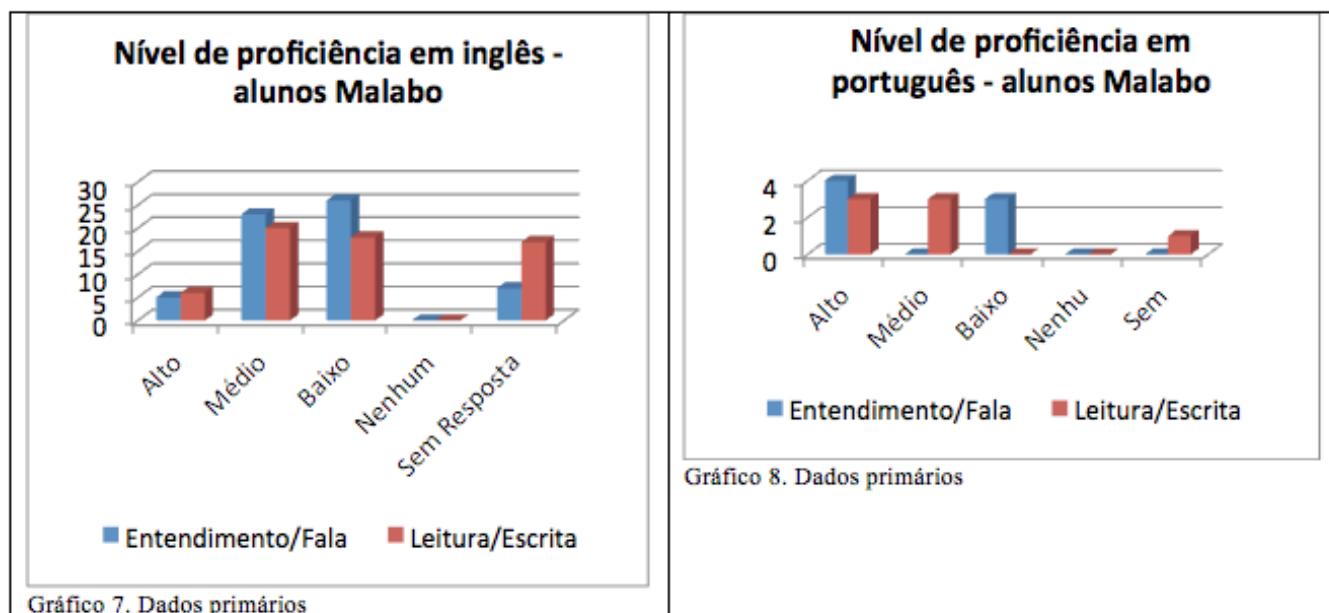


Gráfico 6. Dados primários

As línguas inglesas e portuguesas foram mencionadas apenas no *corpus* de Malabo, com os índices representados nos gráficos 7 e 8. Em relação às proficiências em português em Malabo, vale ressaltar o pequeno número de falantes: 4 afirmam entender e falar bem e 3 que o fazem pouco. Quanto à escrita e à leitura, 3 afirmam que leem e escrevem bem e outros 3, que o fazem medianamente. Em Annobón, também 7 alunos afirmam saber o português, mas nenhum indicou sua proficiência seja na oralidade, seja na escrita.



As línguas aprendidas por professores e moradores de Malabo, conforme se pode notar na tabela 6, assemelham-se àquelas indicadas pelos alunos desta cidade.

Línguas aprendidas – professores Malabo		Línguas aprendidas – moradores Malabo	
Fá d'Ambó	19	Fá d'Ambó	20
Español	18	Espanhol	14
Francês	14	Francês	13
Inglês	13	Inglês	7
Português	1	Português	3
Fang	3	Fá d'Ambó / Espanhol	3
Pichi	5	Fá d'Ambó / Espanhol / Fang	1
Fá d'Ambó / Espanhol	5	Espanhol / Inglês	1
Fá d'Ambó / Fang	1		
Pichi / Inglês	3		

Tabela 5. Dados primários

Tabela 6. Dados primários

Os níveis de proficiência declarados pelos moradores para cada língua equiparam-se àqueles expressos pelos grupos de alunos. Escreve-se principalmente o espanhol.

Entre os professores, serão significativos também os índices de boa proficiência na lei-

tura e escrita do francês (nove ocorrências) e de proficiência média e boa (5) do inglês. Em relação a esta língua, outros três afirmam ainda ler e escrever, embora com baixa proficiência. No extremo oposto a esse quadro, apenas metade dos moradores indicam proficiência média ou boa para a leitura e escrita do espanhol e apenas um quarto fornece essa informação para o francês.

Notamos, todavia, duas especificidades em relação ao domínio da escrita pelos moradores. A primeira é que o fá d'ambô reafirma-se como língua oral, no entanto encontraremos 4 afirmações positivas em relação à escrita: dois afirmam escrever e ler bem e outros dois afirmam fazê-lo medianamente. A segunda diz respeito à língua portuguesa: dois afirmam que sabem escrever e ler bem, além de falar e entender razoavelmente. Outro afirma que entende e fala essa língua, mas não a escreve. Ressaltemos o fato de que 6 dos 22 moradores declaram saber escrever em fá d'ambô, índice que se sobressai no conjunto dos dados analisados.

O distinto funcionamento das línguas nos espaços de Malabo e Ano Bom e nos de domínios da escrita corroboram a visão geral de que o fá d'ambô tem base oral. No entanto, as menções ao desejo de escrita nesta língua e as afirmações de que alguns de que sabem escrevê-la, aliadas ao emergente processo de sua gramatização, instiga sobre ela novos olhares e traz ao debate questões em torno do lugar das línguas, com ou sem escritas, e suas gestões.

Sobre este ponto, notemos que o grupo de professores, com maior grau de instrução formal, se destaca por um maior domínio da leitura e escrita das línguas oficiais ou que fazem parte do sistema de educação, como é o caso do espanhol, francês e inglês. O espanhol sobressai-se por ser efetivamente a língua de instrução: esta é a língua *em que se ensina e aprende*, ou seja, é nela que o conhecimento é produzido e socializado. O mesmo desempenho não é observado em relação ao francês, também língua ensinada nas escolas, mas com diferente estatuto.

Esta constatação constitui um importante indicador para a proposição de políticas linguísticas via ensino. Quando uma língua, como é o caso do espanhol, opera como língua de instrução – de modo geral esse é o caso das línguas oficiais dos estados - ela constitui o próprio modo em que o conhecimento é concebido, formulado e acessado. Por outro lado, a língua que é apenas objeto de estudo tal qual, como é o caso geral das línguas consideradas estrangeiras, quase sempre é destituída dessa função. Colocadas então, em relação ao conhecimento, teremos dois processos distintos para a aprendizagem de línguas: em um, aprende-se *em uma língua*; em outro *aprende-se uma língua*. Cada processo institui e reproduz formas e mecanismos distintos de valorização e legitimação das línguas, sugerindo assim, a necessidade de um planejamento claro sobre a correlação língua oficial/língua de instrução/domínio da escrita e os resultados almejados, sobretudo para a instrução pública.

3.3. Âmbitos de usos das línguas pelos annoboneses participantes da pesquisa

Se o plurilinguismo é uma constante para os equatoguineanos, as variadas línguas tem, para os grupos investigados, igual funcionamento em diferentes âmbitos como o da casa, do trabalho, do comércio, dos rituais religiosos? As tabelas que sequem sintetizam as informações.

Âmbito de uso das línguas - alunos Annobón

	Casa	Amigos	Trabalho	Comércio	Religião
Fá d'Ambó	113	88	2	9	2
Espanhol	1	8	95	70	41
Francês	1	--		--	--
Português		--	1	1	--
Fá d'Ambó e Espanhol	3	15	1	21	25
Fá d'Ambó e Francês	--		1	--	--
Fá d'Ambó e Português	--	1	--	--	--
Sem Resposta	1	7	19	18	51

Tabela 7. Dados primários

Âmbito de uso das línguas - alunos Malabo

	Casa	Amigos	Trabalho	Comércio	Religião
Fá d'Ambó	39	12	3	2	3
Espanhol	5	25	38	35	66
Português	1	--	--	--	--
Inglês	--	5	--	--	--
Pichi	--	7	--	--	--
Fang	--	--	--	2	--
Bubi	--	--	--	1	--
Fá d'Ambó e Espanhol	46	39	13	10	4
Fá d'Ambó, Espanhol e outras ¹	4	--	5	5	2
Sem resposta	--	--	36	39	20

Tabela 8. Dados primários ¹ Corresponde às respostas Fá d'Ambó, Espanhol e Francês; Fá d'Ambó, Espanhol e Inglês; Fá d'Ambó, Espanhol e Pichi; Espanhol, Francês e Inglês

Âmbito de uso das línguas - professores Malabo

	Casa	Amigos	Trabalho	Comércio	Religião
Fá d'Ambó	12	6	--	--	--
Espanhol	1	6	18	13	18
Fá d'Ambó e Espanhol	5	6	1	--	--
Fá d'Ambó, Espanhol e Outras	3	2	2	2	1

Tabela 9. Dados primários

Âmbito de uso das línguas - moradores Malabo

	Casa	Amigos	Trabalho	Comércio	Religião
Fá d'Ambó	10	6	1	2	--
Espanhol	1	2	10	11	14
Pichi	--	1	--	--	--
Fá d'Ambó e Espanhol	8	9	4	1	--
Fá d'Ambó e Fang	1	--	--	--	--
Espanhol e Pichi	--	1	1	1	--
Sem resposta	1	1	5	5	--

Tabela 10. Dados primários

Uma análise do conjunto dos dados representados acima permite destacar que:

Nas casas o fá d'ambô predomina totalmente em Ano Bom. No entanto, em Malabo, embora esta língua seja muito frequente, encontraremos o espanhol com amplo uso doméstico. As demais línguas são pouco mencionadas.

A língua portuguesa é indicada uma vez como língua falada em casa.

Nas interações entre amigos igualmente o fá d'ambô predomina em Ano Bom, às vezes dividindo espaço com o espanhol. São pouco frequentes as interações apenas em espanhol. Em Malabo, o fá d'ambô e o espanhol são as mais usadas, seguindo-se por interações somente em espanhol. São também mais variadas as línguas usadas neste contexto, havendo menções ao pichi, inglês e francês.

Em relação ao âmbito do trabalho, os dados devem ser interpretados com cautela.

Em primeiro lugar, muitos jovens ainda não estão no mercado de trabalho. Essa é a razão para o alto índice de respostas em branco para esta questão neste grupo.

Em segundo lugar é também significativo o número de moradores que não respondeu a essa questão, além da maioria das respostas referirem o espanhol como a língua usada neste âmbito. No entanto, a observação mais ampla dos âmbitos de usos das línguas *in loco*, por meio de visitas aos lugares frequentados pelos annoboneses em Malabo e Ano Bom, tais como o comércio em geral e o de peixes em particular, nos pequenos restaurantes e nas ruas, encontramos o fá d'ambô em pleno uso, alternando-se com as demais línguas faladas¹⁰. Nossa hipótese é que a significação de trabalho atribuída pelos entrevistados foi vinculada a de emprego, situação de contratação formal, e não a trabalho no sentido mais amplo. Por isso, inclusive, muitos não responderam.

O que podemos, no entanto, afirmar é que se mantivermos a concepção do âmbito do trabalho como aquele formal, do vínculo empregatício, o espanhol predomina, deslocando completamente o fá d'ambô. Apenas em Malabo fica indicada a presença do fá d'ambô junto com o espanhol nesta situação, mas com incidência pouco expressiva.

Igual predomínio do espanhol é mencionado nos âmbitos do comércio e dos rituais religiosos, em relação aos quais também teremos um expressivo número de respostas em branco. Também nestes âmbitos podemos ter nuances nos usos das línguas.

10 Cf. O registro dessas interações é parte do relatório audiovisual da pesquisa, sob domínio do IILP.

Em relação aos rituais religiosos, experienciamos em Ano Bom os festejos da semana santa realizados em uma língua muito distinta do fá d'ambô e do espanhol. Da perspectiva de uma análise linguística dessa prática, Zamora Segorbe (2014) destaca a especificidade dessa língua ceremonial, com muitos elementos do latim e locais.

Quanto ao comércio, as observações *in loco* também nuanceiam a proeminência do espanhol. Notamos que ele acontece em muitas línguas, tantas quantas forem as de domínio dos falantes em cada situação específica, ainda que, sendo necessárias as formalizações, elas se realizem em espanhol.

Neste contexto do comércio e do trabalho, em Ano Bom, comparecerá nas respostas dos alunos, inclusive a língua portuguesa.

A leitura dos perfis dos grupos nos mostra outros aspectos ligados aos usos das línguas.

Nas respostas dos professores, o fá d'ambô é prioritariamente ligado aos espaços da casa e de interação com amigos. No extremo oposto, o espanhol é a língua do trabalho, do comércio e das práticas religiosas.

Distintamente a este quadro, o fá d'ambô aparece para os moradores como uma língua de comércio e, em menor escala, também de trabalho, além de ser a de uso corrente na casa e com amigos. Assim como os jovens alunos de Malabo, os moradores fazem menção a outras línguas nacionais: o pichi nas interações com amigos, trabalho e comércio, e o fang no trabalho.

4. As línguas nos atos de leitura e escrita e nas mídias

Para qualificar ainda mais o quadro de usos e circulação das línguas, tematizamos a prática de leitura e escrita entre nossos entrevistados. Por um lado, indagamos sobre a leitura de jornais, revistas e livros e em quais línguas a praticavam. Por outro, focalizamos as práticas de escrita, nomeadamente pequenas notas ou bilhetes, cartas, e-mails, mensagens de celular e chat. A análise dos dados nos indica perfis muito distintos para jovens alunos de Ano Bom e Malabo, professores e moradores.

4.1. As línguas nas leituras e escritas

a) Os atos de leitura e escrita dos jovens alunos

O espanhol é praticamente a única língua citada pelos jovens alunos na leitura de jornais, revistas e livros, tanto em Malabo como em Ano Bom. O fá d'ambô é mencionado apenas em relação a livros: 3 (três) entrevistados afirmam que leem livros nesta língua e 4 (quatro) que os leem em fá d'ambô e espanhol. O português é indicado na leitura de revistas (2 ocorrências) e de livros (01 ocorrência).

No entanto, mais do que as línguas, é o ato mesmo de ler ou não que ganha relevância nas respostas dos alunos. Com exceção dos livros, em cuja categoria foram incluídos os pedagógicos adotados nas escolas e aos quais os alunos têm acesso, foi muito representativo o índice de respostas para não ler. Mais da metade dos alunos afirmam nada ler. Além disso, muitos optaram por não responder a essa questão. Resulta deste quadro um interessante campo de investigação a ser aprofundado, em especial pela relevância social que a leitura assume na formação dos jovens. No momento de elaboração deste texto, não localizamos, na literatura disponível, um diagnóstico aprofundado sobre o perfil desses jovens no que toca às práticas de

leitura, motivo pelo qual permanecerá essa questão, em aberto.

Assim como na leitura, o espanhol será dominante também nos atos de escrita. As práticas consideradas foram, como dissemos, pequenas notas ou bilhetes, cartas, e-mails, mensagens de celular e chat.

Observamos que em Malabo, na escrita de pequenas notas, além do espanhol, teremos apenas duas ocorrências do fá d'ambô e duas do francês. Na escrita de cartas, uma do fá d'ambô e duas do francês e mais duas para o francês e o inglês.

Em Annobón, a única outra língua mencionada, além do espanhol, foi o português com uma ocorrência em cada caso.

No entanto, a entrada em cena das tecnologias de comunicação e informação e dos serviços que ela disponibiliza por celulares ou internet - e-mails, mensagens, chats, etc. - disponíveis especialmente em Malabo, modifica os âmbitos de circulação das línguas e isso se mostra nas respostas dadas¹¹.

Em primeiro lugar muito mais línguas são citadas, em especial no envio de mensagens por celulares e nos chats. Nos e-mails é contemplado também o inglês e nas mensagens, várias delas, inclusive combinando-se: espanhol e inglês (6), espanhol, francês e inglês (2), espanhol e francês (3), etc.

Em segundo lugar, estes ambientes parecem favorecer a presença das línguas nacionais, porque teremos menções ao fá d'ambô com maior incidência (09 para as mensagens em celulares) e ao pichi (1). Estas duas línguas também serão usadas nos chats (01 ocorrência para cada uma).

Estes indicadores sobre a maior presença das línguas nos ambientes digitais das tecnologias de comunicação e informação refletem uma tendência mundial. Recentes pesquisas sobre a atual dinâmica das economias em rede salientam o aparecimento de novas e inovadoras práticas que tanto impulsionam mudanças nas relações de trabalho¹² como organizam um novo modo de diversificação de conhecimentos cuja base são as línguas. Conforme Oliveira (2010), as línguas passam a ocupar lugares antes impensados, fundando a própria circulação dos conhecimentos e das mercadorias.

A evidente conexão dos jovens alunos às redes de comunicação e informação impõe, portanto, o desafio de, no planejamento das políticas de promoção das línguas, incluindo o fá d'ambô, colocar-se em discussão esses novos lugares das línguas, dando atenção aos mecanismos que eles acionam e que podem, inclusive, ser importantes âncoras para a educação e formação de profissionais falantes e proficientes nessas línguas.

b) Os atos de leitura e escrita dos professores.

A presença das línguas na leitura e escrita dos professores se assemelha à observada em relação aos jovens alunos. O espanhol é dominante tanto nos atos de leitura como nos de escrita. Igualmente aumenta o número de línguas utilizadas quando se trata de escrever mensagens no celular ou chats. Também será recorrente a ausência de respostas em relação ao uso de internet em e-mails e chats. Ressaltemos aqui o fato da leitura e escrita ser parte da atuação

¹¹ Cabe ressaltar aqui que em Santo Antônio de Palé, Annobón, não há serviços de internet disponíveis, exceto para funcionários de uma empresa de construção privada que a usam para trabalho. Os celulares são bem mais comuns, mas como a cidade é muito pequena, é usado apenas para ligações. Explica-se desse modo a alta frequência de pessoas que não responderam a estas questões em Annobón.

¹² MARAZZI, 2009.

profissional dos professores, local em que predomina o espanhol, conforme registramos in loco. Este é, certamente, um traço que distingue o grupo dos professores dos demais, uma vez que a incidência do espanhol está alinhada à oficialidade dessa língua com língua de instrução.

c) Os atos de leitura e escrita dos moradores

Reproduzem-se as mesmas características de usos dos professores, com dominância do espanhol tanto na leitura como na escrita, mas com menor frequência. Igualmente é baixo o índice de utilização da escrita por meio das tecnologias de comunicação oferecidas pela internet e celulares.

4.2. As línguas nas mídias – espaços de circulação e valorização

Assistir televisão e ouvir rádio, seja para atualização sobre as notícias seja para entretenimento, como ouvir músicas, são atividades cotidianas de boa parte dos entrevistados. O rádio parece ser mais frequente que a TV, enquanto que ouvir música é um hábito compartilhado por praticamente todos. Mas em que língua ou línguas ouvem os programas?

Reunimos na tabela 11 os dados informados.

Prática	Alunos Annobón			Alunos Malabo			Professores Malabo			Moradores Malabo		
	Sim	Não	Não resp.	Sim	Não	Não resp.	Sim	Não	Não resp.	Sim	Não	Não resp.
	72	0	47	78	2	15	13	0	8	15	0	7
Assiste TV	Espanhol – 58			Espanhol – 31			Espanhol - 10			Espanhol - 12		
	Francês – 8			Francês - 26			Francês - 2			Francês - 1		
	Nigeriano – 1			Português – 6			Fá d'ambô - 1			Fang - 1		
	Inglês - 3			Inglês – 26			Inglês - 2			Inglês – 1		
	Vários - 7			Fá d'ambô – 5			Vários - 2			Vários - 1		
	Não indicou idioma - 5			Vários - 13								
				Não indicou idioma - 1								

Ouve rádio	89	8	22	55	16	24	18	2	1	19	0	3
	Espanhol – 80			Espanhol – 48			Espanhol – 16			Espanhol – 12		
	Fá d'ambô – 1			Fá d'ambô – 4			Fá d'ambô – 2			Fá d'ambô – 2		
	Francês - 3			Francês - 4			Francês - 2			Francês - 2		
	Não indicou idioma - 6			Inglês - 1			Inglês - 2			Inglês - 1		
				Fang - 1			Não indicou idioma - 2			Nigeriana - 1		
				Não indicou idioma - 2						Várias - 1		
										Não indicou idioma - 2		
Ouve música	113	1	5	92	2	1	19	0	2	19	1	2
	Espanhol – 56			Espanhol – 44			Espanhol – 7			Espanhol – 5		
	Fá d'ambô – 11			Fá d'ambô – 26			Fá d'ambô – 3			Francês - 1		
	Francês - 2			Francês - 3			Francês - 1			Inglês - 1		
	Malabo - 1			Inglês - 18			Inglês - 2			Vários idiomas - 6		
	Vários idiomas - 38			Europeia - 1			Vários - 7			Não indicou idioma - 4		
	Não indicou idioma - 5			Árabe - 1			Não indicou idioma - 2					
				Português - 4								
				Vários - 17								
				Não indicou idioma - 4								

Tabela 11. Dados primários *Os entrevistados podiam indicar mais de uma língua.

Acentuado plurilinguismo caracteriza as três práticas, com dominância do espanhol nos programas de televisão e rádio. No entanto, as músicas são ouvidas em muitas línguas: boa parte dos entrevistados nem as especificam, dizendo apenas que são várias. É também na música que o fá d'ambô se destaca.

O diagnóstico sobre a produção musical e audiovisual nesta língua revela ser este um campo propulsor do fá d'ambô, em especial pela atuação de uma jovem empresa produtora de filmes e músicas em Malabo, a EpiBlas Producción (EBPro). Epifânio Barril Bestue, responsável pela produtora, dirigiu e produziu novelas como *Verdadji Kuzu*, e documentários como *Verano 2010*, *A Mamae I e II*, além de registros históricos. Um deles, o *12 de Octubre*, aborda os preparativos e a inauguração do Porto, com enfoque nas contradições do progresso. A este seguiram-se outros dois, sobre a mesma problemática: *Page: el progreso de GE* e *Annobón I*. Este último edita fotografias. No campo da música, Amule, Elvidel, Destlaly e Fidel Lemoy são promovidos nos video-clipes da EBPro.

A língua portuguesa está presente, como podemos constatar, em músicas e, no caso de Malabo, também na televisão. De fato, constamos na capital a existência de canais fechados que transmitem em língua portuguesa: a RTP está presente em 3 ou 4 canais do circuito fechado e a TV Globo, do Brasil, em um deles.

4.3. O valor das línguas: algumas indicações

Para fechar o quadro do diagnóstico, indagamos aos participantes qual língua considera mais importante para o trabalho, qual mais gostaria de aprender e qual considera a mais fácil de aprender. Consideraremos que estas categorias expressam, de modo geral, valores que os falantes têm em relação às línguas, e que tais valores determinam, em grande medida, suas atitudes e expectativas em relação a cada uma.

Sem entrarmos no detalhamento desse tópico, a análise das respostas dos 3 grupos, embora apresentem algumas variações, indica que:

- Importância para o trabalho: o espanhol foi declarada como a mais importante para todos. No entanto, no grupo dos jovens alunos de Malabo foram frequentemente citadas também o português, o inglês, o francês, às vezes combinadas com o bubi, o chinês e o fá d'ambô.

- Língua que gostaria de aprender: Em todos os grupos, o português foi a mais citada. No entanto, 50% dos professores mencionaram também o espanhol. Em seguida, apareceu o inglês. Cumpre destacar a indicação significativa do fá d'ambô pelos jovens alunos de Malabo, os quais citaram também o chinês, o francês, árabe, italiano e japonês.

- Língua mais fácil de aprender: o português foi a mais indicada pelos jovens alunos de Annobón (cerca de 90% das ocorrências) e pelos jovens alunos de Malabo (37%). Para este último grupo, igualmente fáceis são o inglês, o francês, o fá d'ambô e o espanhol.

Reconhecemos que uma abordagem sobre as atitudes merece atenção específica em uma pesquisa, mas consideramos que as indicações feitas pelos entrevistados podem guiar a construção de uma agenda de planejamento para o futuro das línguas.

5. Apontamentos para as políticas linguísticas: abrindo o debate

Por todo canto, o tempo todo, desde o primeiro contato com os annoboneses, o que ouvimos foi *Dezu pagá, sundaféla, bum di...* Essas e outras expressões foram aos poucos nos sendo apresentadas, enquanto víamos os sorrisos se alargarem quando nos ouviam dizer: *bom dia, Deus lhe pague, segunda-feira...* A conexão entre o fá d'ambô e o português ganhou corpo ao longo da pesquisa, e as marcas dessa relação estruturante estão descritas por Zamora Segorbe no texto *Fá d'ambô: língua crioula de base portuguesa* (2014).

No que diz respeito ao mapeamento que realizamos, podemos dizer que a história compartilhada abre para os falantes do fá d'ambô a perspectiva de se aproximarem da língua portuguesa, citada muitas vezes como a que desejam aprender, e assim usufruírem de novos campos de atuação profissional e cultural ativados pela lusofonia. No entanto, a promoção tanto do fá d'ambô e do português, como de todas as demais línguas presentes na Guiné Equatorial, coloca em debate as diretrizes políticas necessárias para gestão de todas as línguas e de cada uma especificamente.

A promoção do *status* e a ampliação do *corpus* têm, de modo geral, fundamentado as políticas linguísticas, conduzindo a ações de oficialização e reconhecimento (como é o caso do português), de documentação descritiva e normativa (como é o caso das propostas de escritas para determinada língua) e de programas de ensino. Não há dúvidas sobre a relevância dessas frentes e sobre a necessidade de ações complementares em cada. Sabemos que de nada adianta oficializar uma língua sem programar ações para prepará-la para a produção de

conhecimentos em programas de ensino que, de fato, lhe garanta esse estatuto e novas funcionalidades. Ou seja, a *oficialização* de uma língua dever ser acompanhada de ações visando a *regulamentação da lei* e de sua *implementação*. Há aqui campo profícuo para amplo debate no país, como salientaram Yakpo, Muñoz e Bolekia, nesse número.

Contudo, para fechar esse texto, queremos destacar que os dados que apresentamos sobre os âmbitos de usos e circulação das línguas trazem à tona novos campos de intervenção que igualmente necessitam ser considerados no planejamento das políticas linguísticas. Um desses campos, e talvez o mais importante, é o das tecnologias da comunicação e informação. As línguas adquirem novo dinamismo nas interações on line e, potencialmente, todos podem se comunicar em suas (várias) línguas, em qualquer tempo e espaço. Muitas línguas são beneficiadas por esse uso e circulação digital, mas será necessário avançarmos em um planejamento para melhor aproveitar essa via. Outro campo anunciado em nosso diagnóstico é o da circulação das línguas nas mídias. O rádio e a televisão, por um lado, e as mídias digitais de internet presentes, sobretudo, nos celulares, por outro, ampliam a circulação das línguas em músicas, filmes, conversas e todas as demais práticas de registro propiciadas pelas redes sociais. Também aqui se apresentam novas potencialidades, assim como novos desafios, para a gestão das línguas. Nessa relação com as tecnologias, a própria preparação digital das línguas se configura como nova frente de atuação profissional.

Esses novos campos nos obrigam a considerar a gestão das línguas em contextos multilíngues como um conjunto de iniciativas que as promova como parte dinâmica e vital das redes sociais, de comunicação e informação, que há tempos atravessaram os muros das escolas e das casas.

Bibliografia

ALTENHOFEN, Cléo Vilson. 2001-2002. O conceito de língua materna e suas implicações para o estudo do bilinguismo (alemão português) (Porto Alegre). *Institut Matius-Staden, Jahrbuch*, n. 49. Herausgeber: Hernâni Donato, Renata S. G. Kutschat, Joachim Tiemann.

CALDEIRA, Arlindo Manuel. La Leyenda de Lodã, o de cómo Rolando, compañero del emperador Carlomagno, defendió la isla de Annobón de una invasión terrible. *Oráfrica - Revista de oralidad africana*, n. 6, abril, 2010, pág. 89-114. Barcelona, CEIBA Editionnes.

CALVET, Louis-Jean. 2007. *As Políticas Linguísticas*. São Paulo: Editora Parábola e IPOL.

Convenção sobre a proteção e a promoção da diversidade das expressões culturais, UNESCO. 2005.

CREUS, Jacint. 2007. La actitud lingüística de las potencias colonizadoras en el conjunto de África, em Nistal Rosique, G. & Pié Jahn, G. (orgs.). *La situación actual del español en África*, Sial/Casa de África, Madrid.

MARAZZI, Christian. 2009. *O lugar das meias: a virada lingüística da economia e seus efeitos sobre a política*. Tradução Paulo Domenech Oneto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

MENDES, Augusto Barbosa Rodrigues. 2002. A bacia energética da África Ocidental, DPP, 12 línguas brasileiras. In *Revista Patrimônio*: <http://www.revista.iphan.gov.br/materia.php?id=211>.

MORELLO, R. 2012. Uma política pública e participativa para as línguas brasileira: sobre a regulamentação e a implementação do Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL). *Gragoatá* (UFF), v. 32, p. 31-42.

MORELLO, R. 2012. A Política de Cooficialização de Línguas no Brasil. *Platô Revista do Instituto Internacional da Língua Portuguesa*, v. 1, p. 8-17.

MORELLO, R. 2009. Diversidade no Brasil: Línguas e Políticas Sociais. *Synergies Brésil*, v. 7, p. 27-36.

MORELLO, R.; OLIVEIRA, G. M. 2008. Uma Política Patrimonial e de Registro para as Línguas Brasileiras. *Linguasagem* (São Paulo), v. 1, p. 2-12.

MORELLO, R.; OLIVEIRA, G. M. & Armando Z. SEGORBE. 2014. *Fá d'ambô Herança da Língua Portuguesa na Guiné Equatorial*. 1. ed. Florianópolis: Garapuvu.

MORELLO, R. ; ALTENHOFEN, C. V. 2013. Rumos e perspectivas das políticas linguísticas para línguas minoritárias no Brasil: entre a perda e o inventário de línguas. In: FARENZENA, Nalú (Org.). VI *Encontro Internacional de Investigadores de Políticas Linguísticas*. 1ed. Porto Alegre: UFRGS. V. 1, p. 19-26.

MORELLO, R. & Marci F. MARTINS (Orgs.) 2014. OBEDF - *Política linguística em contextos plurilíngues: desafios e perspectivas para a escola*. 1. ed. Florianópolis: Garapuvu, 2014. v. 1. 224p .

OLIVEIRA, G. M. 2010. O lugar das línguas: a América do Sul e os mercados linguísticos na Nova Economia. In *Synergies Brésil*, n. esp. 1, p. 21-30, 2010.

OLIVEIRA, G. M. . A 'virada político-linguística' e a relevância social da linguística e dos linguistas. In: Djane Antonucci Correa. (Org.). *A relação social da linguística: linguagem, teoria e ensino*. 1ª ed. São Paulo: Parábola Editorial, p. 79-93, 2007.

OLIVEIRA, G. M. 2004. Índios urbanos, línguas urbanas: considerações político-linguísticas sobre a urbanização dos povos indígenas. *Geografia – Revista da Universidade Federal do Amazonas*, v. 3, n. 1/2, pág. 07 - 34.

POST, Marike. 1998. La situación lingüística del fá d'ambô. In *Foro Hispánico: sociolingüística – lengua en contacto*, n. 13, pág. 29- 46, Amsterdã, Holanda. Programa de Cooperación UNFPA-Guinea Ecuatorial, 2008-2012. Informe de evaluación. Disponible em web2.unfpa.org/public/.../docDownload.unfpa;

YAKPO, Kofi. 2009. *Gramática del pichi*. Ceiba ediciones, Madrid.

ZAMORA SEGORBE, Armando. 2014. Fá d'ambô: língua crioula de base portuguesa. In MORELLO, R.; OLIVEIRA, G. M. de & Armando ZAMORA SEGORBE (orgs). *Fá d'ambô: herança da língua portuguesa na Guiné Equatorial*. IILP e Garapuvu, Florianópolis, SC, Brasil.

ZAMORA SEGORBE, Armando. 2010. *Gramática Descriptiva del fá d'ambô*. Ceiba ediciones, Madrid.

ZAMORA SEGORBE, Armando. 2009. Breve aproximación a la sociolinguística del fá d'ambô en Guinea Ecuatorial. *Oráfrica*, n. 5, pág. 71-112.